

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

**JÚLIA GIACOMASSO VERGÍLIO
TIAGO OSCAR DA ROSA**

**SUSTENTABILIDADE DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO
PARANÁ**

MEDIANEIRA

2022

JÚLIA GIACOMASSO VERGÍLIO

TIAGO OSCAR DA ROSA

**SUSTENTABILIDADE DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO
PARANÁ**

Sustainability of Geographical Indications in the state of Paraná

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Engenharia Ambiental da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientador(a): Prof. Elias Lira dos Santos Junior

MEDIANEIRA

2022



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

JÚLIA GIACOMASSO VERGÍLIO

TIAGO OSCAR DA ROSA

**SUSTENTABILIDADE DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS NO ESTADO DO
PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do título
de Bacharel em Engenharia Ambiental da
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
(UTFPR).

Data de aprovação: 07 de junho de 2022

Elias Lira dos Santos Junior
Doutor em Engenharia Química
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/MD

Fabiana Costa de Araujo Schutz
Doutora em Engenharia Agrícola
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/MD

Marivone Zanella Fank
Doutora em Engenharia Civil
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR/MD

MEDIANEIRA

2022

AGRADECIMENTOS

Agradecemos as nossas famílias, pois acreditamos que sem o apoio deles seria muito difícil vencer esse desafio.

Aos nossos amigos e colegas da graduação que nos auxiliaram e foram fundamentais em diversos momentos ao longo do curso, e, aos que mesmo com a distância se fizeram presentes nos apoiando.

A UTFPR Medianeira que se fez nossa casa por todos esses anos e que acolhedoramente nos recebeu durante a graduação.

Aos professores que ao longo dessa trajetória compartilharam seus conhecimentos acreditando em nosso potencial, e, em especial aos professores do curso de Engenharia Ambiental.

Agradecemos ao nosso orientador Prof. Dr. Elias Lira dos Santos Junior, pela sabedoria e paciência com que nos guiou nesta jornada.

A todas as associações das Indicações Geográficas que prontamente se dispuseram a colaborar com essa pesquisa, a partir do fornecimento de informações e discussões realizadas para a elaboração e execução deste trabalho.

Por fim, a todos os que por algum motivo contribuíram para a realização deste trabalho, em especial Gabriel Fernandes Sales, Jamilla Debastiani e Maria Silvia T. G. Vergílio, que foram fundamentais para que conseguíssemos chegar até aqui.

“Só é digno da liberdade, como da vida, aquele
que se empenha em conquistá-la”.
(Johann Goethe)

RESUMO

As Indicações Geográficas (IGs) são consideradas um conjunto de estratégias que valorizam a origem de produtos ou serviços, ao qual possibilita o desenvolvimento de um determinado local ou região por meio da conservação da cultura e propriedade de forma sustentável. A organização ao se tornar uma IG garante vantagens que podem ser citadas como expansão do mercado consumidor, elevação da qualidade do produto/serviço, reputação quanto a origem, entre outras diversas vantagens que afetam diretamente os produtores, prestadores de serviços, colaboradores, consumidores e toda a comunidade influenciada pela IG. Sabe-se que a existência de uma IG implica em interferências em quatro dimensões: ambiental por meio do uso de determinados recursos naturais; social, pois envolve colaboradores e comunidade ao redor; econômica quando citada as finanças e investimentos de uma organização e de governança quando está atrelada à alta administração e a relação com as partes interessadas de uma IG. Portanto, uma vez que a IG compreende conceitos de sustentabilidade faz-se necessário uma análise dessa relação, sendo esse o objetivo deste trabalho: avaliar o grau de sustentabilidade das IGs localizadas no Paraná, por meio de indicadores baseados nas 4 dimensões: ambiental, econômica, social e governança. Para isso, o método *Sustainability Assessment Of Food And Agriculture Systems* (SAFA) desenvolvido pela *Food and Agriculture Organization* (FAO), que avalia a sustentabilidade de sistemas agroalimentares, foi adaptado e ajustado à realidade das IGs do Paraná para posterior aplicação neste trabalho. Inicialmente foram identificadas as IGs concedidas no Estado e em seguida foram pesquisados os regulamentos de uso (cadernos de especificações), acompanhada de uma caracterização das IGs que auxiliaram na avaliação da sustentabilidade. Estes passos possibilitaram calcular e classificar os níveis de sustentabilidade dos indicadores, dos temas e das dimensões de cada IG que contribuiriam para o estudo. Portanto, foram avaliadas 5 IGs do Paraná a partir da aplicação do inquérito eletrônico, no qual obteve-se o índice do grau de sustentabilidade de cada uma delas. Dessa forma, foi possível classificar os indicadores relacionados a sustentabilidade a partir da avaliação realizada.

Palavras-chave: indicação geográfica; avaliação; sustentabilidade; indicadores.

ABSTRACT

Geographical Indications (GIs) are considered a set of strategies that value the origin of products or services, which enables the development of a particular location or region through the conservation of culture and property in a sustainable way. When the organization becomes a GI, it guarantees advantages that can be cited as expansion of the consumer market, increase in the quality of the product/service, reputation as to origin, among other several advantages that directly affect producers, service providers, employees, consumers and the entire community influenced by the GI. It is known that the existence of a GI implies interference in the environmental spheres through the use of certain natural resources, in the social sphere as it involves employees and the surrounding community, in the economic sphere when citing the finances and investments of an organization and in the sphere governance, which is linked to senior management and the relationship with the stakeholders of a GI. Therefore, once the GI understands the concepts of sustainability, an analysis of this relationship is necessary, which is the objective of this work: to evaluate the degree of sustainability of the GIs located in Paraná, through indicators based on the 4 dimensions: environmental, economic, social and governance. For this, the Sustainability Assessment Of Food And Agriculture Systems (SAFA) method developed by the Food and Agriculture Organization (FAO) that assesses the sustainability of agrifood systems was adapted and adjusted to the reality of GIs in Paraná for later application in this work. Initially, the GI's granted in the state were identified and then the usage regulations (specifications notebooks) were raised, accompanied by a characterization of the GI's that helped the sustainability assessment, which made it possible to calculate and classify the sustainability levels of the indicators, themes and of the dimensions of each contributing GI. Therefore, 5 GI's of Paraná were evaluated from the application of the electronic survey, in which the index of the degree of sustainability of each of them was obtained. In this way, it was possible to classify indicators related to sustainability from the evaluation.

Keywords: geographical indication; assessment; sustainability; indicators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Temas e indicadores da dimensão de integridade ambiental	30
Figura 2 - Temas e indicadores da dimensão de resiliência econômica	31
Figura 3 – Temas e indicadores da dimensão de bem-estar social.	31
Figura 4 - Temas e indicadores da dimensão de boa governança.....	32
Figura 5 - Hierarquia dos Indicadores do método SAFA	32
Figura 6 - Fluxograma da construção do portfólio bibliográfico.....	36
Figura 7 - Distribuição da escala numérica da sustentabilidade por dimensão	39
Figura 8 - Dashboard da classificação dos indicadores por dimensão da IG de Carlópolis	51
Figura 9 - Radar da Sustentabilidade da IG de Carlópolis	52
Figura 10 - Dashboard da classificação dos indicadores por dimensão do Café Norte Pioneiro	54
Figura 11 - Radar da Sustentabilidade da IG do Café Norte Pioneiro.....	55
Figura 12 - Dashboard da classificação dos indicadores por dimensão da IG de Ortigueira.....	57
Figura 13 - Radar da Sustentabilidade da IG de Ortigueira	58
Figura 14 - Dashboard da classificação dos indicadores por dimensão da IG de Marialva	60
Figura 15 - Radar da Sustentabilidade da IG de Marialva.....	61
Figura 16 - Dashboard da classificação dos indicadores por dimensão da IG de São Matheus do Sul.....	63
Figura 17 - Radar da Sustentabilidade da IG de São Matheus do Sul	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Combinações de buscas nas bases de dados	35
Tabela 2 - Porcentagem e classificação das notas dos indicadores	40
Tabela 3 - Porcentagem e classificação das dimensões.....	40
Tabela 4 - Porcentagem e classificação dos da pontuação geral da IG.....	41
Tabela 5 - Indicadores de sustentabilidade divididos pela fonte do método	43
Tabela 6 - Nota e porcentagem dos indicadores por dimensão da IG de Carlópolis.	50
Tabela 7 – Nota, porcentagem e classificação das dimensões da IG de Carlópolis .	52
Tabela 8 - Nota e porcentagem dos indicadores por dimensão da IG de Café Norte Pioneiro	53
Tabela 9 - Pontuação, porcentagem e classificação das dimensões da IG de Café Norte Pioneiro.....	54
Tabela 10 - Nota e porcentagem dos indicadores por dimensão da IG de Ortigueira	56
Tabela 11 - Nota, porcentagem e classificação de cada dimensão da IG de Ortigueira	57
Tabela 12 - Pontuação e porcentagem dos indicadores por dimensão da IG de Marialva.....	59
Tabela 13 - Nota, porcentagem e classificação das dimensões da IG de Marialva ..	60
Tabela 14 - Pontuação e porcentagem dos indicadores por dimensão da IG de São Matheus do Sul.....	62
Tabela 15 - Nota, porcentagem e classificação das dimensões da IG de São Matheus do Sul	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Temas de cada dimensão	38
Quadro 2 - Análise Sistêmica	65

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS	17
2.1	OBJETIVO GERAL.....	17
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	18
3.1	PROPRIEDADE INTELECTUAL	18
3.2	INDICAÇÃO GEOGRÁFICA.....	19
3.2.1	Conceito de Indicação Geográfica.....	21
3.2.2	Tipos de Indicações Geográficas	22
3.2.3	Registro de uma Indicação Geográfica.....	23
3.2.4	Objetivo das Indicações Geográficas	24
3.2.5	Vantagens	24
3.3	SUSTENTABILIDADE	26
3.4	INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	27
3.5	INDICADORES DO MÉTODO SAFA DA FAO	29
4	METODOLOGIA	33
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	33
4.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
4.2.1	Prospecção Científica de Métodos e Técnicas de Avaliação da Sustentabilidade.....	34
4.2.2	Identificação e Seleção das Indicações Geográficas	36
4.2.3	Adaptação do Método de Avaliação da Sustentabilidade em IGs	37
4.2.4	Aplicação do Método	41
5	RESULTADOS	43

5.1	PROSPECÇÃO CIENTÍFICA DE MÉTODOS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE	43
5.2	CARACTERIZAÇÃO DAS IG'S PARANAENSE RESPONDENTES	45
5.2.1	Associação dos Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná – ACENPP ...	45
5.2.2	Associação dos Amigos da Erva Mate de São Mateus	46
5.2.3	Associação dos Produtores Ortigueirenses de Mel – APOMEL	47
5.2.4	Associação Norte Pioneiro dos Produtores de Frutas, Legumes e Verduras – ANPP	48
5.2.5	Associação Norte Noroeste Paranaense dos Fruticultores – ANFRUT	49
5.3	CÁLCULO DOS INDICADORES DA SUSTENTABILIDADE DAS IG's	50
5.3.1	Goiaba de Carlópolis	50
5.3.2	Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná.....	53
5.3.3	Mel de Abelha de Ortigueira	55
5.3.4	Uvas finas de Marialva	59
5.3.5	Erva Mate de São Mateus	61
5.4	ANÁLISE SISTÊMICA	65
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
	REFERÊNCIAS	68
	APÊNDICE A.....	73
	APÊNDICE B.....	75
	APÊNDICE C	91
	APÊNDICE D	100
	APÊNDICE E.....	109
	APÊNDICE F.....	118
	APÊNDICE G	127

1 INTRODUÇÃO

O interesse em aprofundar estudos sobre as Indicações Geográficas (IG) na perspectiva da sustentabilidade com a descrição dos impactos nas esferas social, econômica, ambiental e governamental vem ao encontro do crescente interesse em produzir conhecimentos e dar suporte às políticas públicas do Brasil, uma vez que, há demandas e pressões advindas de grupos sociais organizados como sindicatos, cooperativas e outros de interesses agrários e rurais, bem como consumidores, ambientalistas que atuam nos espaços urbanos. Estes debates/embates buscam ter uma legislação própria que proteja a propriedade intelectual de imitações ou fraudes dos produtos originais (ANJOS e CALDAS, 2013; BELLETTI et al., 2015).

As IGs são consideradas como um conjunto de estratégias que valorizam a origem dos produtos agroalimentares incrementando o desenvolvimento de um local/região, preservando e reconfigurando a sua cultura e propriedade de forma sustentável. Ao reconhecer a identidade de um produto/serviço cria-se um diferencial, ligada ao local de origem do produto/serviço, que em teoria, possibilita combater fatores externos negativos e similaridades que não resultam do seu processo de produção, sendo considerados como sistemas únicos, o que os torna mais sustentáveis (MILANO, CAZELLAB, 2021).

Com relação à sustentabilidade, estudos apontam que as IG's contribuem para diversos elementos relacionados à economia e fatores sociais, pela preservação dos recursos culturais e naturais incrementando o capital local (BARHAM e SYLVANDER, 2011; VANDECANDELAERE, et al., 2021).

Desta forma, entende-se que o estudo das IG's contribui diretamente para obter uma maneira de preservar e ter um valor econômico, para alguns produtos produzidos por vínculos culturais e locais, a partir de um território geográfico que possuem características únicas, as quais irão facilitar a sua identificação e diferenciação de produtos similares perante os consumidores.

Os estudos sobre as IGs são necessários para registrar informações precisas da produção de bem ou serviço, detalhando as suas características, como por exemplo o clima, solo, topografia, assim como os métodos e normas que foram seguidas. Isto para dar confiança ao consumidor e credibilidade ao produto ou serviço preservando-o como um bem/patrimônio do local ou da região que foi produzido (SILVA et al., 2016; OWEN et al., 2020).

Neste aspecto, observa-se que

No tocante às IGs, o país percebeu a importância e o potencial econômico que possuem, particularmente seus produtos agrícolas e naturais. Estes produtos de qualidade passaram a ser valorizados no exterior e o Brasil percebeu que se estes não forem protegidos de maneira adequada, o País perde econômica, social e culturalmente (PORTO, 2009, p. 169).

Este tema ainda pouco explorado no Brasil, tem lugar de destaque para discussões no cenário internacional, no qual as IGs fazem jus a estudos aprofundados da sua evolução legislativa e jurisprudencial, pois agregam efetivo valor aos produtos das mais variadas naturezas.

Deste modo, ter uma análise crítica sobre as IGs no Brasil por meio de pesquisas e estudos sistemáticos, bem como discutir a necessidade de legislação e jurisprudencial para assegurar interesses econômicos e sociais na produção de produtos típicos regionais é de suma importância para contribuição do desenvolvimento deste tema e avanço da área.

Principalmente para os países agrícolas, dado que tais sinais se aplicam, muito particularmente, a produtos como os vinhos, as aguardentes e os queijos, que representam um patrimônio de grande valor para a economia regional e nacional desses países (ALMEIDA, 1999, p. 19).

Apesar de se ter um longo caminho a percorrer, o Brasil vem progredindo no desenvolvimento de estudos e legislação de suas próprias IGs, vislumbrando possibilidades de ter oportunidades comerciais, as quais já nascem com um valor agregado.

Neste aspecto observa-se no Brasil, um crescente interesse pela proteção às IG's constatado por consultas aos meios eletrônico do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) que valorizam os recursos territoriais e reconhecem as práticas e saberes tradicionais de produção, apoiam às associações de produtores auxiliando-os na organização e proteção às IG's, bem como, promovem encontros em diferentes regiões do país (BORDA, 2016; NIEDERLE, MASCARENHAS e WILKINSON, 2017).

O SEBRAE iniciou em 2003 um trabalho junto a produtores e parceiros para estruturar o desenvolvimento das IGs visando proteger nomes geográficos vinculados

a produtos típicos nacionais. Nesta época havia quatro registros de IGs, cerca de quinze anos após já eram mais de 50 IGs brasileiras registradas junto ao INPI e outras em processo de registro. Este aumento tem permitido fazer avaliações que indicam as necessidades de ajustes nos processos de registro e legislação. Vários estudos apontam fragilidades do atual arranjo institucional e organizacional necessitando de empenho para superar as dificuldades e consolidar os mecanismos de registro (GIESBRECHT, 2016; NIEDERLE, MASCARENHAS e WILKINSON, 2017).

O Brasil é um país de dimensões continentais e depende da estabilização de um sistema nacional que seja dinâmico e flexível às necessidades da sua enorme diversidade sociocultural, ecológica, clima e solo diferenciado nas suas regiões, para mostrar e proteger produtos e serviços únicos do território nacional.

Pelas IGs se espera obter a indicação de qualidade dos produtos registrados, porém há controvérsias a respeito do mercado usar o local de produção para referendar a qualidade dos produtos agrícolas. Distinguir a qualidade do produto é bom para consumidores na hora de decidir pela sua aquisição e para a credibilidade dos produtores (JEAN-SAUVEUR AY, 2020).

Assim, um ponto importante a ser considerado é como as indicações geográficas fornecem informações precisas sobre a qualidade do produto. Há necessidade de estudos que considerem as informações tangíveis e as relacionem aos atributos naturais que podem impactar na qualidade do produto (topografia, geologia e clima), sendo um desafio considerar os dados econométricos e estatísticos e relacioná-los às variáveis naturais que não são tangíveis (JEAN-SAUVEUR AY, 2020).

Os países europeus estão mais avançados na promoção e proteção de seus métodos de produção de produtos locais e/ou regionais, pois foram os pioneiros a estabelecer diretrizes para IGs no mundo (BOWEN; ZAPATA, 2009).

Na América Latina, o reconhecimento e desenvolvimento das IGs em produtos e serviços locais são recentes, sendo o México uma exceção. Foi o primeiro país, desde o ano de 1974, a ter uma regulamentação específica para a Tequila (BOWEN; ZAPATA, 2009).

O estudo de Bowen e Zapata (2009), examinou os impactos sociais, econômicos e ecológicos que a indústria da agave-tequila teve na comunidade na região de origem da tequila, a cidade de Amatitán. Os resultados mostraram que houve insegurança econômica entre os agricultores familiares; declínios na aplicação

de fertilizantes e aumento do uso de insumos químicos, em detrimento de práticas de cultivo em mão-de-obra. Concluíram que embora a indústria agave-tequila sirva como importante fonte de emprego e da economia local em Amatitán, os produtores são integrados de forma desigual na cadeia de produção da agave-tequila, tendo resultados negativos na economia local, na dinâmica social e no meio ambiente, sendo necessário aumentar a força dos produtores de agave em relação às empresas de tequila.

Considerando a importância descrita das Indicações Geográficas e a necessidade de aprimorar seus estudos, tem-se por objetivo avaliar o grau de sustentabilidade das indicações geográficas concedidas no estado do Paraná por meio de indicadores da sustentabilidade, e então, demonstrar sua classificação nas esferas ambiental, econômica, social e de governança.

Para o alcance deste objetivo foi planejado seu desenvolvimento em seis etapas, a saber: (1) iniciou-se por realizar um levantamento bibliográfico em três bases de dados online sobre o tema; (2) caracterização das indicações geográficas por meio da base INPI e Sebrae; (3) prospectar métodos e técnicas de avaliação da sustentabilidade; (4) adaptar um método para a pesquisa; (5) aplicar o método às indicações geográficas por meio dos indicadores; e (6) fazer uma análise quantitativa dos indicadores avaliados.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Avaliar o grau de sustentabilidade de indicações geográficas paranaenses considerando as dimensões social, ambiental, econômica e de governança.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar e caracterizar as indicações geográficas paranaenses;
- b) Prospectar métodos de aferição da sustentabilidade aplicáveis à IG's;
- c) Selecionar um método para aferição da sustentabilidade em IG's;
- d) Adequar o método selecionado à realidade da pesquisa;
- e) Aplicar o método de avaliação da sustentabilidade às IG's;
- f) Avaliar os indicadores usados e sistematizar os resultados.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 PROPRIEDADE INTELECTUAL

As propriedades intelectuais são registros tangíveis protegidos pelo exercício de uma lei, no qual permitem o reconhecimento de criações da mente, invenções, obras literárias e artísticas, desenhos, símbolos, nomes, imagens e outros. Tem como objetivo salvaguardar uma criação humana, atribuindo o direito de reconhecimento e uso de algo a seu benefício, seja para uso próprio ou licenciado (WIPO, 2019).

Propriedade intelectual é tema de constante discussão e regulamentação pela crescente importância para a economia de um País. Pode-se dizer que reúne direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico. Ou seja, são patrimônios de uma sociedade, pois fala-se de tudo que é criado pela capacidade humana e que se transforma em benefícios para a vida. Não se atribui às invenções ou criações de máquinas, remédios, tecnologia, produtos de consumo, entre outros, como propriedade pessoal (NIEDERLE et al., 2017).

Todo conhecimento e inventividade advinda da mente humana pode ser considerado uma propriedade intelectual, uma vez que trazem benefícios para a sociedade em geral. Assim, o desenvolvimento e criação de máquinas, remédios, tecnologias, produtos de consumo e outros bens devem ser protegidos juridicamente por um determinado período ao direito de cópias e fraudes (ABPI, 2018).

A vantagem de se ter um sistema de propriedade intelectual é que ele não protege apenas as atividades criativas, mas também os investimentos que foram realizados para colocar as invenções ao mercado produtivo. Mundialmente há depositários de direitos de propriedade intelectual que são protegidos por leis específicas, que os protege do uso não autorizado de marcas, produtos, processos e serviços. Especificamente a propriedade industrial, se refere às marcas, desenhos industriais, patentes e indicações geográficas utilizadas no meio empresarial (NIEDERLE et al., 2017).

Nas últimas décadas, a propriedade intelectual vem realizando uma função muito fundamental em diversos setores econômicos. Até muito recentemente, os materiais e móveis eram considerados o patrimônio principal das pessoas físicas e jurídicas, porém, no momento há uma tendência de uma maior importância dada aos bens imateriais e imóveis (VIEIRA e BUAINAIN, 2011).

O conceito de propriedade intelectual pode ser ampliado em seis categorias passíveis de registro em órgãos de regulamentação específicos, sendo elas: Direitos Autorais, incidido sobre obras literárias e artísticas; Patentes, registro sobre invenções inovadoras; Registro de Marcas, forma de assinatura de uma empresa ou produto que faz uma distinção dos demais; Desenhos Industriais, aspecto ornamental ou tridimensional de um processo; Indicações Geográficas, denominações de origem usadas em produtos com determinadas características; e Segredos Comerciais, informações confidenciais capazes de ser vendidas ou licenciadas (WIPO, 2019).

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) é uma autarquia federal brasileira que foi criada em 1970, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o qual se responsabiliza pelo registro, regulamentação de direitos e obrigações relacionados à propriedade industrial. Para tanto, utiliza-se de legislação competente e presta serviços em várias áreas relacionadas a marcas, patentes, desenhos industriais, programas de computador, topografia e onde se encontra a normatização das Indicações Geográficas (INPI, 2021).

O INPI disponibiliza diversos serviços relacionados a economia do conhecimento, podendo citar os registros de marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador e topografias de circuitos, as concessões de patentes, responsabilizando-se por estimular a disseminação de novas identidades e inovação técnica (INPI, 2021).

Este instituto foi fundamental no processo de estruturação do sistema de um referencial que declarasse as Indicações Geográficas como ferramentas de propriedade industrial. A lei Nº 9.279 de 14/5/1996, denominada Lei da Propriedade Industrial (LPI) dispõe no TÍTULO IV - DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS- parágrafos relacionados ao tema, sendo os artigos 176 a 182. Além disso, o INPI tem publicado outras resoluções e instruções normativas embasadas nos princípios e conceitos que comandam o sistema de propriedade industrial, aos quais dão o suporte para a legislação brasileira (BRASIL, 1996; NIEDERLE et al., 2017).

3.2 INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

As Indicações Geográficas são referências nominais que se baseiam em territórios que expressam a origem geográfica, assim como a identidade cultural e histórica de produtos. Tais Indicações são fortemente protegidas por legislações e

órgãos responsáveis em diversos países no mundo, promovendo o desenvolvimento regional e a proteção de produtos tradicionais locais (BOWEN e ZAPATA, 2009).

As Indicações Geográficas são tratadas como um fator considerado importante para o desenvolvimento e fortalecimento econômico de uma região, território ou localidade, por meio da expansão de novos nichos de mercado e a valorização dos recursos que este lugar em específico oferece. Do ponto de vista econômico pode agregar valor aos produtos e cultura relacionados a uma localidade/território e, deste modo, fortalecer o desenvolvimento regional, principalmente os das áreas rurais (PELLIN e VIEIRA, 2015). Assim, podem ser identificados alguns outros benefícios econômicos aos produtores, sendo eles: premiações, preços mais justos, aumento na renda obtida e marketing atrelado à sua qualidade (BELLETTI et al., 2015).

Além disso, outro fator importante está relacionado à biodiversidade de uma região, uma vertente ambiental que influencia positivamente na conservação da localidade e das condições de desenvolvimento do ecossistema, ao qual está inserido, principalmente em seu meio rural (PELLIN e VIEIRA, 2015).

Contribui também como um fator de desenvolvimento social de uma região, principalmente com a preservação de seu patrimônio histórico, seu *know-how*, capacidades artísticas, tradições culinárias, entre outros. Tais características qualificam seus processos de forma que são inseridos em novos mercados, trazendo consigo qualidade de vida à população (PELLIN e VIEIRA, 2015).

Alguns exemplos de IG's, mesmo que indiretamente, são bastante conhecidos ao redor do mundo, pode-se citar o Champanhe da França, o Prosciutto di Parma da Itália, vinho Rioja da Espanha, queijo Feta da Grécia, o chá Darjeeling da Índia, chá de Ceilão, do Sri Lanka, a tequila do México, a cachaça do Brasil e o café da Colombiano, entre muitos outros exemplos (BOWEN, 2010).

Historicamente, os países europeus foram os primeiros a estabelecer diretrizes para as IGs de determinados produtos regionais, com o intuito de promover e proteger seus métodos de produções locais. Já na América, o uso das Indicações Geográficas em produtos e serviços locais são mais recentes, sendo o México o primeiro país, no ano de 1974 a instaurar regulamentações específicas no país, seguido do Brasil e Peru em 1996, Colômbia em 2000 e Chile em 2005 (BOWEN e; ZAPATA, 2009).

No caso do Brasil, foi estipulado o marco legal das Indicações Geográficas a

partir da lei Nº 9.279 de 14/05/1996, denominada Lei da Propriedade Industrial (LPI), que contempla as disposições firmadas pelos países que integram o Mercado Comum do Sul – Mercosul, por meio do protocolo de harmonização de normas sobre propriedade intelectual em matéria de marcas, Indicações de Procedência e Denominações de Origem, considerado o ponto de partida da proteção às IGs (ANJOS et al., 2013). A VIII Reunião do Conselho do Mercado Comum e Encontro Presidencial do Mercosul que realizou-se em Assunção- Paraguai, entre os dias de 1 e 5 de agosto de 1995 aprovou tal documento, a Lei no 912, com o intuito da proteção às marcas de serviços e às marcas coletivas e, também de identificação (MERCOSUL, 1995).

3.2.1 Conceito de Indicação Geográfica

Considera-se a Indicação Geográfica como um conceito protetivo à propriedade intelectual, capaz de potencializar o desenvolvimento local com base na sua promoção econômica, gerando poder e prosperidade às populações protegidas por esta ferramenta (SILVA et al., 2016).

Essa capacidade de potencialização do desenvolvimento concentra-se nos produtos e processos que são advindos do patrimônio cultural e conhecimentos tradicionais desses locais, sendo a Indicação Geográfica, portanto, usada como uma ferramenta prevista em Lei para proteger produtos imateriais e princípios do mercado (SILVA et al., 2016).

O desenvolvimento local pode ser evidenciado por maior visibilidade e crescimento de atividades paralelas como por exemplo o turismo (visita a vinícolas, café colonial em fazendas produtivas) que podem gerar empregos e fortalecer a economia do local (PELLIN, 2018).

Nos dias de hoje, tendem ainda a confundir o conceito de Indicação Geográfica com o conceito de Marca. Marca refere-se a empresa titular que exclusivamente representa um produto ou serviço, já a Indicação Geográfica é baseada na informação prestada ao consumidor perante o lugar em que determinado produto foi produzido, detalhando as características desse lugar e as regras seguidas, capazes de ocasionar no mercado a confiança do consumidor (SILVA et al., 2016).

Pode-se afirmar então, que as Indicações Geográficas também são um elemento muito importante em um grupo de estratégias que visam desmistificar a ideia

da concepção dos alimentos como *commodities*, valorizar a origem dos produtos - sendo agroalimentares ou não - e, desenvolver territorialmente a sustentabilidade através da reconfiguração deste sistema (MILANO; CAZELLA, 2021).

Mesmo que ultimamente as IGs estejam sendo o objeto de muitos estudos que procuram desvendar tópicos relacionados ao seu desenvolvimento ao longo do tempo, incluindo sua gestão e seus impactos, são em sua grande parte pesquisas focadas em fatores econômicos e sociais relacionados aos acontecimentos ocorridos na Europa. Quando o enfoque é na área de atuação ambiental, existem contradições, tendo em vista que há pouco tempo iniciaram-se tais investigações, uma vez que normalmente os estudos cobrem casos espalhados por dois ou mais continentes (MILANO; CAZELLA, 2021).

3.2.2 Tipos de Indicações Geográficas

As Indicações Geográficas podem ser divididas em duas categorias: Indicação de Procedência e Denominação de Origem. Tendo as duas a necessidade de registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial do Brasil (INPI, 2021).

A Indicação de Procedência está relacionada diretamente a um determinado produto ou serviço no qual sua produção e insumos são originados de um território específico, podendo ser um país, cidade, região ou localidade que leva como nome fator principal para o seu conhecimento (ANJOS et al., 2013).

A Denominação de Origem caracteriza-se por sua vez, como a indicação a um lugar geográfico, sendo ele país, cidade, região ou localidade que fornecem exclusivamente ou essencialmente um ambiente favorável, sendo natural ou humano, ao desenvolvimento de características específicas de determinados produtos (ANJOS et al., 2013).

A norma que estabelece esses dois tipos de Indicações Geográficas não as define, porém enfatiza que não há hierarquia entre elas. E que, os produtores ou prestadores de serviços que pretendem utilizar este tipo de proteção, e que atendam aos requisitos legais e as regulamentações, serão assim escolhidos paralelamente pela norma (PELLIN e VIEIRA, 2015).

Para mencionar a diferença mais clara entre as duas categorias, pode-se referir que a Indicação de Procedência o destaque a determinado produto ou serviço foi originado pela sua qualidade alcançada, já no caso da Denominação de Origem o

destaque se caracteriza na associação aos aspectos físicos que permitem a produção ou obtenção de serviço ou produto, como solo, água, clima, fatores humanos ou culturais (ANJOS et al., 2013).

3.2.3 Registro de uma Indicação Geográfica

Para entrar com um pedido de Indicação Geográfica, inicialmente é necessário completar eletronicamente um formulário (correspondente ao modelo I da Instrução Normativa 95/2018) no Sistema e-Indicação Geográfica, em seguida os dados do requerente, o tipo depositado de Indicação Geográfica (indicação de procedência ou denominação de origem), delimitação da área e nome, o nome do produto ou serviço, seguido dos documentos solicitados (INPI, 2021).

De acordo com o INPI (2021), existem três possíveis requerentes aptos a solicitar um registro de Indicação Geográfica, conforme o Art. 5º da Instrução Normativa nº 95/18:

- a) Substituto processual: entidade que representa a coletividade legitimada a solicitar o registro de Indicação Geográfica, vale lembrar que não se trata do titular do registro em si, mas sim o responsável pela intermediação entre o INPI e os produtores ou prestadores de serviços de um local. Exemplos: Associações, sindicatos, federações, confederações e outros.
- b) Único produtor ou prestador de serviço: é utilizado no caso do produto ou serviço ser executado por um único responsável, podendo ser uma pessoa física ou jurídica, desde que tenha a legitimidade ao uso do sinal. Havendo a possibilidade de substituição no caso de ampliação no número de produtores, usando assim o substituto processual.
- c) Requerente estrangeiro: neste caso é necessário que a Indicação Geográfica já tenha sido reconhecida no seu país de origem ou por entidades internacionais.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) faz a gestão das políticas públicas para desenvolvimento e estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela normatização e regulação dos serviços vinculados ao setor. Para tanto criou-se a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) para a coordenação de incentivo à IG's de Produtos Agropecuários (CIG) com atividades de apoio financeiro e educativo para desenvolvimento de projetos

relacionados à IG e capacitação de produtores (BRASIL, 2006; PELLIN, 2019).

O Mapa se firmou como principal entidade para planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e fomentar atividades e programas ligados a IGs de produtos agropecuários no Brasil, quando estabeleceu em 2005 convênio com o INPI. Destaca-se como uma das principais ações da CIG um roteiro para orientar as principais etapas na elaboração de um processo de reconhecimento: 1. Organização dos produtores; 2. Levantamento histórico-cultural; 3. Criação do regulamento técnico de produção; 4. Formação do Conselho Regulador da IG; e 5. Apresentação de projeto ao INPI (PELLIN, 2019).

3.2.4 Objetivo das Indicações Geográficas

O principal objetivo da concessão de IGs foi sua utilização como uma ferramenta de proteção as imitações ou fraudes para com os produtores originais que possuíam nomes geográficos na designação de qualquer tipo de bens, em sua maioria produtores agroalimentares (BELLETTI et al., 2015).

Seus objetivos incluem agrupar fatores como capital humano, capital social, cidadania, capacidades territoriais, condições e sustentabilidade e transformá-los em um instrumento de desenvolvimento local e territorial, que é favorável a proporcionar melhores condições e qualidade de vida para as populações englobadas (MEDEIROS et al., 2020).

Dessa forma, considera-se as Indicações Geográficas impulsos com esforços eficazes ao seu objetivo, sendo a proteção e promoção do *terroir*, termo francês que remete a características únicas e exclusivas dos lugares, como por exemplo o clima, a topografia, os métodos de produção, entre outros, e como elas estão conectadas de certa forma ao patrimônio a aspectos de qualidade de produtos ou serviços (OWEN et al., 2020).

3.2.5 Vantagens

O estudo das IG se torna necessário para um país continental como o Brasil com um enorme patrimônio cultural, geográfico, natural para estimular e fomentar o desenvolvimento territorial, principalmente nas zonas rurais economicamente enfraquecidas, apontando seus potenciais que podem fazer da região um polo mais

produtivo e competitivo nacional e internacionalmente. Estudos mostram que as IGs apresentam vantagens, quando promovem o desenvolvimento territorial, como incremento nas vendas, ativam atividades paralelas como o turismo, artesanato local, rede hoteleira, além da preservação da identidade, cultura e patrimônio local (ANJOS et al. 2013; PELLIN e VIEIRA, 2018; PELLIN, 2019).

A de se considerar que utilizando as mesmas metodologias para estabelecer um padrão de qualidade para as IG removerá barreiras no comércio de produtos entre os países latinos -americanos e os Europeus, possibilitando aos países como Brasil e Argentina exercerem suas vantagens comparativas do setor do agronegócio no mercado internacional (ANJOS et al. 2013).

Uma das principais vantagens do registro de uma IGs é a possibilidade de expansão dos mercados locais a nível global. A percepção de qualidade para com esses produtos eleva sua posição no mercado, gerando maior interesse aos produtos substitutos e ampliação da concorrência (BOWEN, 2010).

No âmbito do aspecto ambiental, Milano e Cazella (2021) identificaram em seu estudo alguns efeitos positivos advindos das IGs. Tais como a conservação e valorização do natural, manutenção da biodiversidade e habitats naturais, barreira contra a produção intensiva, controle mais rígido ao uso de fertilizantes e produtos químicos nas terras, conservação de recursos hídricos, técnicas de produção mais adaptáveis às mudanças climáticas, controle de espécies invasivas, entre outros diversos.

Em contrapartida, existem efeitos negativos que podem ser desenvolvidos nos ecossistemas que abrangem determinados territórios, citando-se como exemplo a diminuição da variabilidade genética nessas localidades, extração de recursos naturais acima das capacidades de regeneração natural, risco de desertificação, aumento de áreas de desmatamento, entre outros aspectos (MILANO e CAZELLA 2021).

Outro aspecto da IG importante é o aspecto social dos direitos de propriedade industrial. A titularidade de uma IG é considerada coletiva/comunitária, uma vez que é de direito extensivo a todos prestadores de serviço ou produtores do território demarcado e, portanto, beneficiarão toda a comunidade (PELLIN, 2019).

Intrinsecamente quando ocorre o desenvolvimento territorial, as pessoas são afetadas socialmente pelos efeitos ocasionados por esse movimento, inclui-se os produtores, prestadores de serviços, colaboradores envolvidos nos processos de

produção, consumidores e toda a comunidade abrangida pela IGs. Impactos sociais podem ser citados como exemplos atividades turísticas nas regiões de produção, permanência das pessoas e conhecimentos nas regiões rurais dessa localidade, redução da pobreza local, uma vez que processos de produção ou prestação de serviços são mais valorizado e empregam mais colaboradores, entre outros impactos sociais (VANDECANDELAERE et al., 2009).

Identificou-se no estudo de Silva et al. (2016), que a IG pode atuar na promoção do empoderamento e liberdades individuais, por meio da promoção dos conhecimentos tradicionais de um local que resultou na produção de um produto, como é o caso do Bordado do Seridó-RN que teve um papel fundamental para emancipação das mulheres bordadeiras sendo por meio dele, o sustento de várias famílias.

Outra vantagem é o desenvolvimento territorial. No Brasil, no ano de 2003, foi constituída a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), sendo um marco para a inserção de instrumentos voltados para o desenvolvimento territorial, fazendo parte de uma transição setorial (ANJOS et al. 2013).

3.3 SUSTENTABILIDADE

O termo sustentabilidade tem sido objeto de intenso debate nos campos acadêmicos, comerciais e governamentais, no Brasil e no restante do mundo. Uma vez que os problemas socioambientais são causados, principalmente, por aqueles que usam os recursos naturais e do ambiente social para se manterem e continuarem dentro do mercado competitivo (LANG, 2009).

O interesse pela sustentabilidade originou-se na década de 1980, em busca de maneiras de promover um alcance ao crescimento sem destruir o meio ambiente ou sacrificar o bem-estar das gerações futuras (SILVA, 2009).

A resiliência ecológica traz benefícios sociais e garante que a capacidade do meio ambiente de resistir ao comportamento humano é inferior ao limite de sua capacidade de sustentar o meio ambiente. Reduzir a degradação ecológica e promover o desenvolvimento sustentável diminui a troca de energia e de matérias-primas dentro do ecossistema (BELLEN, 2002).

Considera-se a sustentabilidade o fruto de um movimento histórico que recentemente começou a questionar a sociedade industrial como modelo de

desenvolvimento. Conceito de uma sociedade cujo modelo já se mostra esgotado. A sustentabilidade pode ser considerada como um conceito importado da ecologia, mas sua operacionalidade ainda precisa ser aplicada a sociedade humana (ROSA, 2007).

Para que o desenvolvimento sustentável funcione, é necessário compreender os parâmetros estabelecidos, que incluem oito aspectos básicos: sociedade, cultura, ecologia, meio ambiente, território, economia, políticas nacionais e internacionais. Sabendo-se que para alcançar a sustentabilidade deve-se ter uma compreensão geral do meio ambiente (SACHS, 2002).

No caso das IG's, a análise da contribuição delas para a sustentabilidade revela questões como: 1) a maioria dos produtores não têm conhecimento da capacidade dos processos de IG de contribuir para a sustentabilidade ou não tem capacidade de integrar todos os elementos de sustentabilidade na gestão de seu sistema de IG. 2) os processos de IG também podem ter externalidades negativas em seus territórios, especialmente quando a perspectiva dos produtores locais não foi integrada aos processos. Portanto, engajar os produtores das IG em uma estratégia de sustentabilidade poderia ajudar a reduzir externalidades negativas, quando ocorrem, e maximizar a contribuição do regime de IG para o desenvolvimento sustentável (VANDECANDELAERE et al, 2021).

3.4 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Os indicadores ideais são os que resumem ou facilitam as informações relevantes para tornar certos fenômenos reais mais óbvios, o que é, na gestão ambiental, particularmente fundamental (GALLOPIN, 1996).

O principal objetivo dos indicadores é resumir e quantificar as informações de uma forma mais óbvia. Eles simplificam as informações a respeito dos fenômenos complexos e procuram melhorar o processo de comunicação. Os indicadores podem ser quantitativos ou qualitativos (VAN BELLIN, 2002).

Esses indicadores de sustentabilidade podem ser apontados como o principal componente da avaliação do crescimento relacionado ao chamado desenvolvimento sustentável. A utilização de indicadores de sustentabilidade deve ser baseada em sua disponibilidade e custos de aquisição (GALLOPIN, 1996).

Quando se trata de métodos que visam avaliar a sustentabilidade, é importante destacar que os melhores métodos são aqueles que rapidamente são

reconhecidos como importantes para o alcance de determinado objetivo político. Se esses métodos têm uma alta taxa de agregação ou envolvem apenas uma série de variáveis, não é importante para os tomadores de decisão (RUTHERFORD, 1997).

O próprio processo de formulação de indicadores de desenvolvimento sustentável deve contribuir para uma melhor compreensão do que realmente é o desenvolvimento sustentável. Os processos de desenvolvimento e avaliação são paralelos e complementares. O uso de indicadores de sustentabilidade ajuda a compreender as conexões entre os diferentes aspectos do desenvolvimento em todos os níveis, onde coexistem e compreendem as complexas interações entre suas diferentes dimensões (DAHL, 1997).

Hardi e Barg (1997) relatam que as razões para medir os avanços no desenvolvimento sustentável são várias, desde a promessa de usar os recursos naturais de forma mais justa até a promessa de um governo mais eficiente na relação entre a sociedade e o meio ambiente.

Neto (2009) explica que os indicadores ambientais possuem papel importante na avaliação ambiental, pois por meio da capacidade de quantificar as alterações na qualidade do meio ambiente, bem como na quantidade de recursos naturais, torna-se possível avaliar os esforços realizados que objetivam a melhora do meio ambiente nos aspectos que rodeiam a mitigação de sua degradação.

Para indicadores sociais, Vieira et al. (2021) argumenta que eles trazem consigo elementos para monitorar e avaliar determinada realidade por meio de ferramentas importantes da implementação das ações. Januzzi e Patarra (2006) já relatavam que os indicadores sociais foram uma vez procedimentos de registro burocráticos, mas que se transformou em uma ferramenta essencial atualmente relacionado às questões sociais.

Para se traçar e entender economias nos países ao redor do globo, segundo Jacques et al. (2013), desenvolveu-se os indicadores de governança. Bem como os mais usados que fazem parte do *Worldwide Governance Indicators* (WGI) desenvolvidos pelo Banco Mundial e utilizados por mais de 200 países. Embora Kaufmann e Kraay (2008) já acreditavam que mesmo com toda a amplitude dos conceitos de governança envolvidos, nem um único indicador, ou combinação deles fosse capaz de fornecer métrica suficientemente confiável de nenhuma dimensão de governança.

Segundo o Guia dos Indicadores Econômicos (1992), um conjunto de dados

estatísticos que mostram, essencialmente, informações que demonstram e indicam o comportamento de determinadas variáveis de um sistema de economia de um país, região ou estado são IAEs (indicadores de atividade econômica). Com elevada importância no processo de tomada de decisões de qualquer instituição, bem como no processo de formulação de políticas públicas, Nogueira e Santos (2012) afirmam que indicadores econômicos específicos para cada localidade minimizam problemas de informações e têm por objetivo apresentar de maneira rápida e eficiente as flutuações econômicas atuais e futuras.

3.5 INDICADORES DO MÉTODO SAFA DA FAO

O SAFA (*Sustainability Assessment of Food and Agriculture systems*) foi selecionada como a melhor base para a sustentabilidade das IG's em termos de credibilidade, estrutura e taxonomia, cobertura da cadeia de valor, alinhamento com ODS e *frameworks* usados por marcas-chave e varejistas (VANDECANDELAERE et al, 2021).

As diretrizes do SAFA foram desenvolvidas para avaliar o impacto das operações de alimentos e agricultura no meio ambiente e pessoas. A visão orientadora do SAFA é que os sistemas alimentares e agrícolas em todo o mundo são caracterizados por quatro dimensões da sustentabilidade: boa governança, integridade ambiental, resiliência econômica e bem-estar social (FAO, 2014).

Estas diretrizes são reconhecidas entre as iniciativas globais relevantes para avaliar a sustentabilidade das fazendas, sistemas agrícolas e cadeias de suprimentos, começando com uma definição precisa de "sustentabilidade", e para facilitar a comparabilidade dos resultados (SCHADER, 2014).

A FAO (2014) cita que todos os indicadores SAFA não são criados igualmente e fornecem evidências diferentes dependendo do tipo, e que se esforçam para ser mensuráveis e verificáveis com base em métricas de desempenho. Os três tipos de indicadores são listados:

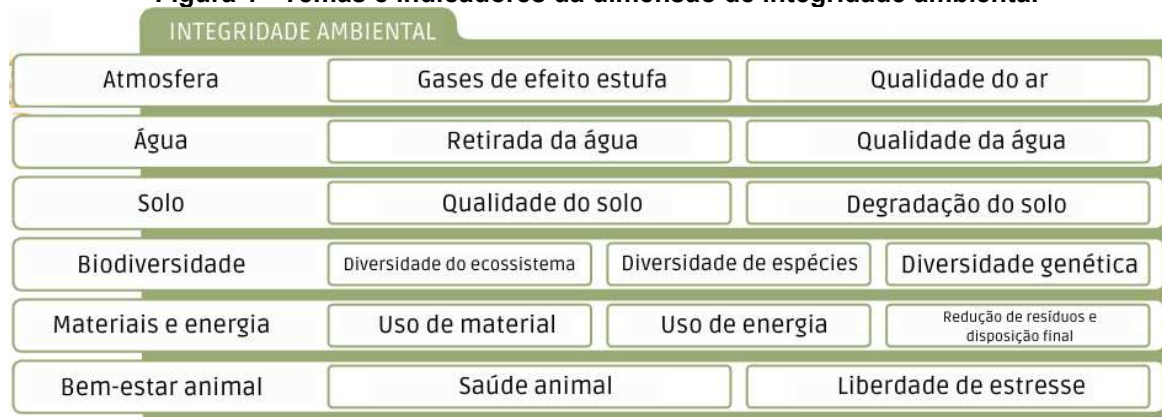
- Indicadores baseados no desempenho, também chamados de indicadores orientados para resultados ou indicadores de realização. Os indicadores baseados em desempenho focam nos resultados do cumprimento de metas e podem medir o desempenho operacional, identificar tendências e comunicar resultados.

- Indicadores baseados na prática, também chamados de regulamentos ou indicadores de processo. Esses indicadores estipulam que as ferramentas e sistemas necessários estão disponíveis para garantir as melhores práticas. Esses indicadores são orientados para o processo, não para os resultados.
- Indicadores baseados em metas. Esses indicadores focam se a operação tem planos, políticas ou monitoramento, metas e classificações de acordo com as etapas de implementação.

Os 16 temas dos indicadores da sustentabilidade e seus respectivos subtemas citados pelo SAFA (2014) estão ilustrados nas imagens a seguir, sendo a Figura 1 os indicadores relacionados à integridade ambiental, a Figura 2 os indicadores sobre a resiliência econômica, a Figura 3 os indicadores ligados ao bem-estar social e a Figura 4 os indicadores relacionados à governança.

Dentro dos indicadores relacionados à integridade ambiental, o subtema atmosfera avalia a emissão de gases de efeito estufa, já o subtema água pontua a utilização de água nos processos da IG bem como sua origem e está relacionado diretamente com a qualidade da água. Outro subtema é o solo, que faz avaliações quanto a sua qualidade e está relacionado diretamente com a degradação do solo. O subtema biodiversidade avalia três aspectos relacionados à interação da IG com o meio ambiente, sendo a diversidade do ecossistema, de espécies e a genética. O subtema de materiais e energia correlaciona o uso de material e energia com a disposição final de resíduos. Por fim, o subtema bem-estar animal avalia a saúde animal no ambiente da IG e sua atividade correlacionando com a liberdade de estresse. O esquema dos indicadores pode ser visualizado na Figura 1.

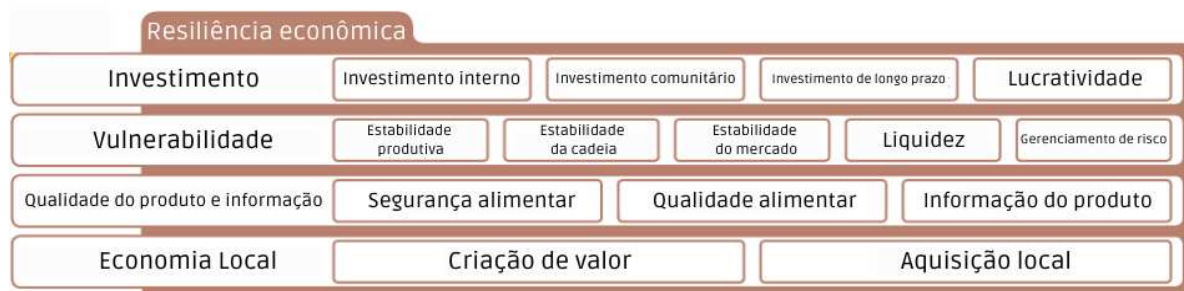
Figura 1 - Temas e indicadores da dimensão de integridade ambiental



Fonte: FAO (2014).

Segundo a FAO (2014), para se considerar uma organização economicamente sustentável, ela deve ser capaz de pagar todas as suas dívidas, gerando um fluxo de caixa positivo, compensando as externalidades negativas e ainda gerar e remunerar adequadamente os trabalhadores e acionistas. Ao mesmo tempo que deve ter mecanismos de amortecimento, como poupança e ativos, por exemplo, para lidar com mudanças que estejam fora de seu controle, como crises econômicas, clima prejudicial ou acidentes catastróficos, tudo isso pode-se considerar ser economicamente resiliente. Os indicadores e temas desta dimensão podem ser observados na Figura 2.

Figura 2 - Temas e indicadores da dimensão de resiliência econômica



Fonte: FAO (2014).

Sustentabilidade social é a satisfação das necessidades humanas básicas, desde que não comprometa a capacidade de outros, ou das gerações futuras, de se satisfazerem quesitos básicos também (FAO, 2014). Na SAFA, a dimensão social e de bem-estar engloba os seguintes temas: Subsistência Decente; Práticas de Negociação Justas; Trabalho Direitos; Capital próprio; Saúde e Segurança Humana; e Diversidade Cultural. O esquema dos indicadores e temas dentro desta dimensão podem ser observados na Figura 3.

Figura 3 – Temas e indicadores da dimensão de bem-estar social.



Fonte: FAO (2014).

A dimensão de governança do SAFA abrange a compreensão de uma boa governança corporativa que leva em conta todas as partes interessadas afetadas. A dimensão, seus temas e indicadores podem ser visualizados na Figura 4. O SAFA desenvolveu esta dimensão de governança, pois seus usuários preocupam-se com cadeias de valor e relacionamento com stakeholders, em que uma boa governança corporativa é muito importante.

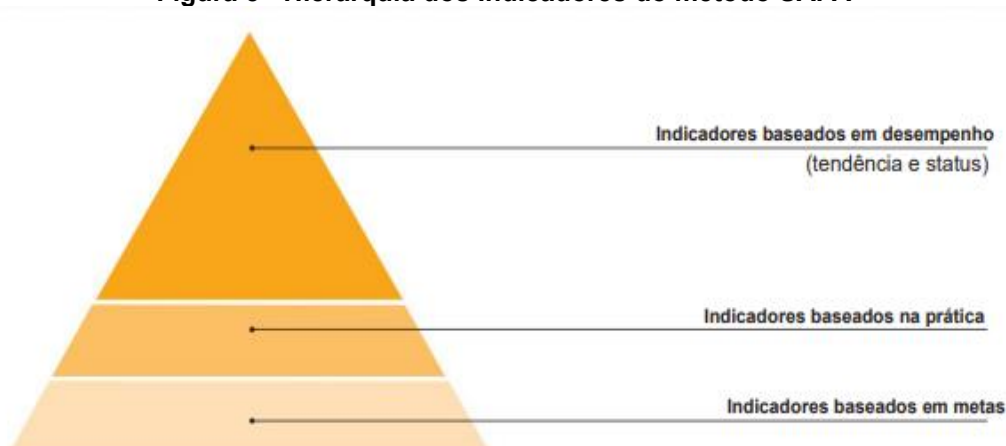
Figura 4 - Temas e indicadores da dimensão de boa governança.



Fonte: FAO (2014).

O método SAFA tem como hierarquia 3 tipos de indicadores: os indicadores baseados no desempenho, os indicadores baseados nas práticas e os indicadores baseados nas metas da associação/organização. A hierarquia pode ser visualizada na Figura 5.

Figura 5 - Hierarquia dos Indicadores do método SAFA



Fonte: FAO (2014).

4 METODOLOGIA

A seção de metodologia está dividida em 2 etapas, na primeira delas é apresentado a caracterização da pesquisa em sua abordagem, natureza, classificação e procedimentos realizados para a construção deste estudo.

Na segunda etapa são descritos os processos metodológicos: (1) a realização da prospecção científica de métodos de avaliação da sustentabilidade; (2) o levantamento e seleção das indicações geográficas; (3) a adaptação do método de avaliação da sustentabilidade em IG's para este estudo e (4) aplicação do método.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa científica é a execução de um estudo antecipadamente programado, sendo o método de abordagem do tema questionado o que realmente define o aspecto científico da exploração. Tem por intuito descobrir respostas para indagações sobre algum problema mediante a utilização do método científico (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Há diversas maneiras de classificar as pesquisas, aos quais podem depender da natureza, da abordagem que seria o assunto, do propósito sendo o objetivo, e dos procedimentos efetivados para alcançar os dados, que são os meios para responder às indagações da pesquisa. (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Do ponto de vista da natureza da pesquisa, esta se caracteriza como pesquisa básica, uma vez que objetiva produzir conhecimentos oportunos sobre as influências das IGs por meio da sustentabilidade. Segundo Kauark et al (2010), este tipo de pesquisa pode servir para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais uma vez que o tema está em desenvolvimento contínuo.

Quanto à abordagem da pesquisa, pode-se classificar como uma pesquisa quali-quantitativa. A pesquisa qualitativa pode-se caracterizar como uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo único entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser interpretada em números. Já a pesquisa quantitativa considera-se o que pode ser quantificável, isto é, transpassar em números as opiniões e informações para, então classificá-las e analisá-las. É

necessário o uso de recursos e de técnicas estatísticas (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

Dessa forma, a abordagem quantitativa se dá a partir da coleta de dados das IGs, dados relacionados às esferas sociais, ambientais, econômicas e de governança. A abordagem qualitativa é realizada por meio da caracterização das IGs contribuintes, juntamente com os parâmetros das avaliações subjetivas a partir das análises dos dados coletados.

Para atender aos objetivos do trabalho, assume-se ser de uma pesquisa exploratória, tendo como intuito proporcionar mais informações sobre a temática que será investigada, viabilizando sua definição e seu delineamento, ou seja, facilitar a delimitação do tema da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Na etapa de coleta dos dados, a presente pesquisa pode ser classificada em duas fases, sendo a primeira uma pesquisa bibliográfica baseada no levantamento do portfólio bibliográfico, e a segunda uma avaliação da sustentabilidade das IGs por meio de indicadores. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida levando em conta os materiais já publicados e disponibilizados para acesso, já a avaliação envolve um estudo profundo e exaustivo onde propicia a geração de um conhecimento profundo e minucioso (GIL, 2002).

4.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.2.1 Prospecção Científica de Métodos e Técnicas de Avaliação da Sustentabilidade

Inicialmente foi construído um portfólio bibliográfico a partir de uma revisão sistemática da literatura, visando explorar o embasamento teórico a respeito das temáticas de sustentabilidade e IGs.

Dessa forma, a prospecção científica foi realizada nas três principais bases de dados: *Science Direct* (2021), *Scopus* (2021) e *Web of Science* (2021). Para encontrar os resultados objetivados neste trabalho, buscou-se como termo principal da pesquisa “indicações geográficas”, combinados com termos relacionados com a temática, como “sustentabilidade”, “desenvolvimento territorial”, “análise espacial”, “produção local” e “atributos”.

A partir das palavras chaves delimitadas foi possível construir cinco combinações de busca utilizando os operadores booleanos “AND” e “OR”. Optou-se por delimitar a pesquisa por artigos que possuíam os termos buscados em seus respectivos títulos, resumos ou palavras-chaves. Não houve nenhuma limitação temporal dos artigos, optando por selecionar os trabalhos já publicados até 18/10/2021 (data da realização da busca).

Além disso, realizou-se as buscas na língua inglesa, adicionando variações existentes neste idioma ao qual possibilitou uma amplificação dos resultados buscados nestas bases de dados. Os resultados de cada uma das combinações nas bases de dados, estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Combinações de buscas nas bases de dados

Combinação de Busca	Scopus	Science Direct	Web of Science
TITLE-ABS-KEY (“geographical indication” OR “denomination of origin” OR “indication of origin”) AND “sustainability”)	98	25	53
TITLE-ABS-KEY (“geographical indication” OR “denomination of origin” OR “indication of origin”) AND “territorial development”)	12	2	10
TITLE-ABS-KEY (“geographical indication” OR “denomination of origin” OR “indication of origin”) AND “spatial analysis”)	10	0	8
TITLE-ABS-KEY (“geographical indication” OR “denomination of origin” OR “indication of origin”) AND “local production”)	4	1	1
TITLE-ABS-KEY (“geographical indication” OR “denomination of origin” OR “indication of origin”) AND “attributes”)	152	46	97

Fonte: Aatoria própria (2021).

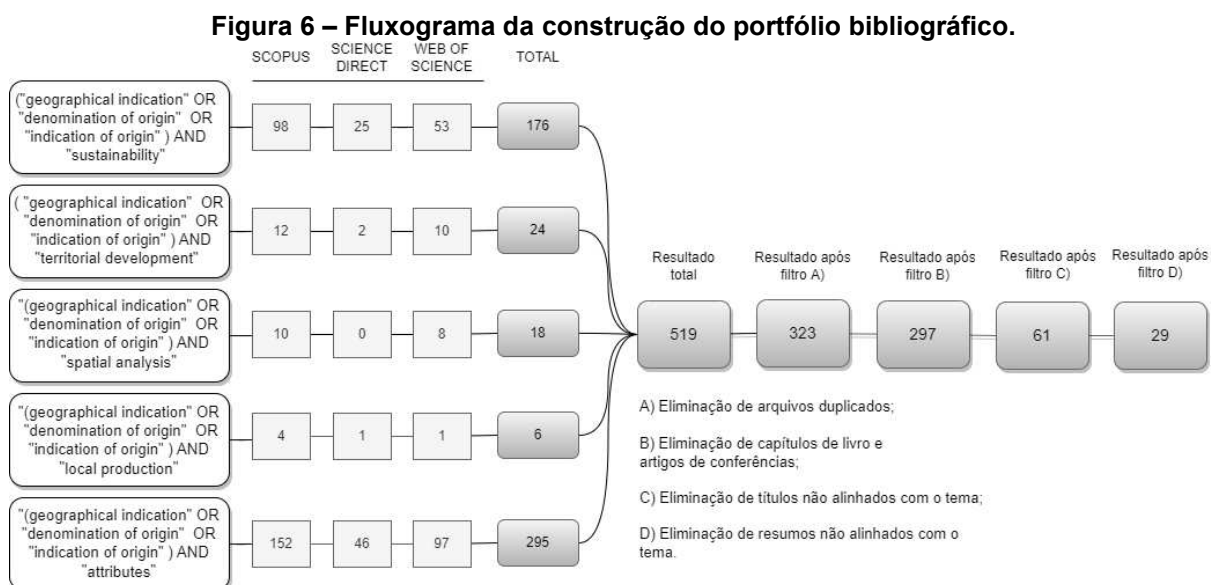
Após as respectivas pesquisas foram encontrados um total de 519 resultados nas três bases de dados, contudo fez-se necessário a exclusão 196 arquivos duplicados entre as bases, por meio da utilização da ferramenta de gestão de referências Mendeley®.

A partir dos 323 resultados obtidos, optou-se por eliminar os capítulos de livro e artigos de conferências, uma vez que possuem métricas de classificação distintas dos artigos publicados em *Journals*, sendo excluídos 26 resultados do portfólio final.

Em seguida, foram aplicados três novos filtros aos 297 artigos remanescentes. A primeira filtragem foi caracterizada pela leitura dos títulos individualmente por cada um dos autores, para sua classificação quanto a aderência

à temática do presente trabalho. No segundo filtro, foi possível encontrar os artigos que estão mais relacionados com os objetivos deste trabalho por meio da leitura dos respectivos resumos.

Por último, os artigos restantes foram lidos em sua íntegra, com possibilidade ainda de eliminação conforme a contribuição teórica para a presente pesquisa. O fluxograma geral da composição do portfólio bibliográfico é apresentado na Figura 6.



Fonte: Autoria própria (2021)

4.2.2 Identificação e Seleção das Indicações Geográficas

As IGs concedidas no Estado do Paraná foram determinadas a partir de um levantamento das concessões já atribuídas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI (2021). Assim, o levantamento das IGs foi realizado consoante às descrições de suas respectivas características como localização, produtos, abrangência, história, objetivos, dimensão, entre outros.

Após o levantamento das IGs na base do INPI, foi possível seguir para a fase seleção das IGs que foram descritas neste trabalho. A seleção foi dada a partir das IGs dos contribuintes para o presente estudo. Os dados para descrição das IGs foram buscados a partir de conteúdo online e informações disponibilizadas pelo Sebrae Paraná.

A avaliação da sustentabilidade se deu pela aplicação dos indicadores da sustentabilidade, que avalia a integridade ambiental, o bem-estar social, a resiliência econômica e alta governança de uma IGs por meio de indicadores adaptados advindos do método de indicadores de sistemas agroalimentares estabelecidos pela SAFA), desenvolvido pela FAO (2014).

4.2.3 Adaptação do Método de Avaliação da Sustentabilidade em IGs

Entre os métodos prospectados, foi identificado uma melhor aderência ao método SAFA para aplicação nas IGs paranaenses, uma vez que avalia a sustentabilidade de sistemas agroalimentares. Entretanto, devido à complexidade de aplicação e uso do método SAFA desenvolvido pela FAO (2014) foi necessário adaptações e ajustes para que a aplicação e tratamento dos dados nesta pesquisa fosse possível, dada as condições de pandemia de SARS-CoV-2 e inviabilidade de uso de determinados indicadores de avaliação.

Entretanto as dimensões, temas e indicadores do método SAFA foram mantidos como fundamento para o método de avaliação da sustentabilidade aplicado as IGs no presente trabalho. O primeiro ajuste foi devido aos indicadores de desempenho que não foram utilizados devido a inviabilidade de aferição dos indicadores que são coletados a campo. O segundo ajuste foi realizado uma equalização das dimensões de forma que possuam 19 indicadores cada, possibilitando uma equidade entre as dimensões em termos de avaliação quantitativa. Os indicadores de cada dimensão estão listados na tabela apresentada no Apêndice A.

A partir das adaptações do método SAFA foi possível desenvolver um questionário com 19 perguntas, nomeadamente os indicadores, para cada dimensão, totalizando 76 perguntas com respostas pré-estabelecidas de múltipla escolha, ao qual possibilitam uma análise quantitativa direta por meio de uma escala apresentada nesta seção.

As respostas dos indicadores estão classificadas em ordem sequencial, da melhor opção a pior opção. Portanto, intuitivamente, a maior pontuação é garantida quando a resposta selecionada for a primeira opção da pergunta dada ao indicador, e a pior pontuação quando a resposta for a última opção da pergunta. As questões do questionário e as opções de escolha foram baseadas nas classificações dos

indicadores relatados no método de aplicação da SAFA, conforme apresentado no Apêndice B.

Dessa forma, a pontuação dar-se-á da seguinte maneira: a distribuição dos pontos alcançáveis pela avaliação é dada em uma escala de 0 a 100, ou seja, a pontuação máxima alcançável pela IG é cem pontos. Em seguida, são distribuídos 25 pontos para cada uma das 4 dimensões (ambiental, econômica, social e governamental), uma vez que para atingir um alto grau de sustentabilidade é necessário um bom desempenho equitativo nas 4 dimensões.

Após isso, os 25 pontos de cada dimensão são distribuídos entre os temas conforme Quadro 1, cada dimensão varia a quantidade de temas entre si, a saber: dimensão ambiental possui 5 temas, dimensão econômica possui 4 temas, dimensão social possui 6 temas e dimensão governança possui 5 temas. E por fim, os pontos distribuídos para cada tema são divididos entre os respectivos indicadores existentes em cada tema.

Quadro 1 - Temas de cada dimensão

Ambiental	Econômica	Social	Governança
Atmosfera	Investimento	Sustento decente	Ética corporativa
Água	Vulnerabilidade	Práticas comerciais justas	Responsabilidade
Solo	Qualidade do produto e informação	Direitos trabalhistas	Participação
Biodiversidade	Economia local	Equidade	Estado de direito
Materiais e energia		Segurança e saúde	Gestão holística
		Diversidade cultural	

Fonte: Autoria Própria (2022).

Dessa forma, a distribuição da pontuação entre dimensões, seus respectivos temas e posteriormente indicadores pode ser observado na ilustração da Figura 7. A figura deve ser interpretada a partir do seu centro, onde inicia-se a divisão dos 100 pontos, que são fracionados igualmente entre as 4 dimensões.

Figura 7 - Distribuição da escala numérica da sustentabilidade por dimensão



Fonte: Autoria Própria (2022).

Para chegar no valor de cada resposta do indicador, foi usado a seguinte equação:

$$\text{Valor do indicador} = [V_1 / (Q_1 - 1)] \times G_1 \quad (1)$$

Onde:

V_1 : Valor máximo do indicador proveniente da distribuição dos 100 pontos;

Q_1 : Quantidade de opções de respostas pré-estabelecidas, desconsiderando a opção em que a IG não possui a informação.

G_1 : Grau da resposta. É dado a partir da opção de resposta escolhida, calculada em ordem numérica decrescente em função da quantidade de respostas menos um.

O indicador pode receber a pontuação zerada de duas formas: primeiramente quando selecionada a opção de resposta de grau mais baixo, no qual implica que a IG tem conhecimento do indicador e assume ter o desempenho mais baixo no determinado indicador. Em segundo, quando selecionado a opção “A associação não possui essa informação e portanto não há possibilidade de responder”, em que implica na ausência de conhecimento sobre o determinado indicador dentro da própria IG.

Dessa forma, a partir da pontuação calculada em cada indicador na Equação 1, é possível realizar uma análise percentual entre pontuação atingida pelo indicador e o valor máximo que pode ser obtido. A classificação pode ser observada na Tabela 2.

Tabela 2 - Porcentagem e classificação das notas dos indicadores

Porcentagem	Classificação
0% a 20%	Crítico
20% a 40%	Baixo
40% a 60%	Médio
60% a 80%	Bom
80% a 100%	Excelente

Fonte: Autoria própria (2022)

A classificação demonstra o estado do indicador em determinada dimensão na IGs avaliada, viabilizando uma autoanálise do seu desempenho em determinado indicador, bem como possibilitando uma análise mais aprofundada das causas ou pontos de melhorias a serem identificados e trabalhados para a contribuição da sustentabilidade dentro da organização.

Posteriormente, é possível proceder para a avaliação de cada uma das quatro dimensões, consoante ao desempenho e classificação adquiridos previamente nos indicadores. Essa avaliação quantitativa é obtida mediante somatória da pontuação dos indicadores, possibilitando determinar a classificação apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 – Porcentagem e classificação das dimensões

Porcentagem	Classificação
0% a 20%	Insustentável
20% a 40%	Pouco sustentável
40% a 60%	Medianamente sustentável
60% a 80%	Praticamente sustentável
80% a 100%	Sustentável

Fonte: Autoria própria (2022)

Por último, o cálculo final do grau de sustentabilidade da IG é composto pela somatória da pontuação obtida em cada uma das dimensões, conforme apresentado na Equação 2.

$$\text{Nota final da IG} = \text{NDA} + \text{NDE} + \text{NDS} + \text{NDG} \quad (2)$$

Onde:

NDA = Nota Dimensão Ambiental;

NDE = Nota Dimensão Econômica;

NDS = Nota Dimensão Social;

NDG = Nota Dimensão Governamental.

Após a realização da somatória da pontuação final da IG é possível obter a classificação de sustentabilidade apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 – Porcentagem e classificação dos da pontuação geral da IG

Porcentagem	Classificação
0% a 25%	Insustentável
25% a 50%	Inviável
50% a 75%	Viável
75% a 100%	Sustentável

Fonte: Autoria própria (2022).

4.2.4 Aplicação do Método

Inicialmente, optou-se por transpor o questionário desenvolvido no tópico 4.2.3 (disponível no Apêndice B) para um questionário online na plataforma *Google Forms*®, devido a uma maior facilidade de aplicação às IGs e restrições de deslocamento por conta da pandemia de SARS-CoV-2. O questionário online foi dividido em 5 seções, sendo a primeira uma apresentação da pesquisa quanto seu âmbito e objetivos, além de um espaço para a identificação da associação respondente. As demais seções correspondem aos indicadores de cada uma das 4 dimensões (ambiental, econômica, social e de governança).

Foram contactadas as 9 IGs concedidas no estado do Paraná por meio de e-mail e *WhatsApp*, contatos que estão disponibilizados na plataforma do Sebrae. Nesse primeiro contato foi enviado um convite para participação na pesquisa

juntamente com um breve contexto do presente estudo. Feito isso foi enviado o *link* do questionário online para as IGs ao qual se obteve resposta positiva, ao passo que em caso de dúvidas foi deixado em aberto a possibilidade de reunião online pela plataforma Google Meet® para possíveis esclarecimentos.

Entre as 9 IGs paranaenses contactadas, houve resposta no questionário de 5 associações, tendo ocorrido algumas reuniões online com representantes das IGs para esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de informações. Dessa forma, foi recebido questionário respondido das seguinte associações:

- Associação Norte Pioneiro dos Produtores de Frutas, Legumes e Verduras – ANPP;
- Associação dos Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná – ACENPP;
- Associação dos Produtores Ortigueirenses de Mel – APOMEL;
- Associação Norte Noroeste Paranaense dos Fruticultores – ANFRUT;
- Associação dos Amigos da Erva Mate de São Mateus;

A partir das respostas recebidas foi possível realizar o tratamento dos dados com o auxílio do *software* Excel®, no qual possibilitou o cálculo dos indicadores e das dimensões, bem como seus respectivos percentuais. Por fim, viabilizou a quantificação do grau de sustentabilidade da IG.

Neste mesmo banco de dados obtido em Excel®, construiu-se um dashboard para cada uma das IGs com seus respectivos gráficos circular, de modo a agrupar os indicadores de acordo com a sua classificação que viabiliza uma interpretação mais ilustrativa sobre os indicadores de cada dimensão. Por fim, foi possível gerar um gráfico de radar com o percentual de cada uma das 4 dimensões obtidas por cada IG, proporcionando uma análise minuciosa de comparação entre as dimensões.

5 RESULTADOS

Neste tópico serão apresentados os resultados encontrados ao longo do desenvolvimento deste trabalho com o intuito de alcançar o objetivo descrito na seção 2. Esta seção está dividida em três partes, sendo elas: (1) apresentação de alguns métodos de avaliação da sustentabilidade aplicáveis às IG's encontrados durante a prospecção bibliográfica; (2) caracterização das IG's participantes no questionário para o processo de avaliação do grau da sustentabilidade; por fim (3) classificação do grau de sustentabilidade avaliado em indicadores, dimensões e IG's que são apresentados por meio de uma análise quantitativa ilustrada a partir de gráficos, sendo o principal objetivo deste trabalho.

5.1 PROSPECÇÃO CIENTÍFICA DE MÉTODOS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Um dos resultados foi a prospecção de métodos de avaliação para a sustentabilidade por meio de indicadores, a Tabela 5 apresenta as principais fontes que disponibilizam indicadores para serem usados como métodos para avaliação da sustentabilidade.

Tabela 5 - Indicadores de sustentabilidade divididos pela fonte do método

Fonte dos Indicadores	Indicadores Ambientais	Indicadores Sociais	Indicadores de Governança	Indicadores Econômicos	Total de indicadores
SAFA	48	19	22	22	111
COSA	6	8	0	24	38
GRI	14	12	5	4	35
UNCTAD-FAO	12	6	7	9	34
ODS	9	9	3	3	24

Fonte: Vandecandelaere (2021).

No estudo de Vandecandelaere (2021), foi realizado um levantamento de diversas fontes de indicadores de sustentabilidade aplicados às IGs, sendo os mais relevantes: SAFA, COSA, GRI, UNCTAD-FAO e ODS. O autor apontou a quantidade de indicadores de cada fonte perante a aplicabilidade em IGs, considerando as quatro dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, de governança e econômica.

Cada método difere entre si na quantidade de indicadores quando comparado entre as dimensões, entretanto todos podem ser usados como um conjunto de

ferramentas para análise e avaliação da sustentabilidade aplicáveis à IGS. Dentre as fontes, o método da Safa foi escolhido como referência para este estudo por demonstrar uma maior amplitude de indicadores nas quatro dimensões (apresentados na seção 3.5).

O método COSA (*Committee on Sustainability Assessment*) tem reconhecimento global por estar ligado a normas como ODS (objetivos de desenvolvimento sustentável), diretrizes multilaterais, acordos internacionais e referências normativas. É um método prático, claro, preciso e fácil de ser aplicado, além de seus indicadores e abordagens reduzirem os custos de dados. Os indicadores do método garantem uma avaliação comparativa entre países ou regiões tornando-o fácil para gestores e pesquisadores, seja por questões ambientais, sociais ou econômicas é possível avaliar o desempenho e impactos em várias áreas (GIOVANNUCCI, 2014).

O *Global Reporting Initiative* (GRI) desenvolve relatórios ambientais e é conhecido por suas diretrizes serem capazes de oferecer comparabilidade entre empresas. Fundado em 1997 fonte de uma iniciativa conjunta advinda da organização não governamental norte-americana *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e tem por objetivo melhorar a qualidade, o rigor e a eficiência dos relatórios de sustentabilidade (GALLEGO, 2006).

O método UNCTAD-FAO tem por objetivo produzir e divulgar comparações estatísticas de alta qualidade abordando três áreas, com estrutura acompanhada por definições, diretrizes e uma lista de verificação de avaliação da qualidade. Possui reconhecimento internacional, tendo como objetivo alcançar o resultado de formar um plano de melhoria da qualidade estatística. As estatísticas da UNCTAD são agrupadas e divulgadas de acordo com os Princípios que Regem as Atividades Estatísticas Internacionais publicados em 2014 pelo Comitê para a Coordenação de Atividades Estatísticas (UNCTAD, 2019).

Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) são apresentados em um quadro de indicadores globais contemplado por indicadores nos níveis regional e nacional que foi desenvolvido pelo Grupo Interagências e Especialistas em Indicadores dos ODS (IAEG- SDGs) e regulamentado na 48ª sessão da Comissão Estatística das Nações Unidas, realizada em março de 2017. O quadro é aprimorado

anualmente e sua estrutura inclui 231 indicadores exclusivos (*UNITED NATIONS STATISTICAL COMMISSION*, 2018).

5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS IG'S PARANAENSE RESPONDENTES

Com o auxílio do Data Sebrae (2022) e o Regulamento de Uso da Indicação Geográfica, foi possível elaborar a caracterização das associações que contribuíram para o presente estudo. São 5 seções que compõem a descrição das 5 IGs respondentes.

5.2.1 Associação dos Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná – ACENPP

A IG Norte Pioneiro do Paraná – Cafés Especiais, primeira indicação de procedência do Paraná abrange 45 municípios que estão localizados nas regiões administrativas, Norte e Norte Pioneiro, representadas pelas Associações de Prefeituras Municipais: AMUNORPI (26 municípios), AMUNOP (19 municípios). Conta com a participação de 60 produtores, sendo 90% composto por pequenos produtores.

Segundo Regulamento de Uso da Indicação Geográfica de Procedência fica estabelecido a utilização do nome geográfico para café em grão verde, café industrializado na condição de torrado em grão ou torrão moído

A fim de fiscalizar as normas e manter todas as especificações e qualidade de todos os produtos criou-se o Conselho Regulador dos Cafés do Norte Pioneiro do Paraná.

A formação social, econômica e cultural da região Norte Pioneiro do Paraná está essencialmente ligada à expansão cafeeira. A região apresenta características propícias à cafeicultura, como solos de origem vulcânica e clima subtropical, para a produção de cafés finos.

A bebida se destaca com atributos como doçura, corpo acentuado, agradável acidez cítrica, aroma que oscila entre chocolate, caramelo, floral cítrico e frutado, além de marcante sabor residual.

A combinação da altitude e latitude local é propícia para garantir que a temperatura média anual varia entre 19°C e 22°C, ideal para a produção de cafés da espécie *Coffea arábica*.

O café em grão verde é colhido de maneira manual no pano ou mecanizado e processado nas formas “cereja natural” ou “cereja descascado” livres de qualquer grão que apresente variações que saiam das especificações desejadas.

Para o café industrializado (café torrado em grão ou torrado moído) a origem da matéria prima, ou seja, os grãos, deve obrigatoriamente ser comprovada como sendo dos grãos de café verde com a identificação geográfica da IP “Norte Pioneiro do Paraná”

Há uma responsabilidade da propriedade produtora quanto a rastreabilidade e segurança alimentar. A Indicação de Procedência trouxe para região do Norte Pioneiro do Paraná aumento de renda dos produtores bem como a organização dos mesmos em entidades que os representam, melhores condições de produção e comercialização e o resgate da tradicionalidade da região como produtora de café com alta qualidade.

Ainda há responsabilidade ambiental quanto a seguir rigorosamente as disposições legais com relação às áreas de preservação permanente e reserva legal, a disposição geral dos resíduos, utilização de lenha com origem de áreas de reflorestamento, a utilização de galpão próprio para estocar e guardar defensivos agrícolas e quanto a destinação correta, segundo legislação, de embalagens dos produtos utilizados (SEBRAE, 2016).

5.2.2 Associação dos Amigos da Erva Mate de São Mateus

A indicação de procedência São Matheus destaca-se pela produção de erva mate com características únicas. Os ervais estão localizados em 6 municípios paranaenses, Antonio Olinto, Mallet, Rebouça, Rio Azul, São Mateus do Sul e São João do Triunfo e contam com 60 produtores.

A propagação das plantas da erva-mate pode ocorrer de maneira natural (ervais nativos) ou por plantio de mudas (ervais adensados) em ambos os casos a origem da matriz deve ser da região da IP.

Há um sistema regulamentado de produção aonde os ervais deverão ser formados por plantas que crescem em consórcio com plantas nativas, a colheita deverá ser feita no período de maio a setembro e a análise dos ervais para a avaliação da presença de espécies nativas e da época de colheita é feita por inspeção do Conselho Regular.

Fatores que diferenciam a produção são: produção em ambiente parcialmente sombreado, utilização de sementes de árvores nativas da região produzidas artificialmente em viveiros e forma de cultivo, principalmente onde o espaçamento entre as árvores, nutrição do solo, e podas são os principais fatores que se destacam nessa produção.

A cultura da erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil), tem grande valor comercial em muitos estados do Brasil. A erva-mate só mantém a qualidade e peculiaridade reconhecida quando é cultivada de forma sombreada por mata nativa como a Araucária, Imbuia e Cedro, com isso há preservação da Mata Atlântica, uma maneira sustentável de viabilizar essas áreas para que os produtores permaneçam no campo mantendo sua cultura e diferencial.

5.2.3 Associação dos Produtores Ortigueirenses de Mel – APOMEL

A primeira DO (denominação de origem) do Paraná, Ortigueira, está situada na região centro-oriental do Paraná e possui mais de 40 produtores beneficiados.

A Associação dos Produtores Ortigueirenses de Mel (APOMEL) foi fundada em 1984 após a população da cidade perceber que, além do consumo próprio como açúcar, o mel poderia se tornar rentável para toda região e, então aprimorou-se as técnicas de extração. Os produtores mais antigos passaram adiante seus conhecimentos e isso fez com que a prática se tornasse um modelo com crescente padrão de qualidade (DATASEBRAE, 2018).

Ortigueira possui uma posição de destaque na apicultura nacional e ocupa lugar de evidência devido ao grande potencial da região.

A região possui uma flora variada com qualidade garantida por suas características do solo, clima e temperatura, que atrai e mantém um enxame constante para a produção do mel. O município é detentor de uma das maiores reservas de Mata Atlântica com cobertura florestal em 13,28% do seu território.

O mel produzido é resultado de uma grande variedade botânica e possui características específicas e diferenciadas que garantem uma composição química, propriedades físicas e atributos sensoriais do mel (DATASEBRAE, 2018).

5.2.4 Associação Norte Pioneiro dos Produtores de Frutas, Legumes e Verduras – ANPP

A IP (indicação de procedência) Carlópolis, maior produtor de goiabas do Paraná, obteve a mais rápida concessão de IP devido seu destaque incontestável, desempenho coletivo e cooperativo entre produtores.

Os imigrantes japoneses desempenharam papel fundamental para o cultivo de goiaba na cidade. Em 1976 ocorreram os primeiros plantios com o apoio do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) em conjunto com estudos e pesquisas feitas das sementes em busca de um refino de cultivares a fim de se obter uma diferenciação de variedades (DATASEBRAE, 2018).

Dos estudos realizados na época, uma planta se destacou pela formação de ramos e copas mais longos e bem abertos, com grandes folhas e produção de frutos grandes e com polpa branca. Em 1978 após enxertos para multiplicação genética formou-se um pomar com 70 pés em produção.

Hoje em dia a cidade de Carlópolis tem notoriedade nacional pela qualidade da fruta, combinação perfeita das condições climáticas favoráveis, solos férteis e técnicas de plantio.

A delimitação da região é considerada mista, pois abrange dois municípios, Carlópolis e Ribeirão Claro. Possui cerca de 390 hectares para o cultivo de goiaba com o potencial de produção de 23 mil toneladas por ano, em condições normais de clima, segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) local o que faz com que a região seja considerada o maior produtor de goiabas do Paraná e um dos maiores do Brasil. (DATASEBRAE, 2018).

A produção ocorre durante todo o ano devido a prática de poda contínua dividida por talhões. Já a prática de ensacar os frutos quando atingem 2 a 3 cm de diâmetro torna a produção sustentável, uma vez que essa prática elimina o uso de agrotóxicos e também evita o surgimento de insetos.

Em 2010 o Sebrae PR iniciou um trabalho intitulado “Cidades Cooperativas” com o objetivo de agregar valor a produção de goiaba de mesa e consequentemente proteger os produtores e promover o desenvolvimento local.

Atualmente a IP solicitou a obtenção do Certificação Global (Gap) que juntamente com a IG facilitará a abertura de importantes canais de comercialização em outros países, segundo Adhemar Augusto Martins, consultor em Agronegócio.

5.2.5 Associação Norte Noroeste Paranaense dos Fruticultores – ANFRUT

A indicação de Procedência (IP) das uvas Marialva é reconhecida pela produção de uva fina de mesa. Essa história começa na década de 1960 com os imigrantes japoneses da região e pelo grande incentivo de instituições para que a cultura da uva se tornasse presente uma vez que a monocultura fez com que o solo de terras vermelhas da região ficasse inviabilizado para produção (DATASEBRAE, 2018).

A melhor produção de uva do Paraná encontra-se em Marialva e há grande valor econômico para a cidade que usa esse título como propaganda. Cerca de 1,4 mil hectares da região são utilizados exclusivamente para o cultivo da uva. Mais de 1,1 mil famílias estão envolvidas na viticultura e cerca de 5,5 mil pessoas trabalham no cultivo da uva e 5,5 mil empregos são gerados indiretamente (EMATER, 2006).

A fruta produzida na região que abrange os dois municípios, Marialva e Sarandi, apresenta aparência de cacho e tamanho de bagas que atendem as exigências do mercado consumidor nacional e as caracterizam como únicas.

A região possui características específicas de solo com alta fertilidade e o clima em conjunto com a altitude faz com que a fruta produzida tenha alta acidez e intensidade de cor resultando em uvas de alta qualidade e diferenciadas. Ocorrem duas safras por ano, novembro a janeiro e maio a julho.

A produção de uva no Paraná em 2008 foi de 101.500 toneladas; desse total, Marialva contribuiu com 42.808 toneladas, ou seja, mais de 42% do total. Em contrapartida, os municípios que ocupam o 2º e 3º lugar foram responsáveis, juntos, por menos de 10% da produção total (IBGE, 2008).

A Associação Norte Noroeste Paranaense dos Fruticultores – ANFRUT tem como objetivo: representar e coordenar os produtores de uvas de mesa da Região de Marialva, bem como suas associações e cooperativas, perante os organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, com relação à proteção, promoção, uso e divulgação de direitos de propriedade intelectual relacionados com o território de procedência e origem da produção, na modalidade IP- Indicação de Procedência Marialva, conforme previsto na Instrução Normativa 2512013 (SEBRAE, 2018).

5.3 CÁLCULO DOS INDICADORES DA SUSTENTABILIDADE DAS IG's

Nesta seção é apresentado para cada uma das IG's avaliadas os seguintes parâmetros: tabela de pontuação dos indicadores e suas respectivas porcentagens em relação a pontuação máxima, *dashboard* com os gráficos das classificações dadas aos indicadores de cada dimensão, tabela da classificação e gráfico de radar de porcentagem obtido por cada uma das 4 dimensões, e por último, a classificação final da IG.

5.3.1 Goiaba de Carlópolis

De acordo com a Equação 1 do método onde foi possível calcular a nota de cada resposta referente ao indicador, gerou-se a tabela de cada indicador e sua respectiva nota. Na tabela 6 é apresentado a pontuação alcançada por cada indicador dividido por cada dimensão.

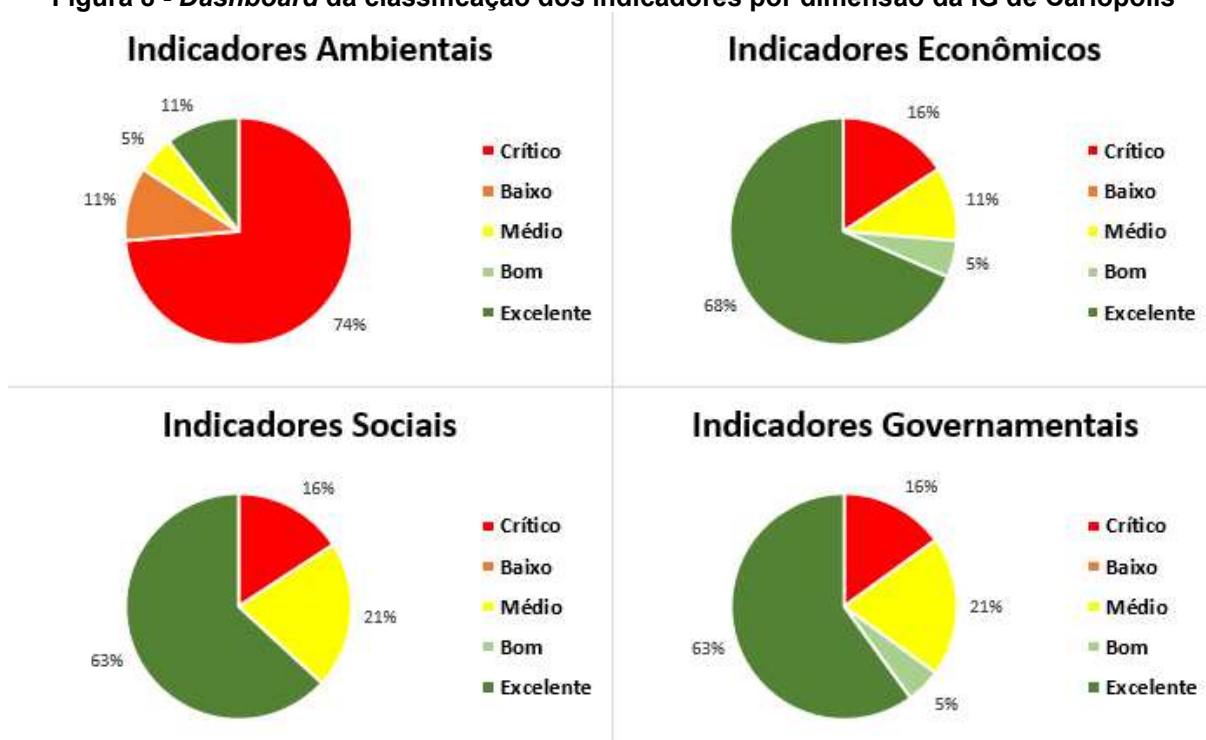
Tabela 6 - Nota e porcentagem dos indicadores por dimensão da IG de Carlópolis

Questão	Dimensão Ambiental		Dimensão Econômica		Dimensão Social		Dimensão Governança	
	Nota	%	Nota	%	Nota	%	Nota	%
1	0	0%	1,25	100%	1,04	100%	1,25	75%
2	0	0%	1,25	100%	1,04	100%	0,83	50%
3	0	0%	1,25	100%	1,04	100%	1,67	100%
4	0	0%	1,25	100%	1,04	100%	1,67	100%
5	0	0%	0,63	50%	1,04	50%	1,67	100%
6	0	0%	0	0%	1,04	50%	1,67	100%
7	0	0%	0,94	75%	1,04	100%	0,83	100%
8	0	0%	1,25	100%	1,04	100%	0,416	50%
9	0	0%	1,25	100%	1,04	100%	0	0%
10	1,67	100%	0	0%	1,04	100%	0,83	100%
11	1,67	100%	1,25	100%	0,69	50%	0	0%
12	0,83	50%	1,25	100%	1,39	100%	0,42	50%
13	0	0%	1,25	100%	0	0%	0,5	50%
14	0	0%	1,25	100%	1,04	100%	1	100%
15	0	0%	1,25	100%	0,52	50%	1	100%
16	0,31	25%	1,25	100%	1,04	100%	1	100%
17	0	0%	2,08	100%	0	0%	1	100%
18	0,31	25%	2,08	100%	0	0%	2,5	100%
19	0	0%	1,04	50%	2,08	100%	2,5	100%

Fonte: Autoria própria (2022).

Com as pontuações geradas pelas respostas da IG referente a Tabela 6, em cada indicador é possível gerar um *dashboard* com as classificações de cada indicador: excelente, bom, médio, baixo e crítico, dividido por sua respectiva dimensão, a fim de visualizar melhor como os indicadores se comportam na análise. O *dashboard* gráfico pode ser observado na Figura 8.

Figura 8 - Dashboard da classificação dos indicadores por dimensão da IG de Carlópolis



Fonte: Autoria Própria (2022).

Ao analisar o *dashboard*, nota-se que em 03 dimensões: econômica, social e governamental seus indicadores foram classificados como “excelente” em mais de 60% nessa IG. Nestas mesmas 03 dimensões os indicadores classificados como críticos obtiveram 16% de ocupação no gráfico. Já na dimensão ambiental, os indicadores se classificaram como críticos em 74% em suas colocações.

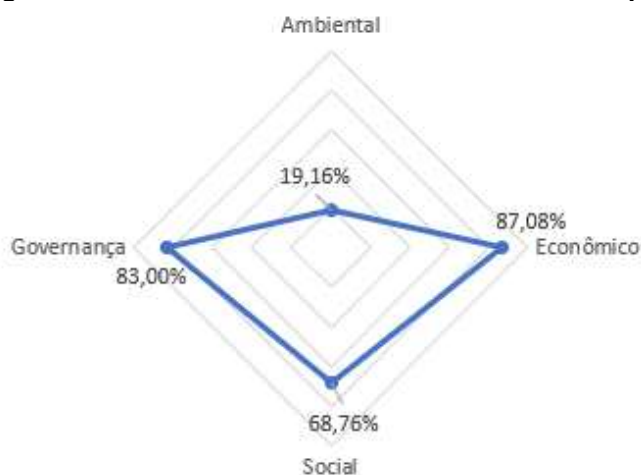
Somando-se as notas de cada indicador é possível saber a nota da dimensão. De acordo com a classificação das dimensões fornecidas na Tabela 3, foi possível classificá-las conforme valores da Tabela 7.

Tabela 7 – Nota, porcentagem e classificação das dimensões da IG de Carlópolis

Dimensão	Ambiental	Econômica	Social	Governança
Nota	4,79	21,77	17,19	20,75
Porcentagem	19,16%	87,08%	68,76%	83,00%
Classificação	Insustentável	Sustentável	Praticamente sustentável	Sustentável

Fonte: Autoria própria (2022).

Dessa forma, com as porcentagens de cada dimensão estabelecidas e classificadas foi possível elaborar um gráfico de radar para melhor observação de como as dimensões comportam-se no viés da sustentabilidade dentro da IG de Carlópolis. O gráfico de radar pode ser observado na Figura 9.

Figura 9 - Radar da Sustentabilidade da IG de Carlópolis

Fonte: Autoria própria (2022).

Após as dimensões serem definidas com suas notas e posteriormente classificadas, é possível realizar a somatória das pontuações das dimensões, sabendo que a nota máxima que a IG pode alcançar é 100. A equação da somatória das notas das dimensões é a seguinte:

$$\text{Nota final da IG} = 4,79 + 21,77 + 17,19 + 20,75 = 64,50 \quad (3)$$

Portanto, com a nota final 64,50 a classificação da IG de acordo com a Tabela 4, tendo em vista que a nota está entre 50% e 75%, a IG é viável. A IG é viável frente à sustentabilidade.

5.3.2 Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná

De acordo com a Equação 1 do método onde foi possível calcular a nota de cada resposta referente ao indicador, gerou-se a tabela de cada indicador e sua respectiva nota. Na tabela 8 é apresentada a pontuação alcançada por cada indicador dividido por cada dimensão.

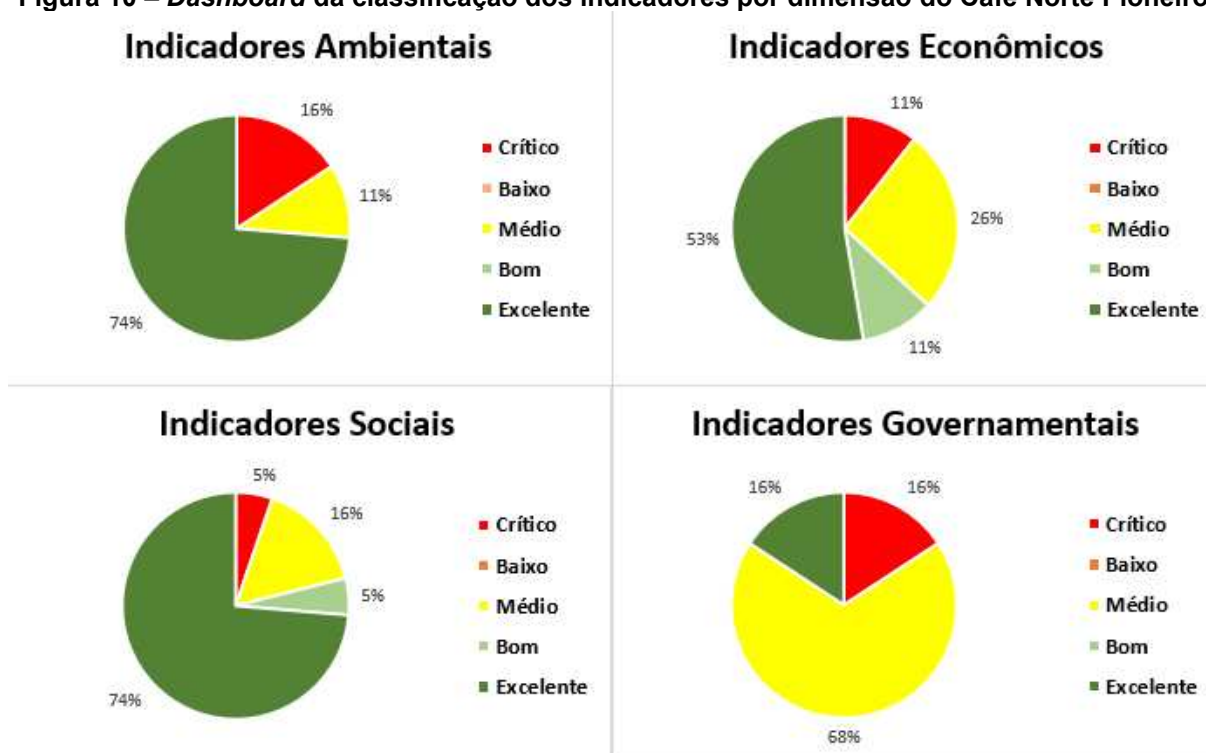
Tabela 8 – Nota e porcentagem dos indicadores por dimensão da IG de Café Norte Pioneiro

Questão	Dimensão Ambiental		Dimensão Econômica		Dimensão Social		Dimensão Governança	
	Nota	%	Nota	%	Nota	%	Nota	%
1	1,25	100%	0,63	50%	1,04	100%	1,67	100%
2	1,25	100%	1,25	100%	1,04	100%	0,83	50%
3	1,25	100%	0,63	50%	1,04	100%	0,83	50%
4	1,25	100%	1,25	100%	0,52	50%	1,67	100%
5	1	100%	1,25	100%	1,04	50%	0,83	50%
6	1	100%	0,63	50%	1,04	50%	1,67	100%
7	1	100%	0	0%	1,04	100%	0,42	50%
8	1	100%	0,94	75%	1,04	100%	0,42	50%
9	0,5	50%	0	0%	1,04	100%	0,42	50%
10	1,67	100%	0,63	50%	1,04	100%	0,42	50%
11	1,67	100%	1,25	100%	1,38	100%	0,42	50%
12	0,83	50%	0,83	66%	1,39	100%	0,42	50%
13	1,67	100%	1,25	100%	0	0%	0,5	50%
14	1,67	100%	1,25	100%	1,04	100%	0,5	50%
15	0	0%	1,25	100%	1,04	100%	0	0%
16	0	0%	1,25	100%	1,04	100%	0	0%
17	0	0%	1,04	50%	1,04	100%	0	0%
18	1,25	100%	2,08	100%	2,08	100%	1,25	50%
19	1,25	100%	2,08	100%	1,38	66%	1,25	50%

Fonte: Autoria própria (2022).

Com as pontuações geradas pelas respostas da IG referente a Tabela 8, em cada indicador é possível gerar um *dashboard* com as classificações de cada indicador: excelente, bom, médio, baixo e crítico, dividido por sua respectiva dimensão, a fim de visualizar melhor como os indicadores se comportam na análise. O *dashboard* gráfico pode ser observado na Figura 10.

Figura 10 – *Dashboard* da classificação dos indicadores por dimensão do Café Norte Pioneiro



Fonte: Autoria Própria (2022).

Ao olhar para o *dashboard* da IG do Café do Norte pioneiro nota-se que os indicadores classificados como críticos não alcançaram mais de 16% em nenhuma dimensão, mostrando-se que não houve percentagem elevada de indicadores críticos, um detalhe importante a ser considerado na avaliação da sustentabilidade da IG. As porcentagens mais altas de indicadores classificados como “excelentes” foram nas dimensões ambiental e social, com 74% dos indicadores em ambas as dimensões, o que pode ser considerado uma ótima predominância percentual da mais alta classificação.

Somando-se as notas de cada indicador é possível saber a nota da dimensão. De acordo com a classificação das dimensões fornecidas na Tabela 3, foi possível classificá-las na Tabela 9.

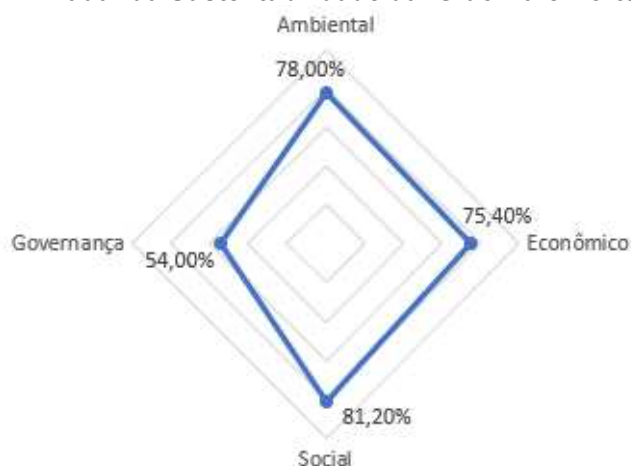
Tabela 9 – Pontuação, porcentagem e classificação das dimensões da IG de Café Norte Pioneiro

Dimensão	Ambiental	Econômica	Social	Governança
Nota	19,5	18,85	20,3	13,5
Porcentagem	78,00%	75,40%	81,20%	54,00%
Classificação	Praticamente sustentável	Praticamente sustentável	Sustentável	Medianamente Sustentável

Fonte: Autoria própria (2022).

Dessa forma, com as porcentagens de cada dimensão estabelecidas e classificadas foi possível elaborar um gráfico de radar para melhor observação de como as dimensões comportam-se no viés da sustentabilidade dentro da IG do Café Norte Pioneiro. O gráfico de radar pode ser observado na Figura 11.

Figura 11 – Radar da Sustentabilidade da IG do Café Norte Pioneiro



Fonte: Autoria própria (2022).

Após as dimensões serem definidas com suas notas e posteriormente classificadas, é possível realizar a somatória das pontuações das dimensões, sabendo que a nota máxima que a IG pode alcançar é 100. A equação, portanto, de somatória das notas das dimensões é a seguinte:

$$\text{Nota final da IG} = 19,50 + 18,85 + 20,30 + 13,50 = 72,15 \quad (4)$$

Portanto, com a nota final 72,15 a classificação da IG de acordo com as classificações da Tabela 4, tendo em vista que a nota está entre 50% e 75%, a IG é classificada como viável. A IG é viável frente à sustentabilidade.

5.3.3 Mel de Abelha de Ortigueira

De acordo com a Equação 1 do método onde foi possível calcular a nota de cada resposta referente ao indicador, gerou-se a tabela de cada indicador e sua respectiva nota. Na tabela 10 é apresentada a pontuação alcançada por cada

indicador dividido por cada dimensão.

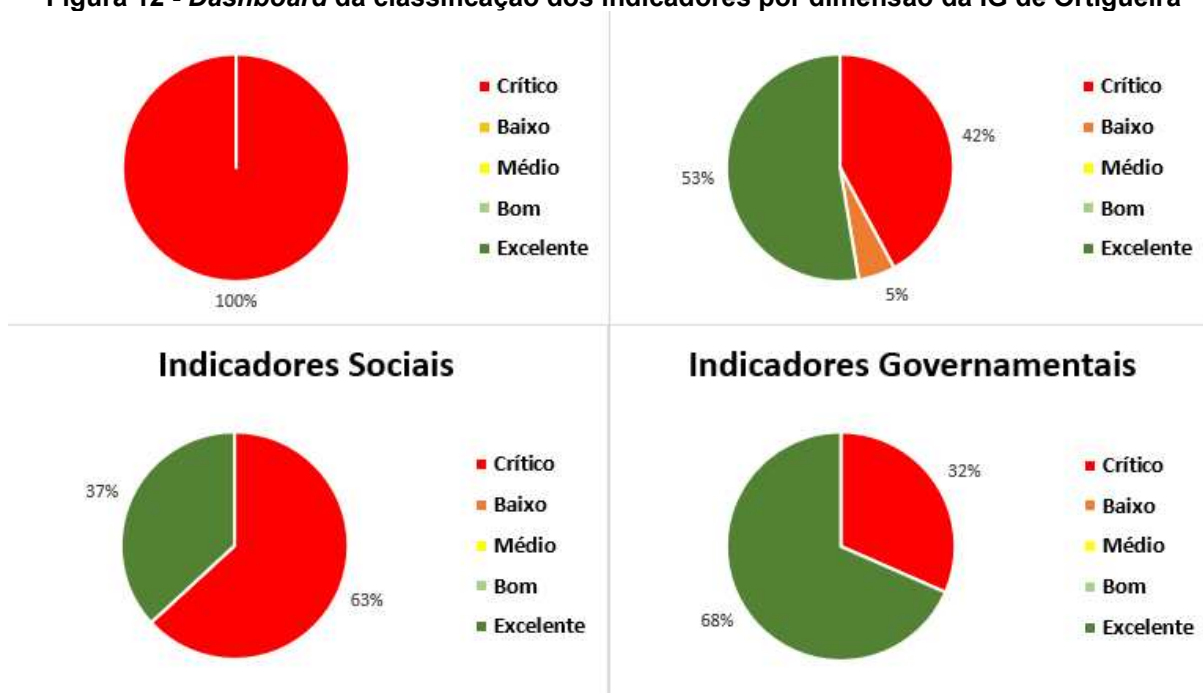
Tabela 10 - Nota e percentagem dos indicadores por dimensão da IG de Ortigueira

Questão	Dimensão Ambiental		Dimensão Económica		Dimensão Social		Dimensão Governança	
	Nota	%	Nota	%	Nota	%	Nota	%
1	0	0%	0	0%	0	0%	1,67	100%
2	0	0%	0	0%	0	0%	1,67	100%
3	0	0%	1,25	100%	0	0%	0	0%
4	0	0%	1,25	100%	1,04	100%	1,67	100%
5	0	0%	1,25	100%	2,08	100%	1,67	100%
6	0	0%	0	0%	2,08	100%	1,67	100%
7	0	0%	0,31	25%	0	0%	0,83	100%
8	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
9	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
10	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
11	0	0%	1,25	100%	0	0%	0	0%
12	0	0%	1,25	100%	0	0%	0,83	100%
13	0	0%	1,25	100%	0	0%	1	100%
14	0	0%	1,25	100%	0	0%	1	100%
15	0	0%	1,25	100%	1,04	100%	1	100%
16	0	0%	1,25	100%	0	0%	1	100%
17	0	0%	2,08	100%	1,04	100%	1	100%
18	0	0%	2,08	100%	2,08	100%	0	0%
19	0	0%	0	0%	2,08	100%	2,5	100%

Fonte: Autoria própria (2022).

Com as pontuações geradas pelas respostas da IG referente a Tabela 10, em cada indicador foi possível gerar um *dashboard* com as classificações de cada indicador: excelente, bom, médio, baixo e crítico, dividido por sua respectiva dimensão, a fim de visualizar melhor como os indicadores se comportam na análise. O *dashboard* gráfico pode ser observado na Figura 12.

Figura 12 - Dashboard da classificação dos indicadores por dimensão da IG de Ortigueira



Fonte: Autoria Própria (2022).

Ao explorar o dashboard da IG de Ortigueira e analisar a dimensão ambiental das classificações dos indicadores, nota-se que todos estão classificados como críticos, porém deve-se ao fato que os indicadores desta dimensão metade foram classificados sem conhecimento por parte da associação. Já os indicadores relacionados à recursos naturais foram contestados negativamente, uma vez que na apicultura não há interferência em recursos naturais. Dessa forma, considerando o caráter extemporâneo de pandemia, não foi possível ir a campo para a caracterização momentânea desses aspectos, o que leva a uma abordagem incerta para este estudo nesta IG.

Nas outras 03 dimensões, econômica, social e governamental os indicadores classificados como críticos obtiveram 42%, 63% e 32% de dominância, respectivamente. A percentagem mais alta de indicadores classificados como “excelentes” foi na dimensão governamental, com 68% de prevalência.

Somando-se as notas de cada indicador foi possível saber a nota da dimensão. De acordo com a classificação das dimensões fornecidas na Tabela 3, foi possível classificá-las conforme valores na Tabela 11.

Tabela 11 - Nota, porcentagem e classificação de cada dimensão da IG de Ortigueira

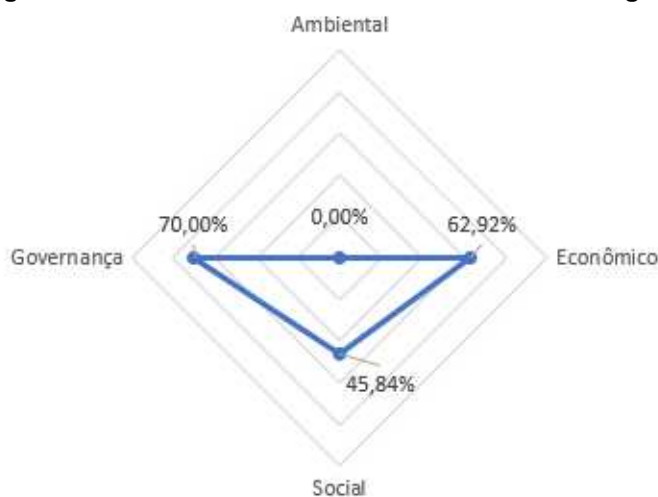
Dimensão	Ambiental	Econômica	Social	Governança
----------	-----------	-----------	--------	------------

Nota	0	15,73	11,46	17,5
Porcentagem	0%	62,92%	45,84%	70,00%
Classificação	Insustentável	Praticamente sustentável	Medianamente sustentável	Praticamente sustentável

Fonte: Autoria própria (2022).

Dessa forma, com as porcentagens de cada dimensão estabelecidas e classificadas, foi possível elaborar um gráfico de radar para melhor observação de como as dimensões comportam-se no viés da sustentabilidade dentro da IG de Ortigueira. O gráfico de radar pode ser observado na Figura 13.

Figura 13 - Radar da Sustentabilidade da IG de Ortigueira



Fonte: Autoria própria (2022).

Após as dimensões serem definidas com suas notas e posteriormente classificadas, foi possível realizar a somatória das pontuações das dimensões, sabendo que a nota máxima que a IG pode alcançar é 100. A equação, portanto, de somatória das notas das dimensões é a seguinte:

$$\text{Nota final da IG} = 0 + 15,73 + 11,46 + 17,50 = 44,69 \quad (5)$$

Portanto, com a nota final 44,69 a classificação da IG de acordo com as classificações da Tabela 4, tendo em vista que a nota está entre 25% e 50%, a IG se classifica como inviável. A IG se mostra inviável para ser classificada como sustentável.

5.3.4 Uvas finas de Marialva

De acordo com a Equação 1 do método onde foi possível calcular a nota de cada resposta referente ao indicador, gerou-se a tabela de cada indicador e sua respectiva nota. Na tabela 12 é apresentada a pontuação alcançada por cada indicador dividido por cada dimensão.

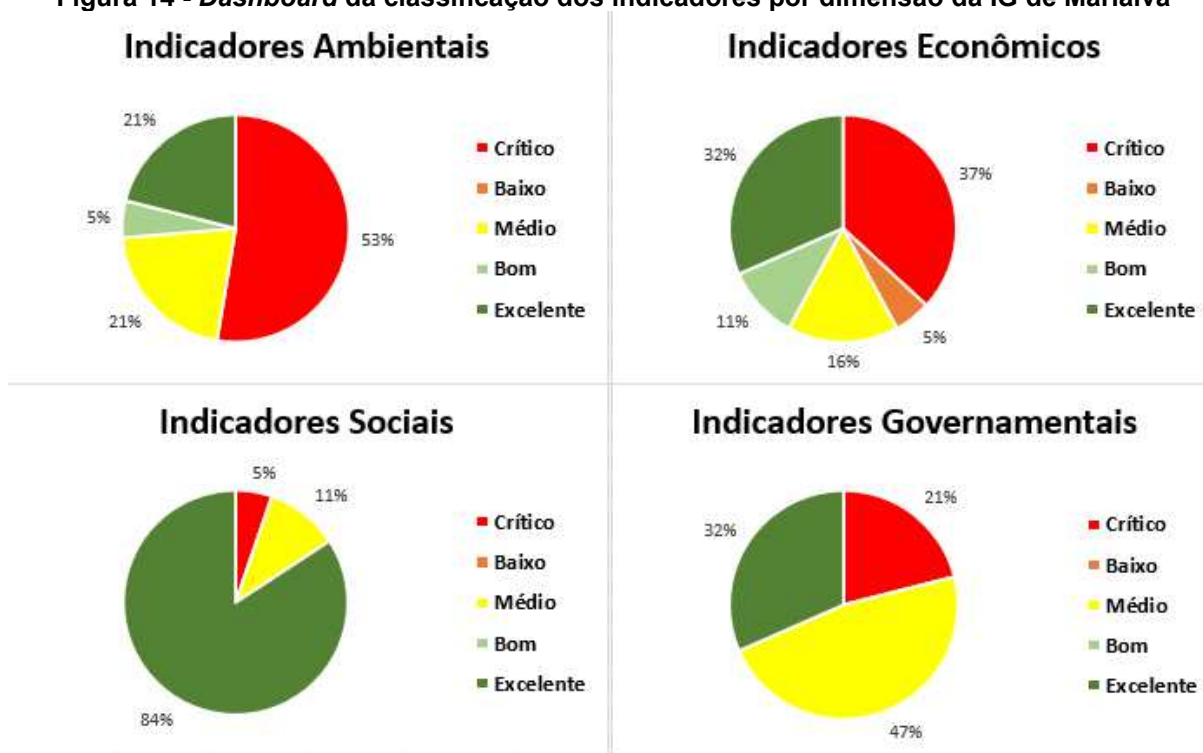
Tabela 12 - Pontuação e porcentagem dos indicadores por dimensão da IG de Marialva

Questão	Dimensão Ambiental		Dimensão Econômica		Dimensão Social		Dimensão Governança	
	Nota	%	Nota	%	Nota	%	Nota	%
1	0	0%	0,63	50%	1,04	100%	1,67	100%
2	0,63	50%	1,25	100%	1,04	100%	1,67	100%
3	1,25	100%	0	0%	1,04	100%	1,67	100%
4	0,63	50%	0	0%	1,04	100%	0,83	50%
5	0	0%	0,63	50%	1,04	50%	0,83	50%
6	0	0%	0	0%	2,08	100%	1,67	100%
7	0	0%	0,31	25%	1,04	100%	0,42	50%
8	0,5	50%	0	0%	1,04	100%	0,42	50%
9	0	0%	0	0%	1,04	100%	0,42	50%
10	0	0%	0	0%	1,04	100%	0,42	50%
11	1,25	75%	0,83	66%	1,39	100%	0	0%
12	0	0%	0,83	66%	1,39	100%	0,42	50%
13	0	0%	1,25	100%	0,69	50%	0	0%
14	0	0%	1,25	100%	1,04	100%	1	100%
15	0	0%	0,63	50%	1,04	100%	1	100%
16	1,25	100%	0	0%	1,04	100%	0	0%
17	1,25	100%	2,08	100%	1,04	100%	0	0%
18	1,25	100%	2,08	100%	0	0%	1,25	50%
19	0,63	50%	2,08	100%	2,08	100%	1,25	50%

Fonte: Autoria própria (2022).

Com as pontuações geradas pelas respostas da IG referente a Tabela 12, em cada indicador foi possível gerar um *dashboard* com as classificações de cada indicador: excelente, bom, médio, baixo e crítico, dividido por sua respectiva dimensão, a fim de visualizar melhor como os indicadores se comportam na análise. O dashboard gráfico pode ser observado na Figura 14.

Figura 14 - *Dashboard* da classificação dos indicadores por dimensão da IG de Marialva



Fonte: Autoria Própria (2022).

Examinando o *dashboard* da IG de Marialva é notável que a maior porcentagem de indicadores com classificação “excelente” foi na dimensão social, com 84% predominância, e em contrapartida a mais alta porcentagem de indicadores na classe de “críticos” foi na dimensão ambiental, com mais da metade, mais precisamente 53% de relevância.

Somando-se as notas de cada indicador foi possível saber a nota da dimensão. De acordo com a classificação das dimensões fornecidas na Tabela 3, foi possível classificá-las conforme valores na Tabela 13.

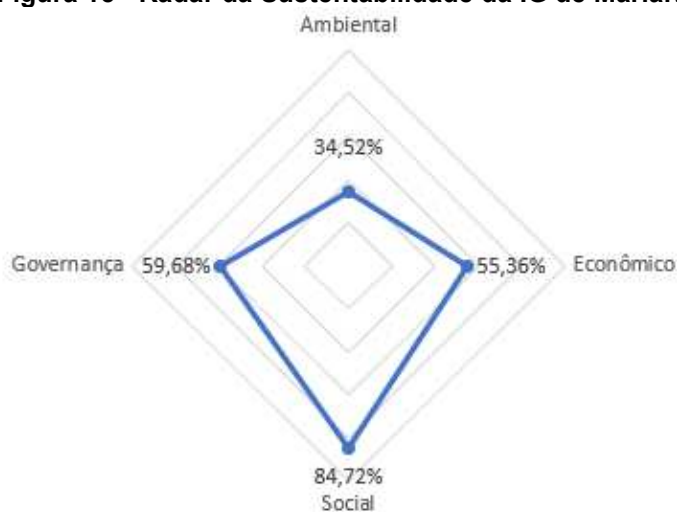
Dimensão	Ambiental	Econômica	Social	Governança
Nota	8,63	13,84	21,18	14,92
Porcentagem	34,52%	55,36%	84,72%	59,68%
Classificação	Pouco sustentável	Medianamente sustentável	Sustentável	Medianamente sustentável

Fonte: Autoria própria (2022).

Dessa forma, com as porcentagens de cada dimensão estabelecidas e classificadas foi possível elaborar um gráfico de radar para melhor observação de como as dimensões comportam-se no viés da sustentabilidade dentro da IG de

Marialva. O gráfico de radar pode ser observado na Figura 15.

Figura 15 - Radar da Sustentabilidade da IG de Marialva



Fonte: Autoria própria (2022).

Após as dimensões serem definidas com suas notas e posteriormente classificadas foi possível realizar a somatória das pontuações das dimensões, sabendo que a nota máxima que a IG pode alcançar é 100. A equação, portanto, de somatória das notas das dimensões é a seguinte:

$$\text{Nota final da IG} = 8,63 + 13,84 + 21,18 + 14,92 = 58,57 \quad (6)$$

Portanto, com a nota final 58,57 a classificação da IG de acordo com as classificações da Tabela 4, tendo em vista que a nota está entre 50% e 75%, a IG é classificada como viável frente a sustentabilidade.

5.3.5 Erva Mate de São Mateus

De acordo com a Equação 1 do método onde é possível calcular a nota de cada resposta referente ao indicador, gerou-se a tabela de cada indicador e sua respectiva nota. Na tabela 14 é apresentada a pontuação alcançada por cada indicador dividido por cada dimensão.

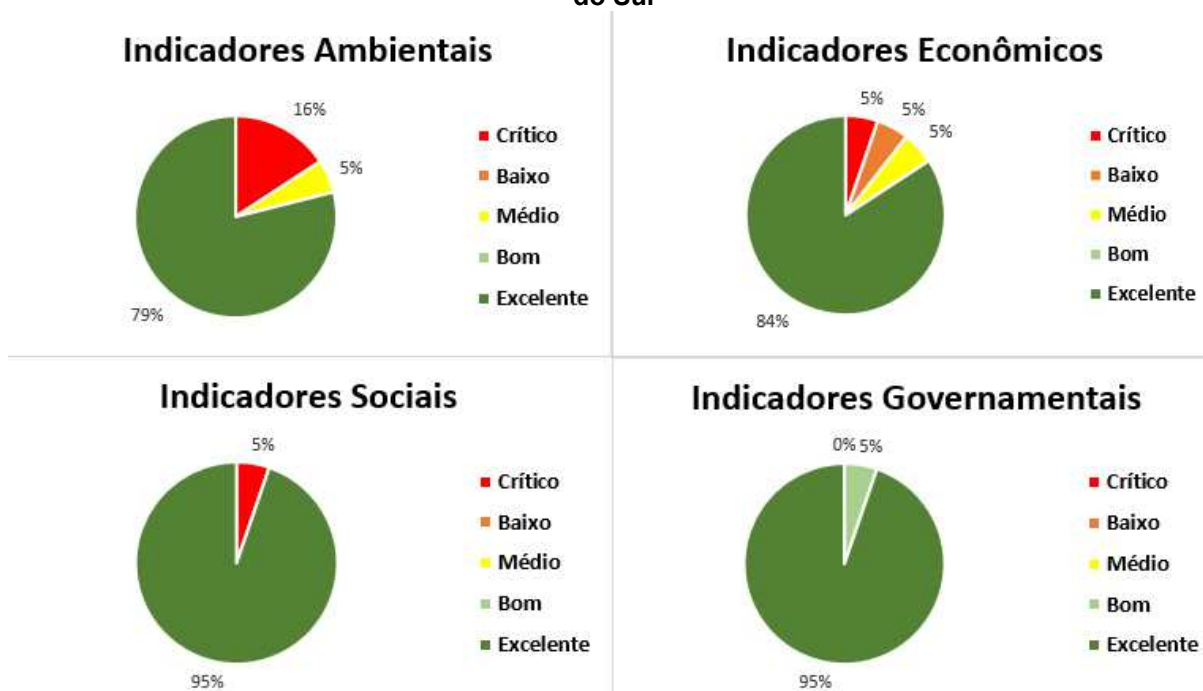
Tabela 14 - Pontuação e porcentagem dos indicadores por dimensão da IG de São Matheus do Sul

Questão	Dimensão Ambiental		Dimensão Econômica		Dimensão Social		Dimensão Governança	
	Nota	%	Nota	%	Nota	%	Nota	%
1	1,25	100%	1,25	100%	1,04	100%	1,1	66%
2	1,25	100%	1,25	100%	1,04	100%	1,67	100%
3	1,25	100%	1,25	100%	1,04	100%	1,67	100%
4	1,25	100%	1,25	100%	1,04	100%	1,67	100%
5	0	0%	1,25	100%	2,08	100%	1,67	100%
6	0	0%	0,63	50%	2,08	100%	1,67	100%
7	0	0%	0,31	25%	1,04	100%	0,83	100%
8	1	100%	1,25	100%	1,04	100%	0,83	100%
9	1	100%	1,25	100%	1,04	100%	0,83	100%
10	1,67	100%	1,25	100%	1,04	100%	0,83	100%
11	1,67	100%	1,25	100%	1,39	100%	0,83	100%
12	1,67	100%	1,25	100%	1,39	100%	0,83	100%
13	1,67	100%	1,25	100%	1,39	100%	1	100%
14	1,67	100%	1,25	100%	1,04	100%	1	100%
15	1,67	100%	1,25	100%	1,04	100%	1	100%
16	1,25	100%	1,25	100%	1,04	100%	1	100%
17	0,63	50%	2,08	100%	1,04	100%	1	100%
18	1,25	100%	2,08	100%	0	0%	2,5	100%
19	1,25	100%	2,08	100%	2,08	100%	2,5	100%

Fonte: Autoria própria (2022).

Com as pontuações geradas pelas respostas da IG referente a Tabela 14, em cada indicador é possível gerar um *dashboard* com as classificações de cada indicador: excelente, bom, médio, baixo e crítico, dividido por sua respectiva dimensão, a fim de visualizar melhor como os indicadores se comportam na análise. O *dashboard* gráfico pode ser observado na Figura 16.

Figura 16 - Dashboard da classificação dos indicadores por dimensão da IG de São Matheus do Sul



Fonte: Autoria Própria (2022).

É possível constatar ao observar o dashboard da IG de São Matheus do Sul que os indicadores classificados como “excelentes” foram a maior parte da porcentagem em todas as dimensões, em comparação com outras classificações de indicadores, sendo a menor taxa de indicadores classificados como “excelente” 79% na dimensão ambiental, e a mais alta de 95% nas dimensões sociais e governamentais. Uma particularidade significativa é que os indicadores classificados como críticos não foram encontrados na dimensão governamental.

Somando-se as notas de cada indicador é possível saber a nota da dimensão. De acordo com a classificação das dimensões fornecidas na Tabela 3, foi possível classificá-las conforme a Tabela 15.

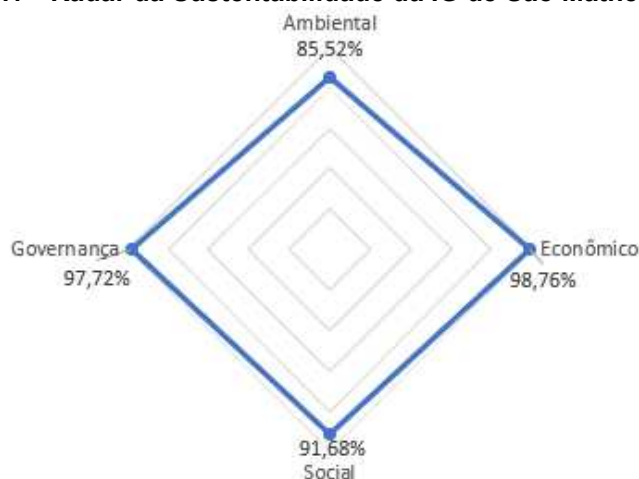
Tabela 15 - Nota, porcentagem e classificação das dimensões da IG de São Matheus do Sul

Dimensão	Ambiental	Econômica	Social	Governança
Nota	21,38	24,69	22,92	24,43
Porcentagem	85,52%	98,76%	91,68%	97,72%
Classificação	Sustentável	Sustentável	Sustentável	Sustentável

Fonte: Autoria própria (2022).

Dessa forma, com as porcentagens de cada dimensão estabelecidas e classificadas, é possível elaborar um gráfico de radar para melhor observação de como as dimensões comportam-se no viés da sustentabilidade dentro da IG de São Matheus do Sul. O gráfico de radar pode ser observado na Figura 17.

Figura 17 - Radar da Sustentabilidade da IG de São Matheus do Sul



Fonte: Autoria própria (2022).

Após as dimensões serem definidas com suas notas e posteriormente classificadas, é possível realizar a somatória das pontuações das dimensões, sabendo que a nota máxima que a IG pode alcançar é 100. A equação de somatória das notas das dimensões é a seguinte:

$$\text{Nota final da IG} = 21,38 + 24,69 + 22,92 + 24,43 = 93,42 \quad (7)$$

Portanto, com a nota final 93,42 a classificação da IG de acordo com as classificações da Tabela 4, tendo em vista que a nota está entre 75% e 100%, a IG é classificada como sustentável frente a sustentabilidade.

5.4 ANÁLISE SISTÊMICA

No Quadro 2 foi possível reunir todas as classificações e avaliações feitas em todas as dimensões das IGs avaliadas. A análise possibilita uma visão macro dos resultados do trabalho.

Quadro 2 - Análise Sistêmica das classificações das dimensões

IG	Dimensão Ambiental	Dimensão Econômica	Dimensão Social	Dimensão de Governança
Carlópolis	Insustentável	Sustentável	Praticamente sustentável	Sustentável
Café Pioneiro	Praticamente sustentável	Praticamente sustentável	Sustentável	Medianamente sustentável
Ortigueira	Insustentável	Pouco sustentável	Medianamente sustentável	Pouco sustentável
Marialva	Pouco sustentável	Medianamente sustentável	Sustentável	Medianamente sustentável
São Matheus do Sul	Sustentável	Sustentável	Sustentável	Sustentável

Fonte: Autoria Própria (2022).

É evidente e perceptível no Quadro 2 que a classificação de dimensão que mais se qualifica é a “sustentável”, apresentando-se em 8 momentos. Este dado expressa que o método aplicado revela uma satisfatória fatia de áreas das IGs consideradas em maior grau de patamar da sustentabilidade. Analogamente, a classificação que menos foi evidenciada é a “insustentável”, mostrando-se apenas 02 vezes, o que reflete o objetivo do desenvolvimento sustentável, que ao longo do tempo menos âmbitos das associações sejam classificados como insustentáveis.

Ao analisar o Quadro 2, observa-se que a dimensão social foi a melhor avaliada em todas as IGs, sendo 3 delas classificadas como sustentável e nenhuma como insustentável. Isso se deve ao fato de que as políticas humanitárias estão funcionando dentro das organizações e associações. Em contrapartida, a dimensão ambiental foi a menos favorecida, sendo 2 classificações como insustentável e apenas uma classificação como sustentável, realçando a necessidade de se ter responsabilidades e um olhar mais empenhado na criação de ferramentas que mudem este cenário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é o primeiro estudo realizado na literatura de uma aferição do grau da sustentabilidade de IGs no estado do Paraná com o uso de uma adaptação de um método desenvolvido pela *Food and Agriculture Organization* (FAO). O que possibilitou delinear uma medida dos indicadores sustentáveis, que por sua vez se caracterizaram em níveis bons de sustentabilidade, além de inúmeras melhorias que podem ser implementadas.

O método aplicado permitiu uma aferição do nível de sustentabilidade das IGs correspondentes, objetivando identificar novas perspectivas em determinados aspectos da sustentabilidade das IGs, a motivar e subsidiar que novas políticas públicas, incentivos financeiros, ferramentas de fácil utilização e diálogo participativo em órgãos governamentais sejam criados para os produtores das associações, para que dessa forma comece a se desempenhar um alto nível de desenvolvimento sustentável.

Mesmo que a técnica aplicada neste estudo seja um arcabouço de instrumentos para comparação e avaliação da sustentabilidade em diferentes esferas dentro de uma associação, ainda há limitações que precisam ser consideradas para que em estudos futuros se aborde de maneira correta a complexidade e individualidade de cada IG, considerando o produto, bem como a sua especificidade e a reputação da localidade, uma vez que a aplicação do método não favorece determinadas tipologias de indicações geográficas, como a de Ortigueira, analisada neste estudo. Pois neste caso, desta associação, que se pratica a apicultura não existem poluentes, há dependência da biodiversidade e portanto não se interfere na mesma, e por fim, não há poluição na água na produção, segundo a associação.

Os resultados em geral dos cálculos apresentaram-se satisfatórios e se aproximam das expectativas, uma vez que a classificação “sustentável” estabelecida às dimensões foi a mais presente nos resultados. Isso retrata que, de alguma forma, o desenvolvimento sustentável ocorre em maior ou menor medida, mas em consonância aos cadernos de especificações das IGs.

Da mesma forma, a avaliação aqui elaborada mostrou-se útil para conscientização das associações a respeito do grau de sustentabilidade em suas respectivas dimensões, possibilitando a identificação de gargalos a serem superados pelos substitutos processuais das IGs, auxiliando na tomada de decisão.

Para estudos futuros sugere-se a utilização de indicadores de desempenho, aos quais possam ser coletados em campo nas IGs, para uma verificação da efetividade das metas e práticas desenvolvidas na IG. Por fim, este estudo revelou-se benéfico para o incentivo, ampliação e adoção de outras indicações de procedência e, ou mesmo, denominação de origem.

REFERÊNCIAS

- ABPI. Resolução n.º 91. **Adesão ao protocolo de Madri**. Revista da ABPI – Associação Brasileira da Propriedade Intelectual, Edição: 156, setembro/outubro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em < l1nq.com/FsKZO>. Acesso Abril de 2022.
- ALMEIDA, A. F. R. **Denominação de origem e marca**; Coimbra Editora, 1999.
- ANJOS, D.; SACCO, F.; CALDAS, N. V. **Geographical indications are an effective tool for development of territories rural? Experience "vale dos vinhedos in southern Brazil**. *Agroalimentaria*, v. 19, n. 37, p. 39–49, 2013.
- ANJOS, F. S. D, Encarnación Aguilar Criado, and Nádia Velleda Caldas. **"Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira."** 2013. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/218/21826338008.pdf>>. Acesso Março 2022.
- BARHAM, E.; SYLVANDER, B. **Rótulos de origem para alimentos: Desenvolvimento Local, Reconhecimento Global**; Cabi: Wallingford, Reino Unido, 2011; pp. 45-62.
- BELLEN, H. M. V.. **Indicadores de sustentabilidade: Uma análise comparativa**. Santa Catarina, 2002. Disponível em < l1nq.com/UWogB>. Acesso Maio 2022.
- BELLETTI, G.; MARESCOTTI, A.; SANZ-CAÑADA, J.; VAKOUFARIS, H. **Linking protection of geographical indications to the environment: evidence from the european union olive-oil sector**. *Land Use Policy*, v. 48, p. 94–106, 2015. Elsevier Ltd.
- BORDA, A. L. de S. **A evolução legislativa e jurisprudencial das indicações geográficas no Brasil: uma análise crítica**, ASIPI, 2016.
- BOWEN, S. **Embedding local places in global spaces: geographical indications as a territorial development strategy**. *Rural Sociology*, v. 75, n. 2, p. 209–243, 2010. Disponível em < l1nq.com/DVYu7>. Acesso Janeiro 2022.
- BOWEN, S.; ZAPATA, A. V. **Geographical indications, terroir, and socioeconomic and ecological sustainability: the case of tequila**. *Journal of Rural Studies*, v. 25, n. 1, p. 108–119, 2009. Disponível em < l1nq.com/lpbsl>. Acesso Maio 2022.
- DAHL, A. L. **The big picture: comprehensive approaches**. In: MOLDAN, B.; BILHARS, S. (Eds). *Sustainability indicators: report of the project on indicators of sustainable development*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 1997.
- DATASEBRAE. **Indicações geográficas Brasileiras**. 2018. Disponível em <<https://datasebrae.com.br/indicacoesgeograficas/>>. Acesso Maio de 2022.
- DATASEBRAE (Brasil) (ed.). **IG – ortigueira. 2018**. Disponível em:

<https://datasebrae.com.br/ig-ortigueira/#inicio>. Acesso Maio 2022.

EMATER. **O homem e a terra**. Informativo de resultados da ação extensiva – Agosto/Setembro de 2006 – Ano 05, n.30 – Circulação dirigida. Disponível em < l1nq.com/Q9OtR>. Acesso Fevereiro 2022.

FAO. SAFA. **Sustainability assessment of food and agriculture systems guidelines**. Version 3.0; FAO: Rome, Italy, 2014. Disponível em < l1nq.com/g0OjZ>. Acesso em Maio 2022.

GALLEGO, I. **The use of economic, social and environmental indicators as a measure of sustainable development in Spain**. Corporate Social Responsibility and Environmental Management v.13,n..2p. 78-97, 2006. Disponível em < l1nq.com/3bn2m>. Acesso Junho 2022.

GALLOPÍN, G. C. **Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators**. A system approach. 101-117, 1996.

GIESBRECHT, H. O. et al. **Indicações geográficas brasileiras**. Brasília : SEBRAE, INPI, 2016. Disponível em < l1nq.com/CjX71>. Acesso Junho 2022.

GIOVANNUCCI, D. **The COSA measuring sustainability report: coffee and cocoa in 12 countries**. Philadelphia, PA: The Committee on Sustainability Assessment, 2014. Disponível em < l1nq.com/GrVGN>. Acesso Maio 2022.

HARDI, P, and ZDAN, T.. **"Assessing sustainable development: principles in practice"**. Canada. 1997. Disponível em < l1nq.com/BCBPo>. Acesso Março 2022.

JACQUES, F. V. S; VICENTE, E. F. R.; ENSSLIN, S. R. **Indicadores de governança no setor público: bibliometria em artigos internacionais**. In: Congresso Internacional De Contabilidade E Auditoria, XIV. Lisboa: Iscal, 2013. Disponível em < l1nq.com/9lmrX>. Acesso Maio 2022.

JANNUZZI, P.M., PATARRA, N.L.. **Manual para capacitação em indicadores sociais nas políticas públicas e em direitos humanos**. São Paulo: Oficina Editorial, 2006. Disponível em < l1nq.com/MS55Y>. Acesso Maio 2022

KAUFMANN, D.; KRAAY, A.; ZOIDO-LOBATÓN, P.. **Governance matters**. In: WORLD BANK. Policy research working paper 2196, 1999. Disponível em < l1nq.com/3pBMU>. Acesso Maio 2022

LANG, J. **Gestão ambiental: estudo das táticas de legitimação utilizadas nos relatórios da administração das empresas listadas no ISE**. Dissertação de mestrado. Universidade Regional de Blumenau, 2009. Disponível em < l1nq.com/8hTXy>. Acesso Maio 2022

MEDEIROS, M. D. L; TERRA, L. A. A.; PASSADOR, J. L. **Geographical indications and territorial development: a soft-system methodology analysis of the Serro case**. Systems Research and Behavioral Science, v. 37, n. 1, p. 82–96, 2020. John Wiley and Sons Ltd.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. **Environmental effects of geographical indications and their influential factors: a review of the empirical evidence.** Current Research in Environmental Sustainability, v. 3, , 2021. Disponível em < [I1nq.com/nF7ka](https://doi.org/10.1177/1176513521101770)>. Acesso Maio 2022

NETO, J. M.; KRÜGER, C. M.; DZIEDZIC, M. **Análise de indicadores ambientais no reservatório do Passaúna.** Engenharia Sanitaria e Ambiental, 2009,v. 14.n 2p. 205-213. 2009.

NIEDERLE, P. A.; MASCARENHAS, G. C. C.; WILKINSON, J. **Governança e institucionalização das indicações geográficas no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 55, n. 1, p. 85–102, 2017. Disponível em < [I1nq.com/TTsCL](https://doi.org/10.1177/1519309117701770)>. Acesso Junho 2022.

NOGUEIRA, H. C; SANTOS, C. E. R.. **Indicadores econômicos: a definição e o uso do índice de movimentação econômica.** CEP, 2012, 45000: 830. Disponível em < [I1nq.com/F2leE](https://doi.org/10.1177/1519309112450008)>. Acesso Maio 2022

OWEN, L.; UDALL, D.; FRANKLIN, A.; KNEAFSEY, M. **Place-based pathways to sustainability: exploring alignment between geographical indications and the concept of agroecology territories in Wales.** Sustainability (Switzerland), v. 12, n. 12, 2020. Disponível em < [I1nq.com/avb7p](https://doi.org/10.3390/s12124500)>. Acesso em Maio 2022.

PELLIN, V.; VIEIRA, A. C. P. **Contributions of geographical indications for territorial strengthening in rural space: a case study in southern Brazil.** Revista Espacios , v. 36, n. 8, p. 7, 2015..

PORTO, P. **Indicações geográficas: modelo Brasil.** Revista Criação no. 2, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009, p. 169. Disponível em < [I1nq.com/CdIBB](https://doi.org/10.1177/1519309109341111)>. Acesso Junho 2022

ROSA, A. **Rede de governança ambiental na cidade de Curitiba e o papel das tecnologias de informação e comunicação.** Dissertação de mestrado. Gestão Urbana. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007. Disponível em < [I1nq.com/vfY2t](https://doi.org/10.1177/1519309107301111)>. Acesso em Junho 2022

RUTHERFORD, I. **Use of models to link Indicators of sustainable development.** In: Moldan, B.; Bilharz, S. (Eds.) Sustainability Indicators: report of the project on indicators of sustainable development. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 1997. Disponível em < [I1nq.com/zZmi5](https://doi.org/10.1177/1519309197301111)>. Acesso Junho 2022

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002. Disponível em < [I1nq.com/pSeBt](https://doi.org/10.1177/1519309102301111)>. Acesso em Maio 2022

SEBRAE (Brasil) (org.). **Indicações geográficas brasileiras: café.** CAFÉ. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/backup/arquivos/catalogo_IG_cafe_web.pdf. Acesso em: Maio 2022.

SCHADER, C.; GRENZ, J.; MEIER, E. S. M. STOLZE, M. **Escopo e precisão das abordagens de avaliação da sustentabilidade para sistemas alimentares**. Soc. 19,42.2014. Disponível em < l1nq.com/ZKH7B> Acesso em Fevereiro 2022.

SILVA, C. K. D; BRITO, L. M.; DE SOUZA DANTAS, T. K. **A Geographical indication as regional and local development promoter: the case (in potential) embroidery serido**. Revista Geintec-Gestao Inovacao E Tecnologias, v. 6, n. 1, p. 2982–2990, 2016.

SILVA, D. da, C. C., Sc: **Sustentabilidade corporativa**. In: Anais VI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT, Resende, RJ, 2009. Disponível em < l1nq.com/QTzIn> Acesso Maio 2022

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **Statistics quality assurance framework**, Geneva. May, 2019. Disponível em < l1nq.com/7GAJg> Acesso em Janeiro 2022.

UNITED NATIONS STATISTICAL COMMISSION, et al. **SDG Indicators—Global indicator framework for the sustainable development goals and targets of the 2030 agenda for sustainable development**. United Nations. 2018.

VANDECANDELAERE E., et al.. **Linking people, places and products: a guide for promoting quality linked to geographical origin and sustainable geographical indications**. FAO, 194 p., 2009. Disponível em < file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/FAO-SINERGI_Guide.pdf> Acesso em Maio 2022.

VANDECANDELAERE, E.; SAMPER, L.F.; REY, A.; DAZA, A.; MEJÍA, P.; TARTANAC, F.; VITTORI, M. **The geographical indication pathway to sustainability: a framework to assess and monitor the contributions of geographical indications to sustainability through a participatory process**. Sustainability 2021. Disponível em < file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/sustainability-13-07535-v3.pdf> Acesso em Maio 2022.

VIEIRA, A.C. P.; BUAINAIN, A.M. **Propriedade intelectual na agricultura**. In: Charlene Avila, Patricia Aurelia Del Nero. (Org.). Aplicação da propriedade intelectual no agronegócio. 1ª.edição. Belo Horizonte: Editora Fórum, v. 1, , p. 21-50. 2011. Disponível em < l1nq.com/gIDgw> Acesso em Fevereiro 2022.

VIEIRA, M. T., et al. **Sustainability in the economic, environmental and social dimensions and the relationship with social responsibility indicators**. Academy of Entrepreneurship Journal, 27, p 1-14. 2021. Disponível em < l1nq.com/FX9ai> Acesso em Maio 2022.

WIPO (2019). World Intellectual Property Report 2019. **The geography of innovation: local hotspots, global networks**. Geneva: World Intellectual Property Organization. Disponível em < l1nq.com/v4yWa> Acesso Maio 2022.

APÊNDICE A – Indicadores usados no trabalho

APÊNDICE A

Dimensão Ambiental	Dimensão Econômica	Dimensão Social	Dimensão Governança
Meta de redução de gases de efeito estufa	Investimento na comunidade	Direito a qualidade de vida	Explicitidade da Missão
Práticas de mitigação de gases de efeito estufa	Rentabilidade a longo prazo	Nível salarial	Orientação da Missão
Meta de redução de poluição do ar	Plano de negócios	Desenvolvimento de capacidade	Due Diligence
Prática de prevenção de poluição do ar	Custo de produção	Acesso justo aos meios de produção	Auditorias Holísticas
Meta de conservação da água	Determinação de preço	Preço justo e contratos transparentes	Responsabilidade
Práticas de conservação da água	Garantia dos níveis de produção	Direitos aos fornecedores	Transparência
Meta de água limpa	Diversificação de produtos	Relação de trabalho	Identificação das Partes Interessadas
Práticas de prevenção da poluição da água	Dependência do fornecedor líder	Trabalho forçado	Engajamento das Partes Interessadas
Concentração de poluentes da água	Redes de segurança	Trabalho infantil	Barreiras de Engajamento
Práticas de melhorias do solo	Gestão de riscos	Liberdade de associação e direito de negociação	Participação Efetiva
Plano de conservação e reabilitação de terras	Medidas de controle	Não discriminação	Procedimentos de reclamação
Práticas de conservação e reabilitação de terras	Qualidade dos alimentos	Igualdade de gênero	Resolução de conflitos
Meta de conservação de espécies	Rotulagem do produto	Apoio a pessoas vulneráveis	Legitimidade
Práticas de conservação de espécies	Sistema de rastreabilidade	Treinamento de segurança e saúde	Reparação, Restauração e Prevenção
Práticas de melhoria da diversidade selvagem	Produção certificada	Segurança do Trabalho, operações e instalações	Responsabilidade Cívica
Meta de uso de energia renovável	Certificação de ingredientes	Cobertura de saúde e acesso a cuidados médicos	Consentimento Livre, Prévio e Informado
Práticas de economia de energia	Força de trabalho regional	Saúde pública	Direitos de posse
Meta de redução de resíduos	Compromisso Fiscal	Conhecimento indígena	Plano de gestão de sustentabilidade
Práticas de redução de resíduos	Aquisição local	Soberania alimentar	Contabilidade de custo completo

APÊNDICE B – Questionário usado na avaliação

APÊNDICE B

Questionário com intuito de desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulada “Avaliação espacial das Indicações Geográficas concedidas no Paraná por meio de indicadores sustentáveis”, desenvolvida na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Medianeira, sob orientação do Prof. Dr. Elias Lira dos Santos Junior. Compondo portanto o Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Engenharia Ambiental dos alunos Júlia Giacomasso Vergílio e Tiago Oscar da Rosa, sob a matrícula 1251414 e 1744291, respectivamente. Esse questionário é composto por 76 perguntas com alternativas que estão divididas em 4 âmbitos: Ambiental, Econômico, Social E De Governança. Para cada questão escolha uma única alternativa.

DIMENSÃO AMBIENTAL

1. A associação estabelece metas para redução de emissões de gases de efeito estufa?
A associação possui um plano de redução de emissão de GEE e o aplica;
A associação possui um plano de redução de emissão de GEE mas não o aplica;
A associação não possui um plano de redução de emissão de GEE mas possui uma meta;
A associação não possui o plano e nem possui metas;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

2. Quais atividades e/ou práticas a associação implementa que efetivamente reduz as emissões de GEE?
Todas as práticas viáveis de redução das emissões de GEE já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;
Todas as práticas viáveis de redução das emissões de GEE já foram implementadas, mas apenas alguns efeitos positivos podem ser vistos;
Não houve práticas viáveis implementadas;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

3. A associação estabelece metas para redução da emissão de poluentes do ar?
A associação possui um plano de redução da emissão de poluentes do ar e o aplica;
A associação possui um plano de redução da emissão de poluentes do ar, mas não o aplica;
A associação não possui um plano de redução da emissão de poluentes do ar, mas possui uma meta;
A associação não possui o plano de redução da emissão de poluentes do ar e nem possui metas de redução da emissão de poluentes;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

4. Quais atividades e/ou práticas a associação implementa que efetivamente reduz os poluentes do ar?
Todas as práticas viáveis de redução de poluentes do ar já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;
Todas as práticas viáveis de redução de poluentes do ar já foram implementadas, mas apenas alguns efeitos positivos podem ser vistos;
Não houve práticas viáveis implementadas;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

5. A associação estabelece metas para reduzir o consumo de água?
A associação possui um plano de redução do consumo de água e o aplica;
A associação possui um plano de redução do consumo de água, mas não o aplica;
A associação não possui um plano de redução do consumo de água, mas possui uma meta;
A associação não possui o plano de redução do consumo de água e nem possui metas de redução do consumo;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

6. Quais atividades e práticas a associação implementa que reduz a quantidade de água tratada utilizada?
Todas as práticas viáveis de redução de utilização de água tratada já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;
Todas as práticas viáveis de redução de utilização de água tratada já foram implementadas, mas apenas alguns efeitos positivos podem ser vistos;
Não houve práticas viáveis implementadas;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

7. A associação estabelece metas para melhorar a qualidade da água utilizada nos processos?
A associação possui um plano para melhorar a qualidade utilizada nos processos e o aplica;
A associação possui um plano para melhorar a qualidade utilizada nos processos, mas não o aplica;
A associação não possui um plano para melhorar a qualidade utilizada nos processos, mas possui uma meta;
A associação não possui o plano para melhorar a qualidade utilizada nos processos e nem possui metas;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

8. A associação possui práticas que reduzem a liberação de poluentes na água?
Todas as práticas viáveis de redução de liberação de poluentes na água já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;
Todas as práticas viáveis de redução de liberação de poluentes na água já foram implementadas, mas apenas alguns efeitos positivos podem ser vistos;
Não houve práticas viáveis implementadas;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

9. Quantas vezes por ano o padrão de poluição da água foi excedido?
Nenhuma vez;
Apenas uma vez;
Duas ou mais vezes;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

10. Qual porcentagem do solo são aplicadas práticas para aumentar sua qualidade e fertilidade?
100% da área dos solos;
60% da área dos solos;
20% ou menos da área dos solos;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

11. Há um plano de conservação/melhoria da qualidade do solo?
A associação tem um plano escrito, com metas de conservação e reabilitação da terra o aplica;
A associação implementou medidas para conservação e reabilitação de terras, mas isso não foi colocado por escrito;
A associação possui um plano com metas escrito e o implementou, mas não está disponível para as partes interessadas;
Existe um plano com metas definidas para conservação e reabilitação de terras, mas não há nada feito ainda;
A associação não possui um plano de reabilitação de terra e não implementou nenhuma medida;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

12. Quais são as técnicas eficazes de conservação do solo?
As práticas de conservação estão em vigor em todos os locais ameaçados pela degradação do solo e as práticas de reabilitação estão em vigor em todos os locais anteriormente degradados;
As práticas de conservação estão em vigor em todos os locais ameaçados pela degradação do solo, mas as práticas de reabilitação não estão em vigor em todos os locais anteriormente degradados, ou vice-versa;
Não há nenhuma prática para ambos os casos;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

13. A associação estabelece metas para a conservação das populações de espécies raras e endêmicas em sua área de influência?
A associação possui um plano de conservação das populações de espécies raras e endêmicas e o aplica;
A associação possui um plano de conservação das populações de espécies raras e endêmicas, mas não o aplica;
A associação não possui um plano de conservação das populações de espécies raras e endêmicas, mas possui uma meta;
A associação não possui o plano de conservação das populações de espécies raras e endêmicas e nem possui metas;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

14. Quais atividades e práticas a associação implementa para proteger plantas e animais silvestres das populações em sua área de influência?
Todas as práticas viáveis de proteção já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;
Todas as práticas viáveis de proteção já foram implementadas, mas apenas alguns efeitos positivos podem ser vistos;
Não houve práticas viáveis implementadas;

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

15. Quais atividades e práticas a associação implementa que efetivamente ajuda a conservar a diversidade genética de espécies selvagens?

Todas as práticas viáveis de conservação a diversidade genética já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

Todas as práticas viáveis de conservação a diversidade genética já foram implementadas, mas apenas alguns efeitos positivos podem ser vistos;

Não houve práticas viáveis implementadas;

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

16. A associação estabelece metas para a utilização de energias renováveis e sustentáveis em seu uso total de energia?

A associação possui um plano de utilização de energias renováveis e o aplica;

A associação possui um plano de utilização de energias renováveis, mas não o aplica;

A associação não possui um plano, mas possui uma meta;

A associação não possui o plano e nem possui metas de utilização de energias renováveis;

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

17. Quais práticas e atividades a associação implementa que efetivamente reduz o consumo de energia em suas operações?

Todas as práticas viáveis de redução de energia já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

Todas as práticas viáveis de redução de energia já foram implementadas, mas poucos efeitos positivos podem ser vistos;

Não houve práticas viáveis implementadas;

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

18. A associação estabelece metas de redução da geração de resíduos em ou por suas operações?

A associação possui um plano de redução da geração de resíduos e o aplica;

A associação possui um plano de redução da geração de resíduos, mas não o aplica;

A associação não possui um plano, mas possui uma meta;

A associação não possui o plano e nem possui metas de redução da geração de resíduos;

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

19. Quais práticas e atividades são implementadas que efetivamente reduzem a geração de resíduos?

Todas as práticas viáveis para reduzir a geração de resíduos já foram implementadas ou todas as operações da associação são de "resíduo zero";

Todas as práticas viáveis para reduzir a geração de resíduos já foram implementadas, mas nem todos os resíduos possíveis foram reduzidos;

Não houve práticas viáveis implementadas;

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

DIMENSÃO ECONÔMICA

1. Em quais atividades a associação investiu nos últimos 5 anos para melhorar seu desempenho sustentável?
Todas as atividades viáveis de investimento já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;
Todas as atividades viáveis de investimento já foram implementadas, mas poucos efeitos positivos podem ser vistos;
Não houve atividades de investimento viáveis implementadas;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
2. Os investimentos visam estabelecer as condições para manter, gerar e aumentar os lucros da associação a longo prazo?
A associação fez investimentos que visam gerar lucros durante um período de pelo menos 05 anos;
A associação fez investimentos que visam gerar lucros durante um período de pelo menos 01 ano;
A associação não fez nenhum investimento que visa gerar lucros a longo prazo;
A associação investe apenas para maximizar o lucro a curto prazo;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
3. A associação possui um plano de negócios que projeta a geração de recursos financeiros para o futuro?
A associação possui um plano de negócios completo e atualizado que delineia a estratégia a ser implementada e os objetivos a serem alcançados por um período mínimo de 5 anos;
A associação tem um plano de negócios incompleto, não contemplando os objetivos a atingir e a estratégia a implementar por um período mínimo de 5 anos;
A associação não está dando nenhum passo para desenvolver um plano de negócios para sua estratégia.
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
4. A associação concluiu um processo para determinar o custo total do produto vendido e por unidade de produção para calcular seu ponto de equilíbrio?
Sim, conclui-se um processo para determinar o custo total do produto;
O processo para determinar o custo total está sendo desenvolvido;
Não possui processo de determinação do custo total;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
5. A associação considerou um ponto de equilíbrio para negociar com o(s) seu(s) comprador(es) o preço de venda em todos os contratos?
Sim, foi considerado um ponto de equilíbrio;
Sabe-se o ponto de equilíbrio, mas não foi levado em consideração;
Não foi usado ponto de equilíbrio na negociação pois não é conhecido;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
6. Quais são as ações implementadas para reduzir o impacto negativo dos riscos que podem afetar a produção e a qualidade do produto?

A associação implementou todos os mecanismos incluídos de um plano para atingir seus objetivos;
A associação possui um plano para garantir o volume de produção necessário e o atendimento aos padrões de qualidade em caso de choques sociais, ambientais e econômicos;
A associação não desenvolveu nenhum plano, nem identificou nenhum mecanismo para garantir o volume de produção exigido em caso de choques;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

7. A associação produz mais de um produto, para geração de renda?
Vinte ou mais produtos;
Quinze produtos
Dez produtos;
Cinco produtos;
Apenas um produto.
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

8. Que parcela de insumos vem do maior fornecedor?
20%;
40%;
60%;
80% ou mais;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

9. A associação tem acesso a fontes de financiamento para resistir a crises de mercado?
Sim, há diversas opções de acesso;
Sim, há apenas uma opção de acesso;
Não, não há acesso a fontes financeiras;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

10. A associação tem um plano para reduzir e se adaptar aos riscos que possam ameaçar o negócio?
Foi implementado ações e mecanismos de redução do possível impacto negativo de riscos internos e externos;
A associação não implementou nenhuma ação e mecanismo para reduzir o impacto negativo de qualquer risco;
A associação não avaliou quais riscos internos e externos poderiam potencialmente ameaçar;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

11. A associação possui medidas de controle da segurança alimentar que estão em conformidade com os regulamentos correspondentes e aplicáveis?
Existem mecanismos para prevenir e controlar os perigos e a contaminação dos alimentos;

Não há mecanismos, mas não há registros de contaminação;
Não há mecanismos implementados para prevenir e controlar nem os perigos alimentares nem os alimentos de contaminação;
Há registros de incidentes de contaminação.
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

12. Que parcela do volume total de produção atende às normas e padrões de qualidade exigidos?
100% da produção passou no controle de qualidade que mede padrões nutricionais exigidos e mais altos que se precisa atender;
A associação avançou na adoção das melhores práticas para a produção de produtos alimentícios que atendam aos mais altos padrões nutricionais;
Qualquer quantidade da produção não passou no controle de qualidade que mede os padrões nutricionais que se precisa atender;
A associação não implementou nenhum passo para a adoção de boas práticas para a produção de alimentos que atendam os padrões;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

13. Os códigos de rotulagem de produtos são totalmente cumpridos e a associação pode mostrar evidências de exceder esses padrões sempre que possível?
A associação cumpre integralmente todos os códigos de rotulagem exigidos por lei para seus produtos;
A associação não cumpriu os códigos de rotulagem e procurou evitá-lo;
Os produtos são rotulados incorretamente de forma consciente ou regular;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

14. O sistema garante a rastreabilidade em todas as etapas da cadeia alimentar para que os produtos possam ser identificados e recolhidos de forma fácil?
Informações completas sobre o produto estão disponíveis em toda a cadeia de produção devido aos sistemas de rastreamento;
A associação toma medidas quando os resultados dos testes não atendem ao objetivo de rastreabilidade;
A associação está avançando ou não avançou na concepção de um sistema de rastreabilidade;
0% do volume total de produção de um determinado período possui sistema de rastreabilidade;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

15. A associação pode identificar todos os ingredientes e insumos utilizados na produção?
A associação consegue identificar 100% dos ingredientes e insumos;
A associação consegue identificar 80% dos ingredientes e insumos;
A associação consegue identificar 60% dos ingredientes e insumos;
A associação consegue identificar 40% ou menos dos ingredientes e insumos;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

16. A associação pode fornecer evidências de fornecimento sustentável certificado desses ingredientes?
--

Mantém um registro de aquisição que identifica o status de certificação de aquisição, distribuição e produção;
A associação não é capaz de fornecer evidências de avaliações para qualquer aquisição, distribuição ou produção;
A associação não possui registros de certificação de sua aquisição, distribuição ou produção;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

17. A associação contratou durante os últimos cinco anos funcionários regionais quando habilidades, perfil e condições semelhantes são oferecidos a outros candidatos?
A associação possui uma política de recursos humanos que prioriza a contratação de funcionários regionais;
A associação não possui uma política, mas contratou a maior parte funcionários regionais;
A associação não possui uma política de recursos humanos e a maior parte dos contratados foram externos;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

18. A associação paga os impostos aplicáveis conforme indicado pela regulamentação local?
A associação pagou todos os impostos locais aplicáveis e devidos;
A associação pagou quase todos os impostos locais aplicáveis e devidos;
A associação não pagou nenhum imposto local aplicável e devido;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

19. A associação adquiriu de fornecedores locais quando condições semelhantes em comparação com fornecedores não locais?
A associação aplicou uma política de compras que prioriza a compra de insumos, produtos e ingredientes de fornecedores locais;
A associação não possui uma política, mas nos últimos 5 anos a maior parte de compra foram de fornecedores locais;
Na maioria dos casos em que fornecedores locais podem fornecer os insumos necessários, a associação selecionou fornecedores não locais;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

DIMENSÃO SOCIAL

1. Todos os funcionários possuem um tempo descanso e cultura? Bem como a capacidade de cuidar de suas necessidades?
Todos os funcionários relatam que vivem livres de opressão, em paz, segurança e saúde mental e física;
A pobreza impede parcialmente os funcionários de desfrutarem de uma alimentação adequada, um abrigo adequado, segurança, tempo para família e cultura;
Os funcionários podem ter ansiedade, ou a necessidade constante de trabalho exaustivo e mal pago;
Forças externas impedem que os funcionários falam suas línguas nativas, expressem suas culturas ou praticam sua religião;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

2. Todos os produtores primários que abastecem as associações e todos os funcionários ganham pelo menos um salário digno?
100% dos colaboradores envolvidos na associação recebem um salário digno;

Salários dos colaboradores é abaixo da média vigente para o mesmo setor;
Remuneração dos colaboradores abaixo da taxa da pobreza da região;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

3. Os produtores primários e funcionários têm oportunidades de aumentar as habilidades e conhecimentos, avançar dentro da associação em que trabalham?
A associação fornece oportunidades de aumento de habilidades e conhecimento para colaboradores internos;
A associação contrata colaboradores externos quando necessita de habilidades e conhecimentos;
A associação oferece oportunidade e conhecimento apenas a homens, determinadas raças ou determinadas religiões;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

4. A associação possui acesso a equipamento, capital e conhecimento ou treinamento?
A associação tem os melhores equipamentos de produção, conhecimentos e treinamentos do setor;
A associação possui acesso aos melhores equipamentos de produção, conhecimentos e treinamentos do setor, mas ainda não os detém;
A associação não detém e nem possui acesso aos melhores equipamentos de produção, conhecimentos e treinamentos do setor;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

5. Os compradores, por meio de suas políticas e práticas, reconhecem e apoiam os direitos dos fornecedores a preços justos e contratos e acordos justos?
100% das negociações comerciais com fornecedores incluem o direito de negociar os termos de troca;
Alguns acordos ainda carecem de entendimento mútuo sobre o processo de resolução de negociação;
Compradores definem preços sem consultar fornecedores, retaliar contra fornecedores, rescindem acordos sem justa causa, ou vice-versa;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

6. Os compradores reconhecem e apoiam explicitamente os direitos dos fornecedores à liberdade de associação e à negociação coletiva?
A associação mantém relações de confiança de longo prazo com 100% de seus fornecedores;
Algumas negociações carecem de transparência e senso de negociação justa;
Na maioria das negociações existem alterações arbitrárias no contrato sem acordo das partes interessadas;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

7. A associação tem acordos escritos com seus funcionários que atendem ao menos os tratados nacionais e internacionais de trabalho, incluindo seguridade social?
A associação fornece contratos juridicamente vinculativos para todos os funcionários que atendem às leis e tratados trabalhistas;
A associação fornece contratos, mas alguns podem não atender às leis e tratados trabalhistas;
A associação fornece contratos com termos não tão claros para os funcionários;
Nenhum contrato escrito ou termos de emprego são fornecidos;

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

8. A associação emprega pessoas que não são livres para pedir demissão ou que não podem apresentar queixas sem medo de retaliação?

O uso de trabalho forçado é proibido em todas as políticas escritas e na prática;

A associação pode reter o salário por qualquer motivo;

A associação retalia com demissão, quando os funcionários levantam queixas;

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

9. A associação emprega menores de 16 anos, que trabalham em tempo integral, em trabalhos que lhes são perigosos física, mental ou moralmente?

Os fornecedores ou subcontratados não possuem funcionários menores de 16 anos regularmente empregados;

A associação contrata trabalhadores para cargos de tempo integral menores de 16 anos;

A associação atribui trabalhos a menores que são perigosos para eles física, mental ou moralmente;

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

10. Os funcionários são livres para negociar como indivíduos ou grupos ou por meio de um sindicato ou representantes de sua escolha para definir os termos de seu emprego?

Os direitos à liberdade de associação e negociação coletiva são plenamente estabelecidos e compreendidos por todos os funcionários envolvidos;

A associação possui algumas restrições à transparência e negociações;

A associação cancela contratos e ameaça verbalmente trabalhadores se iniciarem direitos e liberdades;

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

11. A associação discrimina qualquer funcionário com base em raça, credo, cor, origem nacional ou étnica, gênero, idade, atividade sindical ou política, status de imigração, status de cidadania, estado civil, ou orientação sexual na contratação, alocação de empregos, promoções e demissões ou na concessão de fornecedores novos?

A associação tem políticas claras de não discriminação;

A associação não possui políticas claras, mas não há registros de discriminação;

Existe evidência de discriminação no local de trabalho contra funcionários de qualquer grupo;

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

12. A associação discrimina as mulheres na contratação, remuneração, treinamento e promoção, acesso a recursos ou demissão?

A associação não discrimina as mulheres na contratação, remuneração, treinamento, progressão e acesso a recursos;

A associação dá preferência a homens na contratação, colocação, treinamento, remuneração e promoção;

A associação não garante a segurança das funcionárias grávidas, não concede licença-maternidade remunerada, demite as mulheres que se ausentam para dar à luz ou se recusa a permitir que as mulheres retornem ao seu cargo anterior ou a um cargo com salário semelhante quando regressar da licença de maternidade;

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

13. A associação fornece recursos à comunidade para apoiar pessoas vulneráveis com serviços sociais e de saúde, treinamento e eventos culturais para mulheres, minorias e pessoas desfavorecidas?
A associação acomodou vários níveis de capacidade e deficiência, trabalhadores jovens e idosos;
A associação não acomodou pessoas vulneráveis, mas forneceu recursos à comunidade local para apoiá-las;
A associação não oferece trabalho adequado para funcionários vulneráveis;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
14. A associação oferece treinamento em saúde e segurança para 100% dos funcionários, que seja compreensível aos funcionários, adaptado ao seu espaço de trabalho e eficaz?
100% dos funcionários participaram de pelo menos um treinamento básico de saúde e segurança;
Nem todos os funcionários recebem algum tipo de treinamento, mas os que trabalham com equipamentos especializados recebem;
Os treinamentos de saúde e segurança não são oferecidos no nível recomendado pelas autoridades;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
15. A associação mantém um local de trabalho seguro, limpo e saudável, incluindo todos os terrenos e instalações, e todas as práticas?
A associação mantém um local de trabalho 100% seguro, limpo e saudável;
A associação tenta manter o local de trabalho seguro, limpo e saudável;
A associação não mantém um local seguro, limpo e saudável;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
16. A associação oferece cobertura de saúde adequada de acordo com os requisitos legais e garante acesso oportuno a assistência médica em emergências para os funcionários?
A associação oferece cobertura de saúde e garante acesso emergencial a cuidados médicos para todos;
A associação fornece cobertura de saúde, mas não no nível exigido legalmente;
A associação não fornece o nível legalmente exigido de cobertura de saúde;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
17. O empreendimento toma medidas para evitar poluir ou contaminar a comunidade local e contribuir para com a saúde?
A associação toma medidas para evitar poluir ou contaminar a comunidade local;
A associação não polui, mas se expande sem considerar outros moradores da área;
A associação polui a água, o ar e os solos com materiais tóxicos;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
18. A associação reconhece e respeita os direitos universais das comunidades indígenas para proteger seu conhecimento? Se apropriado e adquirido, o empreendimento remunerou as comunidades indígenas de forma justa e equitativa, com base em termos mutuamente acordados?
Nas políticas da associação, ela atende a todas as leis e tratados nacionais e internacionais relativos ao conhecimento indígena;

Os contratos não estão disponíveis em um idioma falado pelas pessoas envolvidas;
Os contratos não atendem às leis e tratados nacionais e internacionais;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

19. A associação contribui para que a região decida o que cultivar, o que e como comercializar, o que destinar ao mercado interno e ao mercado externo, e controlar os recursos naturais básicos?
A associação contribui ativamente;
A associação contribui parcialmente;
A associação contribui raramente;
A associação não contribui;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

DIMENSÃO DE GOVERNANÇA

1. A missão da associação é colocada em todos os relatórios e compreendida por todos os funcionários ou membros?
100% dos funcionários são capazes de explicar a missão da associação e identificar como ela influencia o trabalho que realizam;
Nem todos os funcionários são capazes de explicar a missão da associação e identificar como ela influencia o trabalho que realizam;
A missão da associação não aborda a sustentabilidade;
A associação não possui missão articulada;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

2. O impacto da missão no desenvolvimento de políticas e práticas pode ser visível e evidente?
100% da alta administração pode identificar a influência dos compromissos de sustentabilidade da missão nas decisões e processos da associação;
Parcialmente da alta administração pode identificar a influência dos compromissos de sustentabilidade da missão nas decisões e processos da associação;
A alta administração não consegue identificar nenhum exemplo de tomada de decisão orientada para a missão;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

3. A associação tem uma política clara para avaliação de impactos de longo prazo na área de sustentabilidade?
A associação realizou todos os componentes da avaliação de risco apropriada;
A associação realizou todos os componentes da avaliação de risco apropriada, mas sofreu grandes impactos como resultado de riscos não mitigados;
A associação não possui evidências de gerenciamento de risco proativo nem de perdas regulares, decorrentes de riscos não mitigados;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

4. A associação usa uma estrutura internacionalmente reconhecida para relatórios de sustentabilidade?
A associação revisou regularmente seu desempenho de sustentabilidade;
A associação está desenvolvendo uma abordagem sistemática própria para avaliação de desempenho da sustentabilidade;

A associação não possui evidências de auditoria de sustentabilidade, formal ou informal;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

5. A associação pode mostrar, por meio de documentos ou diálogo interno, que o desempenho em relação à missão é avaliado regularmente com a contribuição apropriada das partes interessadas?
A associação pode mostrar que sua governança assume a responsabilidade por seu impacto e faz revisões do impacto e desempenho organizacional em relação à missão e às metas de sustentabilidade;
A associação ainda não comparou desempenho com missão, mas pretende;
A associação não assumiu a responsabilidade inicial por seu impacto em qualquer disputa com as partes interessadas;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

6. A associação tem uma política que exige que a administração relate como as políticas, procedimentos, decisões e processos de tomada de decisão são disponibilizados às partes interessadas?
A associação é aberta para lidar com solicitações de informações;
A associação é aberta para lidar com solicitações de informações, mas ainda precisa de canais adequados e acessíveis;
A associação retém regularmente informações dos principais interessados ou fornece informações que não são totalmente precisas;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

7. A associação pode identificar todas as partes interessadas relevantes e descrever o processo pelo qual elas foram identificadas?
A associação tem um compromisso com o envolvimento e a participação das partes interessadas;
A associação tem um compromisso com o envolvimento e a participação das partes interessadas, mas não é completamente capaz de listar todas as partes interessadas e identificar aqueles que são vulneráveis;
O processo de identificação exclui os mais vulneráveis e os incapazes de reivindicar seus direitos;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

8. A associação usa mecanismos apropriados para se envolver com cada grupo de partes interessadas?
80% ou mais das partes interessadas identificadas têm envolvimento e participação;
Entre 50% e 80% das partes interessadas identificadas têm envolvimento e participação;
Menos que 50% das partes interessadas identificadas têm envolvimento e participação;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

9. A associação está ciente e aborda as barreiras à participação de partes interessadas menos poderosas?
A associação é capaz de identificar os potenciais barreiras ao engajamento das partes interessadas;
A associação é capaz de identificar parcialmente potenciais barreiras ao engajamento das partes interessadas;
A associação não é capaz de identificar;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

10. A associação pode descrever a participação real das partes interessadas, seu impacto na tomada de decisões e como esse impacto foi comunicado às partes interessadas?
A associação é capaz de identificar como as decisões foram impactadas pelo envolvimento das partes interessadas e tem evidências;
A associação é capaz de identificar como as decisões foram impactadas pelo envolvimento das partes interessadas e, mas não possui evidências;
A associação não é capaz de identificar como as decisões foram impactadas pelo envolvimento das partes interessadas;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
11. A associação pode descrever os procedimentos de reclamação para cada grupo de partes interessadas, como eles são divulgados e seu uso atual?
A associação é capaz de identificar procedimentos de reclamação para todas as partes afetadas e estes são divulgados de forma proativa;
A associação é capaz de identificar procedimentos de reclamação para todas as partes afetadas, porém estes não são divulgados de forma proativa;
A associação não é capaz de identificar procedimentos de reclamação para os afetados;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
12. A associação pode identificar potenciais conflitos de interesse com e entre vários grupos de partes interessadas e fornecer exemplos de resolução por meio do diálogo colaborativo, baseado no respeito, compreensão mútua e igualdade de poder?
Todos os grupos de partes interessadas relevantes são identificados e não há omissões óbvias inexplicáveis de conflitos potenciais significativos;
Parte dos grupos relevantes são identificados e não há omissões óbvias inexplicáveis de conflitos potenciais significativos;
A associação não pode fornecer diálogo colaborativo, ou consistente com valores de respeito, compreensão mútua e igualdade de poder;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
13. A política da associação exige explicitamente que todas as leis e regulamentos aplicáveis sejam relatadas e regularmente revisadas quanto ao alinhamento com a missão?
A associação pode fornecer evidências de uma estratégia de gerenciamento de risco endossada pela governança em operação para garantir a conformidade legal e regulatória e todas as leis, regulamentos e códigos aceitos voluntariamente estão incluídos nesta evidência;
Ainda não há evidência de uma estratégia de gestão de risco endossada pela governança em operação;
A estratégia é seriamente inadequada;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
14. A associação pode mostrar evidências de uma resposta rápida e responsável a violações legais, regulatórias, internacionais de direitos humanos e códigos voluntários e como os efeitos da violação serão restaurados para evitar novas violações?
A associação possui uma política clara sobre violações de leis, regulamentações, direitos humanos internacionais ou códigos voluntários;
A associação não possui uma política clara, mas possui evidências da pronta reparação, restauração ou compensação e ação caso aconteça;
A associação é conhecida por violar as leis, regulamentos e códigos adotados;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

15. Dentro de sua esfera de influência, a associação apoia de forma proativa e transparente a melhoria da estrutura legal e regulatória em todas as quatro dimensões da sustentabilidade?
A associação possui registros de todos os grupos dos quais é membro ou apoia que estejam envolvidos em atividades que busquem influenciar leis, regulamentos, códigos internacionais de direitos humanos ou códigos voluntários;
A associação possui registros de parte dos grupos dos quais é membro ou apoia que estejam envolvidos em atividades que busquem influenciar leis, regulamentos, códigos internacionais de direitos humanos ou códigos voluntários;
A associação não possui registros dos grupos que são membros ou que estejam envolvidos em atividades que busquem influenciar leis, regulamentos, códigos internacionais de direitos humanos ou códigos voluntários;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
16. A associação está ciente do acesso pré-existente das partes interessadas à terra, água e recursos? Interessados informados, negociados em igualdade de condições e com compensação mutuamente acordada, suficiente para permitir meios de subsistência sustentáveis?
A associação pode demonstrar consciência do acesso pré-existente das partes interessadas à terra, água, biodiversidade e recursos naturais;
A associação não tem evidências de que reconhece quaisquer assimetrias de poder entre si e as comunidades afetadas;
Há qualquer evidência de engano no processo;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
17. A associação está ciente da posse preexistente das partes interessadas e do acesso à terra, água e recursos, e pode a associação provar que cooperou total e prontamente com qualquer inquérito e processo de reparação para a satisfação das partes afetadas em caso de qualquer (suposta) violação dos direitos de licitação?
A associação possui um registro de todas as transações relacionadas à posse e direitos de acesso;
A associação possui um registro de todas as transações relacionadas à posse e direitos de acesso, mas não está bem claro;
A associação não possui registro;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
18. A associação possui um plano de sustentabilidade que inclui referências à missão e demonstração de progresso em relação ao plano, ou como o plano conduziu decisões específicas e seus resultados?
A associação possui um plano de sustentabilidade formal endossado;
A associação possui o plano, mas não é capaz de fornecer evidências de que os valores nele estão sendo usados para melhorar a sustentabilidade;
A associação não possui um plano;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.
19. O sucesso do negócio da associação é medido e reportado às partes interessadas levando em consideração os impactos diretos e indiretos na economia, sociedade e ambiente físico?
A associação tem evidências de que coleta, analisa e relata aos seus stakeholders seus impactos e desempenho econômico, social e ambiental;
A associação tem parcialmente evidências de que coleta, analisa e relata aos seus stakeholders seus impactos e desempenho econômico, social e ambiental;
A associação não contabiliza seu impacto e desempenho usando qualquer regime;
A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

APÊNDICE C - Respostas IG de Carlópolis

APÊNDICE C

1. A associação estabelece metas para redução de emissões de gases de efeito estufa?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

2. Quais atividades e/ou práticas a associação implementa que efetivamente reduz as emissões de GEE?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

3. A associação estabelece metas para redução da emissão de poluentes do ar?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

4. Quais atividades e/ou práticas a associação implementa que efetivamente reduz os poluentes do ar?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

5. A associação estabelece metas para reduzir o consumo de água?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

6. Quais atividades e práticas a associação implementa que reduz a quantidade de água tratada utilizada?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

7. A associação estabelece metas para melhorar a qualidade da água utilizada nos processos?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

8. A associação possui práticas que reduzem a liberação de poluentes na água?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

9. Quantas vezes por ano o padrão de poluição da água foi excedido?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

10. Qual porcentagem do solo são aplicadas práticas para aumentar sua qualidade e fertilidade?

100% da área dos solos;

11. Há um plano de conservação/melhoria da qualidade do solo?

A associação tem um plano escrito, com metas de conservação e reabilitação da terra o aplica;

12. Quais são as técnicas eficazes de conservação do solo?

As práticas de conservação estão em vigor em todos os locais ameaçados pela degradação do solo, mas as práticas de reabilitação não estão em vigor em todos os locais anteriormente degradados, ou vice-versa;

13. A associação estabelece metas para a conservação das populações de espécies raras e endêmicas em sua área de influência?

A associação não possui o plano de conservação das populações de espécies raras e endêmicas e nem possui metas;

14. Quais atividades e práticas a associação implementa para proteger plantas e animais silvestres das populações em sua área de influência?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

15. Quais atividades e práticas a associação implementa que efetivamente ajuda a conservar a diversidade genética de espécies selvagens?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

16. A associação estabelece metas para a utilização de energias renováveis e sustentáveis em seu uso total de energia?

A associação não possui um plano, mas possui uma meta;

17. Quais práticas e atividades a associação implementa que efetivamente reduz o consumo de energia em suas operações?

Não houve práticas viáveis implementadas;

18. A associação estabelece metas de redução da geração de resíduos em ou por suas operações?

A associação não possui um plano, mas possui uma meta;

19. Quais práticas e atividades são implementadas que efetivamente reduzem a geração de resíduos?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

1. Em quais atividades a associação investiu nos últimos 5 anos para melhorar seu desempenho sustentável?

Todas as atividades viáveis de investimento já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

2. Os investimentos visam estabelecer as condições para manter, gerar e aumentar os lucros da associação a longo prazo?

A associação fez investimentos que visam gerar lucros durante um período de pelo menos 05 anos;

3. A associação possui um plano de negócios que projeta a geração de recursos financeiros para o futuro?

A associação possui um plano de negócios completo e atualizado que delineia a estratégia a ser implementada e os objetivos a serem alcançados por um período mínimo de 5 anos;

4. A associação concluiu um processo para determinar o custo total do produto vendido e por unidade de produção para calcular seu ponto de equilíbrio?

Sim, conclui-se um processo para determinar o custo total do produto;

5. A associação considerou um ponto de equilíbrio para negociar com o(s) seu(s) comprador(es) o preço de venda em todos os contratos?

Sabe-se o ponto de equilíbrio, mas não foi levado em consideração;

6. Quais são as ações implementadas para reduzir o impacto negativo dos riscos que podem afetar a produção e a qualidade do produto?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

7. A associação produz mais de um produto, para geração de renda?

Cinco produtos;

8. Que parcela de insumos vem do maior fornecedor?

20%;

9. A associação tem acesso a fontes de financiamento para resistir a crises de mercado?

Sim, há diversas opções de acesso;

10. A associação tem um plano para reduzir e se adaptar aos riscos que possam ameaçar o negócio?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

11. A associação possui medidas de controle da segurança alimentar que estão em conformidade com os regulamentos correspondentes e aplicáveis?

Existem mecanismos para prevenir e controlar os perigos e a contaminação dos alimentos;

12. Que parcela do volume total de produção atende às normas e padrões de qualidade exigidos?

100% da produção passou no controle de qualidade que mede padrões nutricionais exigidos e mais altos que precisa-se atender;

13. Os códigos de rotulagem de produtos são totalmente cumpridos e a associação pode mostrar evidências de exceder esses padrões sempre que possível?

A associação cumpre integralmente todos os códigos de rotulagem exigidos por lei para seus produtos;

14. O sistema garante a rastreabilidade em todas as etapas da cadeia alimentar para que os produtos possam ser identificados e recolhidos de forma fácil?

Informações completas sobre o produto estão disponíveis em toda a cadeia de produção devido aos sistemas de rastreamento;

15. A associação pode identificar todos os ingredientes e insumos utilizados na produção?

A associação consegue identificar 100% dos ingredientes e insumos;

16. A associação pode fornecer evidências de fornecimento sustentável certificado desses ingredientes?

Mantém um registro de aquisição que identifica o status de certificação de aquisição, distribuição e produção;

17. A associação contratou durante os últimos cinco anos funcionários regionais quando habilidades, perfil e condições semelhantes são oferecidos a outros candidatos?

A associação possui uma política de recursos humanos que prioriza a contratação de funcionários regionais;

18. A associação paga os impostos aplicáveis conforme indicado pela regulamentação local?

A associação pagou todos os impostos locais aplicáveis e devidos;

19. A associação adquiriu de fornecedores locais quando condições semelhantes em comparação com fornecedores não locais?

A associação não possui uma política, mas nos últimos 5 anos a maior parte de compra foram de fornecedores locais;

1. Todos os funcionários possuem um tempo descanso e cultura? Bem como a capacidade de cuidar de suas necessidades?

Todos os funcionários relatam que vivem livres de opressão, em paz, segurança e saúde mental e física;

2. Todos os produtores primários que abastecem as associações e todos os funcionários ganham pelo menos um salário digno?

100% dos colaboradores envolvidos na associação recebem um salário digno;

3. Os produtores primários e funcionários têm oportunidades de aumentar as habilidades e conhecimentos, avançar dentro da associação em que trabalham?

A associação fornece oportunidades de aumento de habilidades e conhecimento para colaboradores internos;

4. A associação possui acesso a equipamento, capital e conhecimento ou treinamento?

A associação tem os melhores equipamentos de produção, conhecimentos e treinamentos do setor;

5. Os compradores, por meio de suas políticas e práticas, reconhecem e apoiam os direitos dos fornecedores a preços justos e contratos e acordos justos?

Alguns acordos ainda carecem de entendimento mútuo sobre o processo de resolução de negociação;

6. Os compradores reconhecem e apoiam explicitamente os direitos dos fornecedores à liberdade de associação e à negociação coletiva?

Algumas negociações carecem de transparência e senso de negociação justa;

7. A associação tem acordos escritos com seus funcionários que atendem ao menos os tratados nacionais e internacionais de trabalho, incluindo seguridade social?

A associação fornece contratos juridicamente vinculativos para todos os funcionários que atendem às leis e tratados trabalhistas;

8. A associação emprega pessoas que não são livres para pedir demissão ou que não podem apresentar queixas sem medo de retaliação?

O uso de trabalho forçado é proibido em todas as políticas escritas e na prática;

9. A associação emprega menores de 16 anos, que trabalham em tempo integral, em trabalhos que lhes são perigosos física, mental ou moralmente?

Os fornecedores ou subcontratados não possuem funcionários menores de 16 anos regularmente empregados;

10. Os funcionários são livres para negociar como indivíduos ou grupos ou por meio de um sindicato ou representantes de sua escolha para definir os termos de seu emprego?

Os direitos à liberdade de associação e negociação coletiva são plenamente estabelecidos e compreendidos por todos os funcionários envolvidos;

11. A associação discrimina qualquer funcionário com base em raça, credo, cor, origem nacional ou étnica, gênero, idade, atividade sindical ou política, status de imigração, status de cidadania, estado civil, ou orientação sexual na contratação, alocação de empregos, promoções e demissões ou na concessão de fornecedores novos?

A associação não possui políticas claras, mas não há registros de discriminação;

12. A associação discrimina as mulheres na contratação, remuneração, treinamento e promoção, acesso a recursos ou demissão?

A associação não discrimina as mulheres na contratação, remuneração, treinamento, progressão e acesso a recursos;

13. A associação fornece recursos à comunidade para apoiar pessoas vulneráveis com serviços sociais e de saúde, treinamento e eventos culturais para mulheres, minorias e pessoas desfavorecidas?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

14. A associação oferece treinamento em saúde e segurança para 100% dos funcionários, que seja compreensível aos funcionários, adaptado ao seu espaço de trabalho e eficaz?

100% dos funcionários participaram de pelo menos um treinamento básico de saúde e segurança;

15. A associação mantém um local de trabalho seguro, limpo e saudável, incluindo todos os terrenos e instalações, e todas as práticas?

A associação mantém um local de trabalho 80% seguro, limpo e saudável;

16. A associação oferece cobertura de saúde adequada de acordo com os requisitos legais e garante acesso oportuno a assistência médica em emergências para os funcionários?

A associação oferece cobertura de saúde e garante acesso emergencial a cuidados médicos para todos;

17. O empreendimento toma medidas para evitar poluir ou contaminar a comunidade local e contribuir para com a saúde?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

18. A associação reconhece e respeita os direitos universais das comunidades indígenas para proteger seu conhecimento? Se apropriado e adquirido, o empreendimento remunerou as comunidades indígenas de forma justa e equitativa, com base em termos mutuamente acordados?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

19. A associação contribui para que a região decida o que cultivar, o que e como comercializar, o que destinar ao mercado interno e ao mercado externo, e controlar os recursos naturais básicos?

A associação contribui ativamente;

1. A missão da associação é colocada em todos os relatórios e compreendida por todos os funcionários ou membros?

Nem todos os funcionários são capazes de explicar a missão da associação e identificar como ela influencia o trabalho que realizam;

2. O impacto da missão no desenvolvimento de políticas e práticas pode ser visível e evidente?

Parcialmente da alta administração pode identificar a influência dos compromissos de sustentabilidade da missão nas decisões e processos da associação;

3. A associação tem uma política clara para avaliação de impactos de longo prazo na área de sustentabilidade?

A associação realizou todos os componentes da avaliação de risco apropriada;

4. A associação usa uma estrutura internacionalmente reconhecida para relatórios de sustentabilidade?

A associação revisou regularmente seu desempenho de sustentabilidade;

5. A associação pode mostrar, por meio de documentos ou diálogo interno, que o desempenho em relação à missão é avaliado regularmente com a contribuição apropriada das partes interessadas?

A associação pode mostrar que sua governança assume a responsabilidade por seu impacto e faz revisões do impacto e desempenho organizacional em relação à missão e às metas de sustentabilidade;

6. A associação tem uma política que exige que a administração relate como as políticas, procedimentos, decisões e processos de tomada de decisão são disponibilizados às partes interessadas?

A associação é aberta para lidar com solicitações de informações;

7. A associação pode identificar todas as partes interessadas relevantes e descrever o processo pelo qual elas foram identificadas?

A associação tem um compromisso com o envolvimento e a participação das partes interessadas;

8. A associação usa mecanismos apropriados para se envolver com cada grupo de partes interessadas?

Entre 50% e 80% das partes interessadas identificadas têm envolvimento e participação;

9. A associação está ciente e aborda as barreiras à participação de partes interessadas menos poderosas?

A associação não é capaz de identificar;

10. A associação pode descrever a participação real das partes interessadas, seu impacto na tomada de decisões e como esse impacto foi comunicado às partes interessadas?

A associação é capaz de identificar como as decisões foram impactadas pelo envolvimento das partes interessadas e tem evidências;

11. A associação pode descrever os procedimentos de reclamação para cada grupo de partes interessadas, como eles são divulgados e seu uso atual?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

12. A associação pode identificar potenciais conflitos de interesse com e entre vários grupos de partes interessadas e fornecer exemplos de resolução por meio do diálogo colaborativo, baseado no respeito, compreensão mútua e igualdade de poder?

Parte dos grupos relevantes são identificados e não há omissões óbvias inexplicáveis de conflitos potenciais significativos;

13. A política da associação exige explicitamente que todas as leis e regulamentos aplicáveis sejam relatadas e regularmente revisadas quanto ao alinhamento com a missão?

Ainda não há evidência de uma estratégia de gestão de risco endossada pela governança em operação;

14. A associação pode mostrar evidências de uma resposta rápida e responsável a violações legais, regulatórias, internacionais de direitos humanos e códigos voluntários e como os efeitos da violação serão restaurados para evitar novas violações?

A associação possui uma política clara sobre violações de leis, regulamentações, direitos humanos internacionais ou códigos voluntários;

15. Dentro de sua esfera de influência, a associação apoia de forma proativa e transparente a melhoria da estrutura legal e regulatória em todas as quatro dimensões da sustentabilidade?

A associação possui registros de todos os grupos dos quais é membro ou apoia que estejam envolvidos em atividades que busquem influenciar leis, regulamentos, códigos internacionais de direitos humanos ou códigos voluntários;

16. A associação está ciente do acesso pré-existente das partes interessadas à terra, água e recursos? Interessados informados, negociados em igualdade de condições e com compensação mutuamente acordada, suficiente para permitir meios de subsistência sustentáveis?

A associação pode demonstrar consciência do acesso pré-existente das partes interessadas à terra, água, biodiversidade e recursos naturais;

17. A associação está ciente da posse preexistente das partes interessadas e do acesso à terra, água e recursos, e pode a associação provar que cooperou total e prontamente com qualquer inquérito e processo de reparação para a satisfação das partes afetadas em caso de qualquer (suposta) violação dos direitos de licitação?

A associação possui um registro de todas as transações relacionadas à posse e direitos de acesso;

18. A associação possui um plano de sustentabilidade que inclui referências à missão e demonstração de progresso em relação ao plano, ou como o plano conduziu decisões específicas e seus resultados?

A associação possui um plano de sustentabilidade formal endossado;

19. O sucesso do negócio da associação é medido e reportado às partes interessadas levando em consideração os impactos diretos e indiretos na economia, sociedade e ambiente físico?

A associação tem evidências de que coleta, analisa e relata aos seus stakeholders seus impactos e desempenho econômico, social e ambiental;

APÊNDICE D - Respostas da IG de Café Norte Pioneiro

APÊNDICE D

1. A associação estabelece metas para redução de emissões de gases de efeito estufa?

A associação possui um plano de redução de emissão de gases de efeito estufa e o aplica;

2. Quais atividades e/ou práticas a associação implementa que efetivamente reduz as emissões de GEE?

Todas as práticas viáveis de redução das emissões de gases de efeito estufa já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

3. A associação estabelece metas para redução da emissão de poluentes do ar?

A associação possui um plano de redução da emissão de poluentes do ar e o aplica;

4. Quais atividades e/ou práticas a associação implementa que efetivamente reduz os poluentes do ar?

Todas as práticas viáveis de redução de poluentes do ar já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

5. A associação estabelece metas para reduzir o consumo de água?

A associação possui um plano de redução do consumo de água e o aplica;

6. Quais atividades e práticas a associação implementa que reduz a quantidade de água tratada utilizada?

Todas as práticas viáveis de redução de utilização de água tratada já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

7. A associação estabelece metas para melhorar a qualidade da água utilizada nos processos?

A associação possui um plano para melhorar a qualidade utilizada nos processos e o aplica;

8. A associação possui práticas que reduzem a liberação de poluentes na água?

Todas as práticas viáveis de redução de liberação de poluentes na água já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

9. Quantas vezes por ano o padrão de poluição da água foi excedido?

Apenas uma vez;

10. Qual porcentagem do solo são aplicadas práticas para aumentar sua qualidade e fertilidade?

100% da área dos solos;

11. Há um plano de conservação/melhoria da qualidade do solo?

A associação tem um plano escrito, com metas de conservação e reabilitação da terra o aplica;

12. Quais são as técnicas eficazes de conservação do solo?

As práticas de conservação estão em vigor em todos os locais ameaçados pela degradação do solo mas as práticas de reabilitação não estão em vigor em todos os locais anteriormente degradados, ou vice-versa;

13. A associação estabelece metas para a conservação das populações de espécies raras e endêmicas em sua área de influência?

A associação possui um plano de conservação das populações de espécies raras e endêmicas e o aplica;

14. Quais atividades e práticas a associação implementa para proteger plantas e animais silvestres das populações em sua área de influência?

Todas as práticas viáveis de proteção já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

15. Quais atividades e práticas a associação implementa que efetivamente ajuda a conservar a diversidade genética de espécies selvagens?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

16. A associação estabelece metas para a utilização de energias renováveis e sustentáveis em seu uso total de energia?

A associação não possui o plano e nem possui metas de utilização de energias renováveis;

17. Quais práticas e atividades a associação implementa que efetivamente reduz o consumo de energia em suas operações?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

18. A associação estabelece metas de redução da geração de resíduos em ou por suas operações?

A associação possui um plano de redução da geração de resíduos e o aplica;

19. Quais práticas e atividades são implementadas que efetivamente reduzem a geração de resíduos?

Todas as práticas viáveis para reduzir a geração de resíduos já foram implementadas ou todas as operações da associação são de "resíduo zero";

1. Em quais atividades a associação investiu nos últimos 5 anos para melhorar seu desempenho sustentável?

Todas as atividades viáveis de investimento já foram implementadas, mas poucos efeitos positivos podem ser vistos;

2. Os investimentos visam estabelecer as condições para manter, gerar e aumentar os lucros da associação a longo prazo?

A associação fez investimentos que visam gerar lucros durante um período de pelo menos 05 anos;

3. A associação possui um plano de negócios que projeta a geração de recursos financeiros para o futuro?

A associação tem um plano de negócios incompleto, não contemplando os objetivos a atingir e a estratégia a implementar por um período mínimo de 5 anos;

4. A associação concluiu um processo para determinar o custo total do produto vendido e por unidade de produção para calcular seu ponto de equilíbrio?

Sim, conclui-se um processo para determinar o custo total do produto;

5. A associação considerou um ponto de equilíbrio para negociar com o(s) seu(s) comprador(es) o preço de venda em todos os contratos?

Sim, foi considerado um ponto de equilíbrio;

6. Quais são as ações implementadas para reduzir o impacto negativo dos riscos que podem afetar a produção e a qualidade do produto?

A associação possui um plano para garantir o volume de produção necessário e o atendimento aos padrões de qualidade em caso de choques sociais, ambientais e econômicos;

7. A associação produz mais de um produto, para geração de renda?

Apenas um produto.

8. Que parcela de insumos vem do maior fornecedor?

40%;

9. A associação tem acesso a fontes de financiamento para resistir a crises de mercado?

Não, não há acesso a fontes financeiras;

10. A associação tem um plano para reduzir e se adaptar aos riscos que possam ameaçar o negócio?

A associação não implementou nenhuma ação e mecanismo para reduzir o impacto negativo de qualquer risco;

11. A associação possui medidas de controle da segurança alimentar que estão em conformidade com os regulamentos correspondentes e aplicáveis?

Existem mecanismos para prevenir e controlar os perigos e a contaminação dos alimentos;

12. Que parcela do volume total de produção atende às normas e padrões de qualidade exigidos?

A associação avançou na adoção das melhores práticas para a produção de produtos alimentícios que atendam aos mais altos padrões nutricionais;

13. Os códigos de rotulagem de produtos são totalmente cumpridos e a associação pode mostrar evidências de exceder esses padrões sempre que possível?

A associação cumpre integralmente todos os códigos de rotulagem exigidos por lei para seus produtos;

14. O sistema garante a rastreabilidade em todas as etapas da cadeia alimentar para que os produtos possam ser identificados e recolhidos de forma fácil?

Informações completas sobre o produto estão disponíveis em toda a cadeia de produção devido aos sistemas de rastreamento;

15. A associação pode identificar todos os ingredientes e insumos utilizados na produção?

A associação consegue identificar 100% dos ingredientes e insumos;

16. A associação pode fornecer evidências de fornecimento sustentável certificado desses ingredientes?

Mantém um registro de aquisição que identifica o status de certificação de aquisição, distribuição e produção;

17. A associação contratou durante os últimos cinco anos funcionários regionais quando habilidades, perfil e condições semelhantes são oferecidos a outros candidatos?

A associação não possui uma política, mas contratou a maior parte funcionários regionais;

18. A associação paga os impostos aplicáveis conforme indicado pela regulamentação local?

A associação pagou todos os impostos locais aplicáveis e devidos;

19. A associação adquiriu de fornecedores locais quando condições semelhantes em comparação com fornecedores não locais?

A associação aplicou uma política de compras que prioriza a compra de insumos, produtos e ingredientes de fornecedores locais;

1. Todos os funcionários possuem um tempo descanso e cultura? Bem como a capacidade de cuidar de suas necessidades?

Todos os funcionários relatam que vivem livres de opressão, em paz, segurança e saúde mental e física;

2. Todos os produtores primários que abastecem as associações e todos os funcionários ganham pelo menos um salário digno?

100% dos colaboradores envolvidos na associação recebem um salário digno;

3. Os produtores primários e funcionários têm oportunidades de aumentar as habilidades e conhecimentos, avançar dentro da associação em que trabalham?

A associação fornece oportunidades de aumento de habilidades e conhecimento para colaboradores internos;

4. A associação possui acesso a equipamento, capital e conhecimento ou treinamento?

A associação possui acesso aos melhores equipamentos de produção, conhecimentos e treinamentos do setor, mas ainda não os detém;

5. Os compradores, por meio de suas políticas e práticas, reconhecem e apoiam os direitos dos fornecedores a preços justos e contratos e acordos justos?

Alguns acordos ainda carecem de entendimento mútuo sobre o processo de resolução de negociação;

6. Os compradores reconhecem e apoiam explicitamente os direitos dos fornecedores à liberdade de associação e à negociação coletiva?

Algumas negociações carecem de transparência e senso de negociação justa;

7. A associação tem acordos escritos com seus funcionários que atendem ao menos os tratados nacionais e internacionais de trabalho, incluindo seguridade social?

A associação fornece contratos juridicamente vinculativos para todos os funcionários que atendem às leis e tratados trabalhistas;

8. A associação emprega pessoas que não são livres para pedir demissão ou que não podem apresentar queixas sem medo de retaliação?

O uso de trabalho forçado é proibido em todas as políticas escritas e na prática;

9. A associação emprega menores de 16 anos, que trabalham em tempo integral, em trabalhos que lhes são perigosos física, mental ou moralmente?

Os fornecedores ou subcontratados não possuem funcionários menores de 16 anos regularmente empregados;

10. Os funcionários são livres para negociar como indivíduos ou grupos ou por meio de um sindicato ou representantes de sua escolha para definir os termos de seu emprego?

Os direitos à liberdade de associação e negociação coletiva são plenamente estabelecidos e compreendidos por todos os funcionários envolvidos;

11. A associação discrimina qualquer funcionário com base em raça, credo, cor, origem nacional ou étnica, gênero, idade, atividade sindical ou política, status de imigração, status de cidadania, estado civil, ou orientação sexual na contratação, alocação de empregos, promoções e demissões ou na concessão de fornecedores novos?

A associação tem políticas claras de não discriminação;

12. A associação discrimina as mulheres na contratação, remuneração, treinamento e promoção, acesso a recursos ou demissão?

A associação não discrimina as mulheres na contratação, remuneração, treinamento, progressão e acesso a recursos;

13. A associação fornece recursos à comunidade para apoiar pessoas vulneráveis com serviços sociais e de saúde, treinamento e eventos culturais para mulheres, minorias e pessoas desfavorecidas?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

14. A associação oferece treinamento em saúde e segurança para 100% dos funcionários, que seja compreensível aos funcionários, adaptado ao seu espaço de trabalho e eficaz?

100% dos funcionários participaram de pelo menos um treinamento básico de saúde e segurança;

15. A associação mantém um local de trabalho seguro, limpo e saudável, incluindo todos os terrenos e instalações, e todas as práticas?

A associação mantém um local de trabalho 100% seguro, limpo e saudável;

16. A associação oferece cobertura de saúde adequada de acordo com os requisitos legais e garante acesso oportuno a assistência médica em emergências para os funcionários?

A associação oferece cobertura de saúde e garante acesso emergencial a cuidados médicos para todos;

17. O empreendimento toma medidas para evitar poluir ou contaminar a comunidade local e contribuir para com a saúde?

A associação toma medidas para evitar poluir ou contaminar a comunidade local;

18. A associação reconhece e respeita os direitos universais das comunidades indígenas para proteger seu conhecimento? Se apropriado e adquirido, o empreendimento remunerou as comunidades indígenas de forma justa e equitativa, com base em termos mutuamente acordados?

Nas políticas da associação, ela atende a todas as leis e tratados nacionais e internacionais relativos ao conhecimento indígena;

19. A associação contribui para que a região decida o que cultivar, o que e como comercializar, o que destinar ao mercado interno e ao mercado externo, e controlar os recursos naturais básicos?

A associação contribui parcialmente;

1. A missão da associação é colocada em todos os relatórios e compreendida por todos os funcionários ou membros?

100% dos funcionários são capazes de explicar a missão da associação e identificar como ela influencia o trabalho que realizam;

2. O impacto da missão no desenvolvimento de políticas e práticas pode ser visível e evidente?

Parcialmente da alta administração pode identificar a influência dos compromissos de sustentabilidade da missão nas decisões e processos da associação;

3. A associação tem uma política clara para avaliação de impactos de longo prazo na área de sustentabilidade?

A associação realizou todos os componentes da avaliação de risco apropriada, mas sofreu grandes impactos como resultado de riscos não mitigados;

4. A associação usa uma estrutura internacionalmente reconhecida para relatórios de sustentabilidade?

A associação revisou regularmente seu desempenho de sustentabilidade;

5. A associação pode mostrar, por meio de documentos ou diálogo interno, que o desempenho em relação à missão é avaliado regularmente com a contribuição apropriada das partes interessadas?

A associação ainda não comparou desempenho com missão, mas pretende;

6. A associação tem uma política que exige que a administração relate como as políticas, procedimentos, decisões e processos de tomada de decisão são disponibilizados às partes interessadas?

A associação é aberta para lidar com solicitações de informações;

7. A associação pode identificar todas as partes interessadas relevantes e descrever o processo pelo qual elas foram identificadas?

A associação tem um compromisso com o envolvimento e a participação das partes interessadas, mas não é completamente capaz de listar todas as partes interessadas e identificar aqueles que são vulneráveis;

8. A associação usa mecanismos apropriados para se envolver com cada grupo de partes interessadas?

Entre 50% e 80% das partes interessadas identificadas tem envolvimento e participação;

9. A associação está ciente e aborda as barreiras à participação de partes interessadas menos poderosas?

A associação é capaz de identificar parcialmente potenciais barreiras ao engajamento das partes interessadas;

10. A associação pode descrever a participação real das partes interessadas, seu impacto na tomada de decisões e como esse impacto foi comunicado às partes interessadas?

A associação é capaz de identificar como as decisões foram impactadas pelo envolvimento das partes interessadas e mas não possui evidências;

11. A associação pode descrever os procedimentos de reclamação para cada grupo de partes interessadas, como eles são divulgados e seu uso atual?

A associação é capaz de identificar procedimentos de reclamação para todas as partes afetadas, porém estes não são divulgados de forma proativa;

12. A associação pode identificar potenciais conflitos de interesse com e entre vários grupos de partes interessadas e fornecer exemplos de resolução por meio do diálogo colaborativo, baseado no respeito, compreensão mútua e igualdade de poder?

Parte dos grupos relevantes são identificados e não há omissões óbvias inexplicáveis de conflitos potenciais significativos;

13. A política da associação exige explicitamente que todas as leis e regulamentos aplicáveis sejam relatadas e regularmente revisadas quanto ao alinhamento com a missão?

Ainda não há evidência de uma estratégia de gestão de risco endossada pela governança em operação;

14. A associação pode mostrar evidências de uma resposta rápida e responsável a violações legais, regulatórias, internacionais de direitos humanos e códigos voluntários e como os efeitos da violação serão restaurados para evitar novas violações?

A associação não possui uma política clara, mas possui evidências da pronta reparação, restauração ou compensação e ação caso aconteça;

15. Dentro de sua esfera de influência, a associação apoia de forma proativa e transparente a melhoria da estrutura legal e regulatória em todas as quatro dimensões da sustentabilidade?

A associação não possui registros dos grupos que são membros ou que estejam envolvidos em atividades que busquem influenciar leis, regulamentos, códigos internacionais de direitos humanos ou códigos voluntários;

16. A associação está ciente do acesso pré-existente das partes interessadas à terra, água e recursos? Interessados informados, negociados em igualdade de condições e com compensação mutuamente acordada, suficiente para permitir meios de subsistência sustentáveis?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

17. A associação está ciente da posse preexistente das partes interessadas e do acesso à terra, água e recursos, e pode a associação provar que cooperou total e prontamente com qualquer inquérito e processo de reparação para a satisfação das partes afetadas em caso de qualquer (suposta) violação dos direitos de licitação?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

18. A associação possui um plano de sustentabilidade que inclui referências à missão e demonstração de progresso em relação ao plano, ou como o plano conduziu decisões específicas e seus resultados?

A associação possui o plano, mas não é capaz de fornecer evidências de que os valores nele estão sendo usados para melhorar a sustentabilidade;

19. O sucesso do negócio da associação é medido e reportado às partes interessadas levando em consideração os impactos diretos e indiretos na economia, sociedade e ambiente físico?

A associação tem parcialmente evidências de que coleta, analisa e relata aos seus stakeholders seus impactos e desempenho econômico, social e ambiental;

APÊNDICE E - Respostas da IG de Ortigueira

APÊNDICE E

1. A associação estabelece metas para redução de emissões de gases de efeito estufa?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

2. Quais atividades e/ou práticas a associação implementa que efetivamente reduz as emissões de GEE?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

3. A associação estabelece metas para redução da emissão de poluentes do ar?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

4. Quais atividades e/ou práticas a associação implementa que efetivamente reduz os poluentes do ar?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

5. A associação estabelece metas para reduzir o consumo de água?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

6. Quais atividades e práticas a associação implementa que reduz a quantidade de água tratada utilizada?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

7. A associação estabelece metas para melhorar a qualidade da água utilizada nos processos?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

8. A associação possui práticas que reduzem a liberação de poluentes na água?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

9. Quantas vezes por ano o padrão de poluição da água foi excedido?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

10. Qual porcentagem do solo são aplicadas práticas para aumentar sua qualidade e fertilidade?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

11. Há um plano de conservação/melhoria da qualidade do solo?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

12. Quais são as técnicas eficazes de conservação do solo?

Não há nenhuma prática para ambos os casos;

13. A associação estabelece metas para a conservação das populações de espécies raras e endêmicas em sua área de influência?

A associação não possui o plano de conservação das populações de espécies raras e endêmicas e nem possui metas;

14. Quais atividades e práticas a associação implementa para proteger plantas e animais silvestres das populações em sua área de influência?

Não houve práticas viáveis implementadas;

15. Quais atividades e práticas a associação implementa que efetivamente ajuda a conservar a diversidade genética de espécies selvagens?

Não houve práticas viáveis implementadas;

16. A associação estabelece metas para a utilização de energias renováveis e sustentáveis em seu uso total de energia?

A associação não possui o plano e nem possui metas de utilização de energias renováveis;

17. Quais práticas e atividades a associação implementa que efetivamente reduz o consumo de energia em suas operações?

Não houve práticas viáveis implementadas;

18. A associação estabelece metas de redução da geração de resíduos em ou por suas operações?

A associação não possui o plano e nem possui metas de redução da geração de resíduos;

19. Quais práticas e atividades são implementadas que efetivamente reduzem a geração de resíduos?

Não houve práticas viáveis implementadas;

1. Em quais atividades a associação investiu nos últimos 5 anos para melhorar seu desempenho sustentável?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

2. Os investimentos visam estabelecer as condições para manter, gerar e aumentar os lucros da associação a longo prazo?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

3. A associação possui um plano de negócios que projeta a geração de recursos financeiros para o futuro?

A associação possui um plano de negócios completo e atualizado que delineia a estratégia a ser implementada e os objetivos a serem alcançados por um período mínimo de 5 anos;

4. A associação concluiu um processo para determinar o custo total do produto vendido e por unidade de produção para calcular seu ponto de equilíbrio?

Sim, conclui-se um processo para determinar o custo total do produto;

5. A associação considerou um ponto de equilíbrio para negociar com o(s) seu(s) comprador(es) o preço de venda em todos os contratos?

Sim, foi considerado um ponto de equilíbrio;

6. Quais são as ações implementadas para reduzir o impacto negativo dos riscos que podem afetar a produção e a qualidade do produto?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

7. A associação produz mais de um produto, para geração de renda?

Cinco produtos;

8. Que parcela de insumos vem do maior fornecedor?

100%;

9. A associação tem acesso a fontes de financiamento para resistir a crises de mercado?

Não, não há acesso a fontes financeiras;

10. A associação tem um plano para reduzir e se adaptar aos riscos que possam ameaçar o negócio?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

11. A associação possui medidas de controle da segurança alimentar que estão em conformidade com os regulamentos correspondentes e aplicáveis?

Existem mecanismos para prevenir e controlar os perigos e a contaminação dos alimentos;

12. Que parcela do volume total de produção atende às normas e padrões de qualidade exigidos?

100% da produção passou no controle de qualidade que mede padrões nutricionais exigidos e mais altos que precisa-se atender;

13. Os códigos de rotulagem de produtos são totalmente cumpridos e a associação pode mostrar evidências de exceder esses padrões sempre que possível?

A associação cumpre integralmente todos os códigos de rotulagem exigidos por lei para seus produtos;

14. O sistema garante a rastreabilidade em todas as etapas da cadeia alimentar para que os produtos possam ser identificados e recolhidos de forma fácil?

Informações completas sobre o produto estão disponíveis em toda a cadeia de produção devido aos sistemas de rastreamento;

15. A associação pode identificar todos os ingredientes e insumos utilizados na produção?

A associação consegue identificar 100% dos ingredientes e insumos;

16. A associação pode fornecer evidências de fornecimento sustentável certificado desses ingredientes?

Mantém um registro de aquisição que identifica o status de certificação de aquisição, distribuição e produção;

17. A associação contratou durante os últimos cinco anos funcionários regionais quando habilidades, perfil e condições semelhantes são oferecidos a outros candidatos?

A associação possui uma política de recursos humanos que prioriza a contratação de funcionários regionais;

18. A associação paga os impostos aplicáveis conforme indicado pela regulamentação local?

A associação pagou todos os impostos locais aplicáveis e devidos;

19. A associação adquiriu de fornecedores locais quando condições semelhantes em comparação com fornecedores não locais?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

1. Todos os funcionários possuem um tempo descanso e cultura? Bem como a capacidade de cuidar de suas necessidades?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

2. Todos os produtores primários que abastecem as associações e todos os funcionários ganham pelo menos um salário digno?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

3. Os produtores primários e funcionários têm oportunidades de aumentar as habilidades e conhecimentos, avançar dentro da associação em que trabalham?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

4. A associação possui acesso a equipamento, capital e conhecimento ou treinamento?

A associação tem os melhores equipamentos de produção, conhecimentos e treinamentos do setor;

5. Os compradores, por meio de suas políticas e práticas, reconhecem e apoiam os direitos dos fornecedores a preços justos e contratos e acordos justos?

100% das negociações comerciais com fornecedores incluem o direito de negociar os termos de troca;

6. Os compradores reconhecem e apoiam explicitamente os direitos dos fornecedores à liberdade de associação e à negociação coletiva?

A associação mantém relações de confiança de longo prazo com 100% de seus fornecedores;

7. A associação tem acordos escritos com seus funcionários que atendem ao menos os tratados nacionais e internacionais de trabalho, incluindo seguridade social?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

8. A associação emprega pessoas que não são livres para pedir demissão ou que não podem apresentar queixas sem medo de retaliação?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

9. A associação emprega menores de 16 anos, que trabalham em tempo integral, em trabalhos que lhes são perigosos física, mental ou moralmente?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

10. Os funcionários são livres para negociar como indivíduos ou grupos ou por meio de um sindicato ou representantes de sua escolha para definir os termos de seu emprego?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

11. A associação discrimina qualquer funcionário com base em raça, credo, cor, origem nacional ou étnica, gênero, idade, atividade sindical ou política, status de imigração, status de cidadania, estado civil, ou orientação sexual na contratação, alocação de empregos, promoções e demissões ou na concessão de fornecedores novos?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

12. A associação discrimina as mulheres na contratação, remuneração, treinamento e promoção, acesso a recursos ou demissão?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

13. A associação fornece recursos à comunidade para apoiar pessoas vulneráveis com serviços sociais e de saúde, treinamento e eventos culturais para mulheres, minorias e pessoas desfavorecidas?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

14. A associação oferece treinamento em saúde e segurança para 100% dos funcionários, que seja compreensível aos funcionários, adaptado ao seu espaço de trabalho e eficaz?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

15. A associação mantém um local de trabalho seguro, limpo e saudável, incluindo todos os terrenos e instalações, e todas as práticas?

A associação mantém um local de trabalho 100% seguro, limpo e saudável;

16. A associação oferece cobertura de saúde adequada de acordo com os requisitos legais e garante acesso oportuno a assistência médica em emergências para os funcionários?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

17. O empreendimento toma medidas para evitar poluir ou contaminar a comunidade local e contribuir para com a saúde?

A associação toma medidas para evitar poluir ou contaminar a comunidade local;

18. A associação reconhece e respeita os direitos universais das comunidades indígenas para proteger seu conhecimento? Se apropriado e adquirido, o empreendimento remunerou as comunidades indígenas de forma justa e equitativa, com base em termos mutuamente acordados?

Nas políticas da associação, ela atende a todas as leis e tratados nacionais e internacionais relativos ao conhecimento indígena;

19. A associação contribui para que a região decida o que cultivar, o que e como comercializar, o que destinar ao mercado interno e ao mercado externo, e controlar os recursos naturais básicos?

A associação contribui ativamente;

1. A missão da associação é colocada em todos os relatórios e compreendida por todos os funcionários ou membros?

100% dos funcionários são capazes de explicar a missão da associação e identificar como ela influencia o trabalho que realizam;

2. O impacto da missão no desenvolvimento de políticas e práticas pode ser visível e evidente?

100% da alta administração pode identificar a influência dos compromissos de sustentabilidade da missão nas decisões e processos da associação;

3. A associação tem uma política clara para avaliação de impactos de longo prazo na área de sustentabilidade?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

4. A associação usa uma estrutura internacionalmente reconhecida para relatórios de sustentabilidade?

A associação revisou regularmente seu desempenho de sustentabilidade;

5. A associação pode mostrar, por meio de documentos ou diálogo interno, que o desempenho em relação à missão é avaliado regularmente com a contribuição apropriada das partes interessadas?

A associação pode mostrar que sua governança assume a responsabilidade por seu impacto e faz revisões do impacto e desempenho organizacional em relação à missão e às metas de sustentabilidade;

6. A associação tem uma política que exige que a administração relate como as políticas, procedimentos, decisões e processos de tomada de decisão são disponibilizados às partes interessadas?

A associação é aberta para lidar com solicitações de informações;

7. A associação pode identificar todas as partes interessadas relevantes e descrever o processo pelo qual elas foram identificadas?

A associação tem um compromisso com o envolvimento e a participação das partes interessadas;

8. A associação usa mecanismos apropriados para se envolver com cada grupo de partes interessadas?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

9. A associação está ciente e aborda as barreiras à participação de partes interessadas menos poderosas?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

10. A associação pode descrever a participação real das partes interessadas, seu impacto na tomada de decisões e como esse impacto foi comunicado às partes interessadas?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

11. A associação pode descrever os procedimentos de reclamação para cada grupo de partes interessadas, como eles são divulgados e seu uso atual?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

12. A associação pode identificar potenciais conflitos de interesse com e entre vários grupos de partes interessadas e fornecer exemplos de resolução por meio do diálogo colaborativo, baseado no respeito, compreensão mútua e igualdade de poder?

Todos os grupos de partes interessadas relevantes são identificados e não há omissões óbvias inexplicáveis de conflitos potenciais significativos;

13. A política da associação exige explicitamente que todas as leis e regulamentos aplicáveis sejam relatadas e regularmente revisadas quanto ao alinhamento com a missão?

A associação pode fornecer evidências de uma estratégia de gerenciamento de risco endossada pela governança em operação para garantir a conformidade legal e regulatória e todas as leis, regulamentos e códigos aceitos voluntariamente estão incluídos nesta evidência;

14. A associação pode mostrar evidências de uma resposta rápida e responsável a violações legais, regulatórias, internacionais de direitos humanos e códigos voluntários e como os efeitos da violação serão restaurados para evitar novas violações?

A associação possui uma política clara sobre violações de leis, regulamentações, direitos humanos internacionais ou códigos voluntários;

15. Dentro de sua esfera de influência, a associação apoia de forma proativa e transparente a melhoria da estrutura legal e regulatória em todas as quatro dimensões da sustentabilidade?

A associação possui registros de todos os grupos dos quais é membro ou apoia que estejam envolvidos em atividades que busquem influenciar leis, regulamentos, códigos internacionais de direitos humanos ou códigos voluntários;

16. A associação está ciente do acesso pré-existente das partes interessadas à terra, água e recursos? Interessados informados, negociados em igualdade de condições e com

compensação mutuamente acordada, suficiente para permitir meios de subsistência sustentáveis?

A associação pode demonstrar consciência do acesso pré-existente das partes interessadas à terra, água, biodiversidade e recursos naturais;

17. A associação está ciente da posse preexistente das partes interessadas e do acesso à terra, água e recursos, e pode a associação provar que cooperou total e prontamente com qualquer inquérito e processo de reparação para a satisfação das partes afetadas em caso de qualquer (suposta) violação dos direitos de licitação?

A associação possui um registro de todas as transações relacionadas à posse e direitos de acesso;

18. A associação possui um plano de sustentabilidade que inclui referências à missão e demonstração de progresso em relação ao plano, ou como o plano conduziu decisões específicas e seus resultados?

A associação não possui um plano;

19. O sucesso do negócio da associação é medido e reportado às partes interessadas levando em consideração os impactos diretos e indiretos na economia, sociedade e ambiente físico?

A associação tem evidências de que coleta, analisa e relata aos seus stakeholders seus impactos e desempenho econômico, social e ambiental;

APÊNDICE F - Respostas da IG de Marialva

APÊNDICE F

1. A associação estabelece metas para redução de emissões de gases de efeito estufa?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

2. Quais atividades e/ou práticas a associação implementa que efetivamente reduz as emissões de GEE?

Todas as práticas viáveis de redução das emissões de gases de efeito estufa já foram implementadas, mas apenas alguns efeitos positivos podem ser vistos;

3. A associação estabelece metas para redução da emissão de poluentes do ar?

A associação possui um plano de redução da emissão de poluentes do ar e o aplica;

4. Quais atividades e/ou práticas a associação implementa que efetivamente reduz os poluentes do ar?

Todas as práticas viáveis de redução de poluentes do ar já foram implementadas, mas apenas alguns efeitos positivos podem ser vistos;

5. A associação estabelece metas para reduzir o consumo de água?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

6. Quais atividades e práticas a associação implementa que reduz a quantidade de água tratada utilizada?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

7. A associação estabelece metas para melhorar a qualidade da água utilizada nos processos?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

8. A associação possui práticas que reduzem a liberação de poluentes na água?

Todas as práticas viáveis de redução de liberação de poluentes na água já foram implementadas, mas apenas alguns efeitos positivos podem ser vistos;

9. Quantas vezes por ano o padrão de poluição da água foi excedido?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

10. Qual porcentagem do solo são aplicadas práticas para aumentar sua qualidade e fertilidade?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

11. Há um plano de conservação/melhoria da qualidade do solo?

A associação implementou medidas para conservação e reabilitação de terras, mas isso não foi colocado por escrito;

12. Quais são as técnicas eficazes de conservação do solo?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

13. A associação estabelece metas para a conservação das populações de espécies raras e endêmicas em sua área de influência?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

14. Quais atividades e práticas a associação implementa para proteger plantas e animais silvestres das populações em sua área de influência?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

15. Quais atividades e práticas a associação implementa que efetivamente ajuda a conservar a diversidade genética de espécies selvagens?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

16. A associação estabelece metas para a utilização de energias renováveis e sustentáveis em seu uso total de energia?

A associação possui um plano de utilização de energias renováveis e o aplica;

17. Quais práticas e atividades a associação implementa que efetivamente reduz o consumo de energia em suas operações?

Todas as práticas viáveis de redução de energia já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

18. A associação estabelece metas de redução da geração de resíduos em ou por suas operações?

A associação possui um plano de redução da geração de resíduos e o aplica;

19. Quais práticas e atividades são implementadas que efetivamente reduzem a geração de resíduos?

Todas as práticas viáveis para reduzir a geração de resíduos já foram implementadas, mas nem todos os resíduos possíveis foram reduzidos;

1. Em quais atividades a associação investiu nos últimos 5 anos para melhorar seu desempenho sustentável?

Todas as atividades viáveis de investimento já foram implementadas, mas poucos efeitos positivos podem ser vistos;

2. Os investimentos visam estabelecer as condições para manter, gerar e aumentar os lucros da associação a longo prazo?

A associação fez investimentos que visam gerar lucros durante um período de pelo menos 05 anos;

3. A associação possui um plano de negócios que projeta a geração de recursos financeiros para o futuro?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

4. A associação concluiu um processo para determinar o custo total do produto vendido e por unidade de produção para calcular seu ponto de equilíbrio?

Não possui processo de determinação do custo total;

5. A associação considerou um ponto de equilíbrio para negociar com o(s) seu(s) comprador(es) o preço de venda em todos os contratos?

Sabe-se o ponto de equilíbrio, mas não foi levado em consideração;

6. Quais são as ações implementadas para reduzir o impacto negativo dos riscos que podem afetar a produção e a qualidade do produto?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

7. A associação produz mais de um produto, para geração de renda?

Cinco produtos;

8. Que parcela de insumos vem do maior fornecedor?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

9. A associação tem acesso a fontes de financiamento para resistir a crises de mercado?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

10. A associação tem um plano para reduzir e se adaptar aos riscos que possam ameaçar o negócio?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

11. A associação possui medidas de controle da segurança alimentar que estão em conformidade com os regulamentos correspondentes e aplicáveis?

Não há mecanismos, mas não há registros de contaminação;

12. Que parcela do volume total de produção atende às normas e padrões de qualidade exigidos?

A associação avançou na adoção das melhores práticas para a produção de produtos alimentícios que atendam aos mais altos padrões nutricionais;

13. Os códigos de rotulagem de produtos são totalmente cumpridos e a associação pode mostrar evidências de exceder esses padrões sempre que possível?

A associação cumpre integralmente todos os códigos de rotulagem exigidos por lei para seus produtos;

14. O sistema garante a rastreabilidade em todas as etapas da cadeia alimentar para que os produtos possam ser identificados e recolhidos de forma fácil?

Informações completas sobre o produto estão disponíveis em toda a cadeia de produção devido aos sistemas de rastreamento;

15. A associação pode identificar todos os ingredientes e insumos utilizados na produção?

A associação consegue identificar 60% dos ingredientes e insumos;

16. A associação pode fornecer evidências de fornecimento sustentável certificado desses ingredientes?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

17. A associação contratou durante os últimos cinco anos funcionários regionais quando habilidades, perfil e condições semelhantes são oferecidos a outros candidatos?

A associação possui uma política de recursos humanos que prioriza a contratação de funcionários regionais;

18. A associação paga os impostos aplicáveis conforme indicado pela regulamentação local?

A associação pagou todos os impostos locais aplicáveis e devidos;

19. A associação adquiriu de fornecedores locais quando condições semelhantes em comparação com fornecedores não locais?

A associação aplicou uma política de compras que prioriza a compra de insumos, produtos e ingredientes de fornecedores locais;

1. Todos os funcionários possuem um tempo descanso e cultura? Bem como a capacidade de cuidar de suas necessidades?

Todos os funcionários relatam que vivem livres de opressão, em paz, segurança e saúde mental e física;

2. Todos os produtores primários que abastecem as associações e todos os funcionários ganham pelo menos um salário digno?

100% dos colaboradores envolvidos na associação recebem um salário digno;

3. Os produtores primários e funcionários têm oportunidades de aumentar as habilidades e conhecimentos, avançar dentro da associação em que trabalham?

A associação fornece oportunidades de aumento de habilidades e conhecimento para colaboradores internos;

4. A associação possui acesso a equipamento, capital e conhecimento ou treinamento?

A associação tem os melhores equipamentos de produção, conhecimentos e treinamentos do setor;

5. Os compradores, por meio de suas políticas e práticas, reconhecem e apoiam os direitos dos fornecedores a preços justos e contratos e acordos justos?

Alguns acordos ainda carecem de entendimento mútuo sobre o processo de resolução de negociação;

6. Os compradores reconhecem e apoiam explicitamente os direitos dos fornecedores à liberdade de associação e à negociação coletiva?

A associação mantém relações de confiança de longo prazo com 100% de seus fornecedores;

7. A associação tem acordos escritos com seus funcionários que atendem ao menos os tratados nacionais e internacionais de trabalho, incluindo seguridade social?

A associação fornece contratos juridicamente vinculativos para todos os funcionários que atendem às leis e tratados trabalhistas;

8. A associação emprega pessoas que não são livres para pedir demissão ou que não podem apresentar queixas sem medo de retaliação?

O uso de trabalho forçado é proibido em todas as políticas escritas e na prática;

9. A associação emprega menores de 16 anos, que trabalham em tempo integral, em trabalhos que lhes são perigosos física, mental ou moralmente?

Os fornecedores ou subcontratados não possuem funcionários menores de 16 anos regularmente empregados;

10. Os funcionários são livres para negociar como indivíduos ou grupos ou por meio de um sindicato ou representantes de sua escolha para definir os termos de seu emprego?

Os direitos à liberdade de associação e negociação coletiva são plenamente estabelecidos e compreendidos por todos os funcionários envolvidos;

11. A associação discrimina qualquer funcionário com base em raça, credo, cor, origem nacional ou étnica, gênero, idade, atividade sindical ou política, status de imigração, status de cidadania, estado civil, ou orientação sexual na contratação, alocação de empregos, promoções e demissões ou na concessão de fornecedores novos?

A associação tem políticas claras de não discriminação;

12. A associação discrimina as mulheres na contratação, remuneração, treinamento e promoção, acesso a recursos ou demissão?

A associação não discrimina as mulheres na contratação, remuneração, treinamento, progressão e acesso a recursos;

13. A associação fornece recursos à comunidade para apoiar pessoas vulneráveis com serviços sociais e de saúde, treinamento e eventos culturais para mulheres, minorias e pessoas desfavorecidas?

A associação não acomodou pessoas vulneráveis mas forneceu recursos à comunidade local para apoiá-las;

14. A associação oferece treinamento em saúde e segurança para 100% dos funcionários, que seja compreensível aos funcionários, adaptado ao seu espaço de trabalho e eficaz?

100% dos funcionários participaram de pelo menos um treinamento básico de saúde e segurança;

15. A associação mantém um local de trabalho seguro, limpo e saudável, incluindo todos os terrenos e instalações, e todas as práticas?

A associação mantém um local de trabalho 100% seguro, limpo e saudável;

16. A associação oferece cobertura de saúde adequada de acordo com os requisitos legais e garante acesso oportuno a assistência médica em emergências para os funcionários?

A associação oferece cobertura de saúde e garante acesso emergencial a cuidados médicos para todos;

17. O empreendimento toma medidas para evitar poluir ou contaminar a comunidade local e contribuir para com a saúde?

A associação toma medidas para evitar poluir ou contaminar a comunidade local;

18. A associação reconhece e respeita os direitos universais das comunidades indígenas para proteger seu conhecimento? Se apropriado e adquirido, o empreendimento remunerou as comunidades indígenas de forma justa e equitativa, com base em termos mutuamente acordados?

A Associação não possui essa informação e portanto não há possibilidade de responder.

19. A associação contribui para que a região decida o que cultivar, o que e como comercializar, o que destinar ao mercado interno e ao mercado externo, e controlar os recursos naturais básicos?

A associação contribui ativamente;

1. A missão da associação é colocada em todos os relatórios e compreendida por todos os funcionários ou membros?

100% dos funcionários são capazes de explicar a missão da associação e identificar como ela influencia o trabalho que realizam;

2. O impacto da missão no desenvolvimento de políticas e práticas pode ser visível e evidente?

100% da alta administração pode identificar a influência dos compromissos de sustentabilidade da missão nas decisões e processos da associação;

3. A associação tem uma política clara para avaliação de impactos de longo prazo na área de sustentabilidade?

A associação realizou todos os componentes da avaliação de risco apropriada;

4. A associação usa uma estrutura internacionalmente reconhecida para relatórios de sustentabilidade?

A associação está desenvolvendo uma abordagem sistemática própria para avaliação de desempenho da sustentabilidade;

5. A associação pode mostrar, por meio de documentos ou diálogo interno, que o desempenho em relação à missão é avaliado regularmente com a contribuição apropriada das partes interessadas?

A associação ainda não comparou desempenho com missão, mas pretende;

6. A associação tem uma política que exige que a administração relate como as políticas, procedimentos, decisões e processos de tomada de decisão são disponibilizados às partes interessadas?

A associação é aberta para lidar com solicitações de informações;

7. A associação pode identificar todas as partes interessadas relevantes e descrever o processo pelo qual elas foram identificadas?

A associação tem um compromisso com o envolvimento e a participação das partes interessadas, mas não é completamente capaz de listar todas as partes interessadas e identificar aqueles que são vulneráveis;

8. A associação usa mecanismos apropriados para se envolver com cada grupo de partes interessadas?

Entre 50% e 80% das partes interessadas identificadas tem envolvimento e participação;

9. A associação está ciente e aborda as barreiras à participação de partes interessadas menos poderosas?

A associação é capaz de identificar parcialmente potenciais barreiras ao engajamento das partes interessadas;

10. A associação pode descrever a participação real das partes interessadas, seu impacto na tomada de decisões e como esse impacto foi comunicado às partes interessadas?

A associação é capaz de identificar como as decisões foram impactadas pelo envolvimento das partes interessadas e mas não possui evidências;

11. A associação pode descrever os procedimentos de reclamação para cada grupo de partes interessadas, como eles são divulgados e seu uso atual?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

12. A associação pode identificar potenciais conflitos de interesse com e entre vários grupos de partes interessadas e fornecer exemplos de resolução por meio do diálogo colaborativo, baseado no respeito, compreensão mútua e igualdade de poder?

Parte dos grupos relevantes são identificados e não há omissões óbvias inexplicáveis de conflitos potenciais significativos;

13. A política da associação exige explicitamente que todas as leis e regulamentos aplicáveis sejam relatadas e regularmente revisadas quanto ao alinhamento com a missão?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

14. A associação pode mostrar evidências de uma resposta rápida e responsável a violações legais, regulatórias, internacionais de direitos humanos e códigos voluntários e como os efeitos da violação serão restaurados para evitar novas violações?

A associação possui uma política clara sobre violações de leis, regulamentações, direitos humanos internacionais ou códigos voluntários;

15. Dentro de sua esfera de influência, a associação apoia de forma proativa e transparente a melhoria da estrutura legal e regulatória em todas as quatro dimensões da sustentabilidade?

A associação possui registros de todos os grupos dos quais é membro ou apoia que estejam envolvidos em atividades que busquem influenciar leis, regulamentos, códigos internacionais de direitos humanos ou códigos voluntários;

16. A associação está ciente do acesso pré-existente das partes interessadas à terra, água e recursos? Interessados informados, negociados em igualdade de condições e com compensação mutuamente acordada, suficiente para permitir meios de subsistência sustentáveis?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

17. A associação está ciente da posse preexistente das partes interessadas e do acesso à terra, água e recursos, e pode a associação provar que cooperou total e prontamente com qualquer inquérito e processo de reparação para a satisfação das partes afetadas em caso de qualquer (suposta) violação dos direitos de licitação?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

18. A associação possui um plano de sustentabilidade que inclui referências à missão e demonstração de progresso em relação ao plano, ou como o plano conduziu decisões específicas e seus resultados?

A associação possui o plano, mas não é capaz de fornecer evidências de que os valores nele estão sendo usados para melhorar a sustentabilidade;

19. O sucesso do negócio da associação é medido e reportado às partes interessadas levando em consideração os impactos diretos e indiretos na economia, sociedade e ambiente físico?

A associação tem parcialmente evidências de que coleta, analisa e relata aos seus stakeholders seus impactos e desempenho econômico, social e ambiental;

APÊNDICE G - Respostas da IG de São Matheus do Sul

APÊNDICE G

1. A associação estabelece metas para redução de emissões de gases de efeito estufa?

A associação possui um plano de redução de emissão de gases de efeito estufa e o aplica;

2. Quais atividades e/ou práticas a associação implementa que efetivamente reduz as emissões de GEE?

Todas as práticas viáveis de redução das emissões de gases de efeito estufa já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

3. A associação estabelece metas para redução da emissão de poluentes do ar?

A associação possui um plano de redução da emissão de poluentes do ar e o aplica;

4. Quais atividades e/ou práticas a associação implementa que efetivamente reduz os poluentes do ar?

Todas as práticas viáveis de redução de poluentes do ar já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

5. A associação estabelece metas para reduzir o consumo de água?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

6. Quais atividades e práticas a associação implementa que reduz a quantidade de água tratada utilizada?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

7. A associação estabelece metas para melhorar a qualidade da água utilizada nos processos?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

8. A associação possui práticas que reduzem a liberação de poluentes na água?

Todas as práticas viáveis de redução de liberação de poluentes na água já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

9. Quantas vezes por ano o padrão de poluição da água foi excedido?

Nenhuma vez;

10. Qual porcentagem do solo são aplicadas práticas para aumentar sua qualidade e fertilidade?

100% da área dos solos;

11. Há um plano de conservação/melhoria da qualidade do solo?

A associação tem um plano escrito, com metas de conservação e reabilitação da terra o aplica;

12. Quais são as técnicas eficazes de conservação do solo?

As práticas de conservação estão em vigor em todos os locais ameaçados pela degradação do solo e as práticas de reabilitação estão em vigor em todos os locais anteriormente degradados;

13. A associação estabelece metas para a conservação das populações de espécies raras e endêmicas em sua área de influência?

A associação possui um plano de conservação das populações de espécies raras e endêmicas e o aplica;

14. Quais atividades e práticas a associação implementa para proteger plantas e animais silvestres das populações em sua área de influência?

Todas as práticas viáveis de proteção já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

15. Quais atividades e práticas a associação implementa que efetivamente ajuda a conservar a diversidade genética de espécies selvagens?

Todas as práticas viáveis de conservação a diversidade genética já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

16. A associação estabelece metas para a utilização de energias renováveis e sustentáveis em seu uso total de energia?

A associação possui um plano de utilização de energias renováveis e o aplica;

17. Quais práticas e atividades a associação implementa que efetivamente reduz o consumo de energia em suas operações?

Todas as práticas viáveis de redução de energia já foram implementadas, mas poucos efeitos positivos podem ser vistos;

18. A associação estabelece metas de redução da geração de resíduos em ou por suas operações?

A associação possui um plano de redução da geração de resíduos e o aplica;

19. Quais práticas e atividades são implementadas que efetivamente reduzem a geração de resíduos?

Todas as práticas viáveis para reduzir a geração de resíduos já foram implementadas ou todas as operações da associação são de "resíduo zero";

1. Em quais atividades a associação investiu nos últimos 5 anos para melhorar seu desempenho sustentável?

Todas as atividades viáveis de investimento já foram implementadas e os todos efeitos positivos podem ser vistos;

2. Os investimentos visam estabelecer as condições para manter, gerar e aumentar os lucros da associação a longo prazo?

A associação fez investimentos que visam gerar lucros durante um período de pelo menos 05 anos;

3. A associação possui um plano de negócios que projeta a geração de recursos financeiros para o futuro?

A associação possui um plano de negócios completo e atualizado que delineia a estratégia a ser implementada e os objetivos a serem alcançados por um período mínimo de 5 anos;

4. A associação concluiu um processo para determinar o custo total do produto vendido e por unidade de produção para calcular seu ponto de equilíbrio?

Sim, conclui-se um processo para determinar o custo total do produto;

5. A associação considerou um ponto de equilíbrio para negociar com o(s) seu(s) comprador(es) o preço de venda em todos os contratos?

Sim, foi considerado um ponto de equilíbrio;

6. Quais são as ações implementadas para reduzir o impacto negativo dos riscos que podem afetar a produção e a qualidade do produto?

A associação possui um plano para garantir o volume de produção necessário e o atendimento aos padrões de qualidade em caso de choques sociais, ambientais e econômicos;

7. A associação produz mais de um produto, para geração de renda?

Cinco produtos;

8. Que parcela de insumos vem do maior fornecedor?

20%;

9. A associação tem acesso a fontes de financiamento para resistir a crises de mercado?

Sim, há diversas opções de acesso;

10. A associação tem um plano para reduzir e se adaptar aos riscos que possam ameaçar o negócio?

Foi implementado ações e mecanismos de redução do possível impacto negativo de riscos internos e externos;

11. A associação possui medidas de controle da segurança alimentar que estão em conformidade com os regulamentos correspondentes e aplicáveis?

Existem mecanismos para prevenir e controlar os perigos e a contaminação dos alimentos;

12. Que parcela do volume total de produção atende às normas e padrões de qualidade exigidos?

100% da produção passou no controle de qualidade que mede padrões nutricionais exigidos e mais altos que precisa-se atender;

13. Os códigos de rotulagem de produtos são totalmente cumpridos e a associação pode mostrar evidências de exceder esses padrões sempre que possível?

A associação cumpre integralmente todos os códigos de rotulagem exigidos por lei para seus produtos;

14. O sistema garante a rastreabilidade em todas as etapas da cadeia alimentar para que os produtos possam ser identificados e recolhidos de forma fácil?

Informações completas sobre o produto estão disponíveis em toda a cadeia de produção devido aos sistemas de rastreamento;

15. A associação pode identificar todos os ingredientes e insumos utilizados na produção?

A associação consegue identificar 100% dos ingredientes e insumos;

16. A associação pode fornecer evidências de fornecimento sustentável certificado desses ingredientes?

Mantém um registro de aquisição que identifica o status de certificação de aquisição, distribuição e produção;

17. A associação contratou durante os últimos cinco anos funcionários regionais quando habilidades, perfil e condições semelhantes são oferecidos a outros candidatos?

A associação possui uma política de recursos humanos que prioriza a contratação de funcionários regionais;

18. A associação paga os impostos aplicáveis conforme indicado pela regulamentação local?

A associação pagou todos os impostos locais aplicáveis e devidos;

19. A associação adquiriu de fornecedores locais quando condições semelhantes em comparação com fornecedores não locais?

A associação aplicou uma política de compras que prioriza a compra de insumos, produtos e ingredientes de fornecedores locais;

1. Todos os funcionários possuem um tempo descanso e cultura? Bem como a capacidade de cuidar de suas necessidades?

Todos os funcionários relatam que vivem livres de opressão, em paz, segurança e saúde mental e física;

2. Todos os produtores primários que abastecem as associações e todos os funcionários ganham pelo menos um salário digno?

100% dos colaboradores envolvidos na associação recebem um salário digno;

3. Os produtores primários e funcionários têm oportunidades de aumentar as habilidades e conhecimentos, avançar dentro da associação em que trabalham?

A associação fornece oportunidades de aumento de habilidades e conhecimento para colaboradores internos;

4. A associação possui acesso a equipamento, capital e conhecimento ou treinamento?

A associação tem os melhores equipamentos de produção, conhecimentos e treinamentos do setor;

5. Os compradores, por meio de suas políticas e práticas, reconhecem e apoiam os direitos dos fornecedores a preços justos e contratos e acordos justos?

100% das negociações comerciais com fornecedores incluem o direito de negociar os termos de troca;

6. Os compradores reconhecem e apoiam explicitamente os direitos dos fornecedores à liberdade de associação e à negociação coletiva?

A associação mantém relações de confiança de longo prazo com 100% de seus fornecedores;

7. A associação tem acordos escritos com seus funcionários que atendem ao menos os tratados nacionais e internacionais de trabalho, incluindo seguridade social?

A associação fornece contratos juridicamente vinculativos para todos os funcionários que atendem às leis e tratados trabalhistas;

8. A associação emprega pessoas que não são livres para pedir demissão ou que não podem apresentar queixas sem medo de retaliação?

O uso de trabalho forçado é proibido em todas as políticas escritas e na prática;

9. A associação emprega menores de 16 anos, que trabalham em tempo integral, em trabalhos que lhes são perigosos física, mental ou moralmente?

Os fornecedores ou subcontratados não possuem funcionários menores de 16 anos regularmente empregados;

10. Os funcionários são livres para negociar como indivíduos ou grupos ou por meio de um sindicato ou representantes de sua escolha para definir os termos de seu emprego?

Os direitos à liberdade de associação e negociação coletiva são plenamente estabelecidos e compreendidos por todos os funcionários envolvidos;

11. A associação discrimina qualquer funcionário com base em raça, credo, cor, origem nacional ou étnica, gênero, idade, atividade sindical ou política, status de imigração, status de cidadania, estado civil, ou orientação sexual na contratação, alocação de empregos, promoções e demissões ou na concessão de fornecedores novos?

A associação tem políticas claras de não discriminação;

12. A associação discrimina as mulheres na contratação, remuneração, treinamento e promoção, acesso a recursos ou demissão?

A associação não discrimina as mulheres na contratação, remuneração, treinamento, progressão e acesso a recursos;

13. A associação fornece recursos à comunidade para apoiar pessoas vulneráveis com serviços sociais e de saúde, treinamento e eventos culturais para mulheres, minorias e pessoas desfavorecidas?

A associação acomodou vários níveis de capacidade e deficiência, trabalhadores jovens e idosos;

14. A associação oferece treinamento em saúde e segurança para 100% dos funcionários, que seja compreensível aos funcionários, adaptado ao seu espaço de trabalho e eficaz?

100% dos funcionários participaram de pelo menos um treinamento básico de saúde e segurança;

15. A associação mantém um local de trabalho seguro, limpo e saudável, incluindo todos os terrenos e instalações, e todas as práticas?

A associação mantém um local de trabalho 100% seguro, limpo e saudável;

16. A associação oferece cobertura de saúde adequada de acordo com os requisitos legais e garante acesso oportuno a assistência médica em emergências para os funcionários?

A associação oferece cobertura de saúde e garante acesso emergencial a cuidados médicos para todos;

17. O empreendimento toma medidas para evitar poluir ou contaminar a comunidade local e contribuir para com a saúde?

A associação toma medidas para evitar poluir ou contaminar a comunidade local;

18. A associação reconhece e respeita os direitos universais das comunidades indígenas para proteger seu conhecimento? Se apropriado e adquirido, o empreendimento remunerou as comunidades indígenas de forma justa e equitativa, com base em termos mutuamente acordados?

A Associação não possui essa informação e, portanto, não há possibilidade de responder.

19. A associação contribui para que a região decida o que cultivar, o que e como comercializar, o que destinar ao mercado interno e ao mercado externo, e controlar os recursos naturais básicos?

A associação contribui ativamente;

1. A missão da associação é colocada em todos os relatórios e compreendida por todos os funcionários ou membros?

Nem todos os funcionários são capazes de explicar a missão da associação e identificar como ela influencia o trabalho que realizam;

2. O impacto da missão no desenvolvimento de políticas e práticas pode ser visível e evidente?

100% da alta administração pode identificar a influência dos compromissos de sustentabilidade da missão nas decisões e processos da associação;

3. A associação tem uma política clara para avaliação de impactos de longo prazo na área de sustentabilidade?

A associação realizou todos os componentes da avaliação de risco apropriada;

4. A associação usa uma estrutura internacionalmente reconhecida para relatórios de sustentabilidade?

A associação revisou regularmente seu desempenho de sustentabilidade;

5. A associação pode mostrar, por meio de documentos ou diálogo interno, que o desempenho em relação à missão é avaliado regularmente com a contribuição apropriada das partes interessadas?

A associação pode mostrar que sua governança assume a responsabilidade por seu impacto e faz revisões do impacto e desempenho organizacional em relação à missão e às metas de sustentabilidade;

6. A associação tem uma política que exige que a administração relate como as políticas, procedimentos, decisões e processos de tomada de decisão são disponibilizados às partes interessadas?

A associação é aberta para lidar com solicitações de informações;

7. A associação pode identificar todas as partes interessadas relevantes e descrever o processo pelo qual elas foram identificadas?

A associação tem um compromisso com o envolvimento e a participação das partes interessadas;

8. A associação usa mecanismos apropriados para se envolver com cada grupo de partes interessadas?

80% ou mais das partes interessadas identificadas tem envolvimento e participação;

9. A associação está ciente e aborda as barreiras à participação de partes interessadas menos poderosas?

A associação é capaz de identificar todas as potenciais barreiras ao engajamento das partes interessadas;

10. A associação pode descrever a participação real das partes interessadas, seu impacto na tomada de decisões e como esse impacto foi comunicado às partes interessadas?

A associação é capaz de identificar como as decisões foram impactadas pelo envolvimento das partes interessadas e tem evidências;

11. A associação pode descrever os procedimentos de reclamação para cada grupo de partes interessadas, como eles são divulgados e seu uso atual?

A associação é capaz de identificar procedimentos de reclamação para todas as partes afetadas e estes são divulgados de forma proativa;

12. A associação pode identificar potenciais conflitos de interesse com e entre vários grupos de partes interessadas e fornecer exemplos de resolução por meio do diálogo colaborativo, baseado no respeito, compreensão mútua e igualdade de poder?

Todos os grupos de partes interessadas relevantes são identificados e não há omissões óbvias inexplicáveis de conflitos potenciais significativos;

13. A política da associação exige explicitamente que todas as leis e regulamentos aplicáveis sejam relatadas e regularmente revisadas quanto ao alinhamento com a missão?

A associação pode fornecer evidências de uma estratégia de gerenciamento de risco endossada pela governança em operação para garantir a conformidade legal e regulatória e todas as leis, regulamentos e códigos aceitos voluntariamente estão incluídos nesta evidência;

14. A associação pode mostrar evidências de uma resposta rápida e responsável a violações legais, regulatórias, internacionais de direitos humanos e códigos voluntários e como os efeitos da violação serão restaurados para evitar novas violações?

A associação possui uma política clara sobre violações de leis, regulamentações, direitos humanos internacionais ou códigos voluntários;

15. Dentro de sua esfera de influência, a associação apoia de forma proativa e transparente a melhoria da estrutura legal e regulatória em todas as quatro dimensões da sustentabilidade?

A associação possui registros de todos os grupos dos quais é membro ou apoia que estejam envolvidos em atividades que busquem influenciar leis, regulamentos, códigos internacionais de direitos humanos ou códigos voluntários;

16. A associação está ciente do acesso pré-existente das partes interessadas à terra, água e recursos? Interessados informados, negociados em igualdade de condições e com compensação mutuamente acordada, suficiente para permitir meios de subsistência sustentáveis?

A associação pode demonstrar consciência do acesso pré-existente das partes interessadas à terra, água, biodiversidade e recursos naturais;

17. A associação está ciente da posse preexistente das partes interessadas e do acesso à terra, água e recursos, e pode a associação provar que cooperou total e prontamente com qualquer inquérito e processo de reparação para a satisfação das partes afetadas em caso de qualquer (suposta) violação dos direitos de licitação?

A associação possui um registro de todas as transações relacionadas à posse e direitos de acesso;

18. A associação possui um plano de sustentabilidade que inclui referências à missão e demonstração de progresso em relação ao plano, ou como o plano conduziu decisões específicas e seus resultados?

A associação possui um plano de sustentabilidade formal endossado;

19. O sucesso do negócio da associação é medido e reportado às partes interessadas levando em consideração os impactos diretos e indiretos na economia, sociedade e ambiente físico?

A associação tem evidências de que coleta, analisa e relata aos seus stakeholders seus impactos e desempenho econômico, social e ambiental;